
DIÁLOGO DE MAÇONS

Frederico Guilherme Costa
José Carlos de Araújo Almeida Filho

Diálogo de Maçons

Frederico Guilherme Costa e
José Carlos de Araújo Almeida Filho

Dedicatória

Pelo Irmão José Carlos de Araújo Almeida Filho

Dedico esta obra às pessoas que mais ajudam-me nesta tarefa, muitas vezes sacrificante, de trabalhar incessantemente em minha máquina. A meus filhos Lucas e KK e à minha esposa Tininha

“Quando se teme alguém é porque a esse alguém demos poder sobre nós próprios.”

Hermann Hesse

“ O inovador tem contra si todos os que se beneficiam das antigas condições e apoio apenas tibio dos que se beneficiarão com a nova ordem. “

Maquiavel

Introdução



Quem já teve oportunidade de ler algum livro do Irmão **Frederico Guilherme Costa**, pôde observar sua preocupação em trazer à público a verdadeira história da Maçonaria no Brasil e seu papel nos movimentos históricos.

Outra grande preocupação é separar a Maçonaria, enquanto Instituição, de atos de Maçons - ou, ainda, da participação dos Maçons em aspectos da História do Brasil.

Lamentavelmente, às vezes por desconhecimento ou mesmo por vaidade, muitos Maçons pretendem atribuir à Maçonaria alguns atos que, na realidade, não foram pela Instituição patrocinados - o que não afasta a importância da Ordem no papel democrático e sua participação político-social.

A idéia de nosso Irmão Fred é a de levar à Universidade o real desempenho da Maçonaria na História do Brasil. Desta forma, temos vários autores sérios preocupados com esta orientação, dentre eles o nosso Irmão e meu padrinho por escolha, *José Castellani*, que é, hoje, sem dúvida, o autor Maçônico mais lido no Brasil.

Recentemente lancei uma obra intitulada A MAÇONARIA AO ALCANCE DE TODOS, onde procurava desvendar este misticismo infundado criado por tantas pessoas.

Não foi obra do acaso quando por indicação do Irmão Castellani fui integrar o quadro da Loja Quatuor Coronati do Brasil, ali encontrando o Irmão Fred.

Também não atribuo ao acaso algumas idéias trocadas entre mim e o Fred, que vem neste programa, extenso, porém belíssimo, da participação maçônica em eventos da sociedade brasileira.

Acredito que a idéia do Fred esteja vingando, que é a de apresentar à sociedade o papel maçônico. A Maçonaria é uma Instituição secular e, ainda que sofra ataques deveras agressivos e infundados, permanece intacta e respeitada. Por certo este respeito deve-se a grandes nomes de nossa história e, na atual conjuntura, ao papel desempenhado pelos dirigentes do Grande Oriente do Brasil, onde podemos citar o Desembargador *Francisco Murilo Pinto*, nosso Irmão José Castellani e tantos outros que colaboram para o enriquecimento cultural de nossa pátria.

A Maçonaria na Universidade é um projeto arrojado, corajoso e brilhante. Vamos dar a César o que é de César!

Fica aqui nosso trabalho que, espero, seja do agrado de todos.

José Carlos de Araújo Almeida Filho

1. A Maçonaria no Brasil

Frederico Guilherme Costa e
José Carlos de Araújo Almeida Filho

Or.: de Petrópolis, 05 de junho de 1999

Fred, meu Irmão,

Temos alguns pontos em comum. E, por esta razão, acredito que seria interessante colocar em prática alguns temas que nos interessam em muito.

Como você mesmo diz, nós dois fomos os únicos "loucos" a escrever livros de Maçonaria enquanto ainda Aprendiz. Mas não fica nisso nossos pontos em comum. Tirando a cinofilia, o projeto Maçonaria na Universidade, que é idéia sua, em muito interessa-me.

Quando escrevi o livro A MAÇONARIA AO ALCANCE DE TODOS, tinha em mente a idéia de levar ao público a importância desta Instituição. Logo após o lançamento do meu livro, vejo publicada sua tese a respeito da Emancipação do escravo.

Assim, podemos começar nossas trocas de informação, para dar início a mais um projeto histórico de A Maçonaria na Universidade.

Alguns temas vêm sendo debatidos com pouco conhecimento. Na realidade, dois fatores chamam a minha atenção - religião e política. Há uma confusão enorme a respeito destes dois temas, que as pessoas não entendem. Nem mesmo alguns Maçons podem entender isto, uma vez que a interpretação das normas jurídicas não é acessível a todos. Mas, basta um simples exercício de hermenêutica, para que possamos concluir com a possibilidade de discussão destes temas.

Vou começar este trabalho com a origem da Maçonaria no Brasil, para, depois, evoluirmos, gradativamente, em nosso propósito.

Sei que você gosta da área histórica situada no Séc. XIX, que é sua especialidade. Mas há temas importantes para debatermos que, certamente, servirá para o futuro da Ordem.

Vamos ao trabalho!

Meu Irmão Fred,

Ao analisarmos a história não-maçônica, ou melhor, a história redigida por escritores que não são Maçons, encontramos muita divergência. Sei que é de seu estilo de trabalho, como não seria diferente, por tratar-se de um historiador "de verdade", valer-se de provas, de fontes primárias.

É interessante este tema, uma vez que a historiografia não maçônica quase nada traz a respeito do início da Maçonaria no Brasil. No entanto, no **Novo Dicionário de História do Brasil**, da Ed. Melhoramentos, do ano de 1971, podemos ver definição de Maçonaria.

Foi um dos poucos livros em que traz a História de nosso País onde pude encontrar algo a respeito de nossa Instituição.

Destaco, de imediato, o início do tema abordado no Dicionário, quando afirma que " A Maçonaria teve atuação marcante

nos principais eventos da História do Brasil, especialmente a partir de 1817, quando contribuiu eficazmente para a eclosão do levante em Pernambuco e capitanias vizinhas."

Fica, pois, a minha pergunta:

" Quem trouxe a maçonaria para o Brasil? Quando e por que os maçons se implantaram aqui?"

Or.: do Rio de Janeiro, 15 de junho de 1999

Zé Carlos:

Estamos estabelecendo uma ponte muito interessante a respeito do estudo da maçonaria. De imediato devo dizer que existe uma boa historiografia a respeito da histórica participação da Instituição em alguns episódios políticos ¹. Entretanto, a não ser na Independência Nacional e na proposta lenta e gradual para a emancipação do negro escravo, nada nos autoriza a incluir a Ordem nas epopéias nacionais.

Sua primeira pergunta: " Quem trouxe a maçonaria para o Brasil? Quando e por que os maçons se implantaram aqui?"

A equivocada fonte que aponta a primeira Loja Maçônica do Brasil, encontra-se no artigo de F. Borges de Barros²:

"Em princípios de julho de 1797 ancorava na Bahia a fragata La Preneuse (sic) , que havia sustentado um combate com a corveta portuguesa Santo Antônio Polyphemo, de que era comandante Manoel do Nascimento Costa (...) naquela fragata houve inúmeros entendimentos pelos homens mais esclarecidos da terra, e dessas confabulações fizeram parte: José da Silva Lisboa, o padre Francisco Agostinho Gomes, Cypriano Barata, Ignacio Bulcão, Francisco Muniz Barreto e o tenente Hermogenes de Aguiar Pantoja, por ter pretendido dar um jantar aos franceses. De Francisco Muniz Barreto há uma parte interessante do seu depoimento (vide Sedição de 1798 - Arch. Público) . ' Que havendo estado na capital em 1797 frequentou a casa de José Borges de Barros, seu vizinho, há pouco chegado da Ilha da Madeira, o qual era irmão de Domingos Borges de Barros, e muitas vezes conversou com o primeiro sobre o governo econômico da terra, assim como sobre as notícias que chegavam do estado político da Europa' (...) Este o estado de espíritos sequiosos de liberdade, humanidade e igualdade, quando aos 14 de julho de 1797 Larcher e os brasileiros citados fundaram na povoação da barra a loja maçônica Cavaleiros da Luz. As primeiras sessões, anteriores à fundação, foram feitas, como sempre foi permitido, a bordo da Fragata (sic)".³

¹ No meu último, **A Maçonaria e a Emancipação do Escravo**, Londrina: Editora Maçônica " A Trolha", 1999, foram arroladas importantes obras de autores não maçons.

² F. Borges de Barros. "Primórdios das Sociedades Secretas Na Bahia", in Anais do Arquivo Público da Bahia, v. XV, pp. 44/45.

³ Não existe papel em branco para o pesquisador. Devemos pedir licença às interpretações dadas a documentos e fazer a nossa. Temos que ter a sensibilidade ao olhar o documento: erudição como método. Portanto, um dos principais objetos da história não é o passado, mas os fantasmas que nos assustam hoje. Neste contexto temos a obrigação de fazer uma revisão em relação a alguns fatos que dizem respeito a Cavaleiros da Luz, conhecida como sendo a primeira Loja Maçônica do Brasil. Diversos historiadores, dentre os quais me incluo, utilizaram-se de F. Borges de Barros, "Primórdios Das Sociedades Secretas Na Bahia" in Anais Do Arquivo Público da Bahia, V. XV, pp. 44 - 45, como fonte para suas pesquisas. Afirmamos sempre que a primeira Loja regular no Brasil foi a Loja Reunião. No que se refere a Fragata La Preneuse e o Comte. Larcher seguimos os passos do citado autor. Em um encontro na cidade de Londrina, o historiador Dr. Ricardo Mário Gonçalves - USP - chamou-me a atenção para um trabalho do pesquisador Luís Henrique Dias Tavares - "História Da Sedição Intentada Na Bahia Em 1798" - , que abordando a passagem do Comte. Larcher nos idos de 1796 na Bahia, questiona as afirmações de Borges de Barros acerca da fundação da Loja Cavaleiros da luz a bordo da Fragata La Preneuse. Sustenta, em resumo, Dias Tavares que a Fragata jamais esteve na baía de Todos os Santos, porque conforme te pesquisa da historiadora Katia de Queirós Mattoso, realizada nos arquivos Nacional e da Marinha, em Paris, Larcher, capitão da Marinha de Guerra de França, no decurso de uma viagem infausta iniciada no Porto de Rochefort - 25/9/1795 - e durante a qual combateu os navios portugueses Santo Antônio Polifemo, Belizario e Arrabida, chega às Maurícias, onde os colonos dessa possessão francesa receberam com desagrado o Decreto da Convenção que abolia o trabalho escravo. É embarcado para a Europa no navio Boa Viagem e como apresentasse avarias, acabou por aportar na Bahia no dia 30 de novembro de 1796. O Boa Viagem, também denominado Marques de Monsalud é inspecionado pelo Desembargador Joaquim Borges da Silva e pelo Coronel Francisco José de Matos Ferreira e Lucena (

Sabemos que antes da Cavaleiros da Luz, foi o Areópago de Itambé instalado pelo botânico Arruda Câmara, ex - frade carmelita, médico pela faculdade de Montpellier, em 1796. M. L. Machado - "Introdução à História da Revolução de 1817", 2ª ed. , citado por Mário Melo, descreve o Areópago:

"Era o Areópago uma sociedade política, secreta, intencionalmente colocada na raia das províncias de Pernambuco e Paraíba, freqüentada por pessoas salientes de uma e outra parte e donde saíam, como um centro para a periferia, sem assaltos nem arruídos, as doutrinas ensinadas. Tinha por fim, tornar conhecidos, o estado geral da Europa, os estremecimentos e destroços dos governos absolutos, sob o influxo das idéias democráticas. Era uma espécie de magistério que instruía e despertava entusiasmo pela república, mas em harmonia com a natureza e dignidade do homem e ao mesmo tempo inspirava ódio à tirania dos reis. Era, finalmente, a revolução doutrinada que traria a independência e o governo republicano a Pernambuco".⁴

Mas, segundo o Manifesto de *José Bonifácio*, a primeira Loja Simbólica regular foi instalada no ano de 1801 "debaixo do título de REUNIÃO, filiada ao oriente da Ilha de França (Maurício, atualmente) , e nomeado seu representante o cavaleiro Laurent, que a fortuna fez aportar às formosas praias da Bahia de Niterói e que presidira a sua instalação".⁵

Ocorre que em 1800 temos, em Niterói, a Loja União que se extingue no ano seguinte. O autor (desconhecido) do Quadro Histórico da Maçonaria do Rio de Janeiro, in Annaes Maçônicos Fluminenses, de 1832, relata:

"No ano de 1800, cinco maçons desses dispersos, formaram uma Loja e começaram, com inviolável segredo, a iniciar pessoas que gozavam de crédito, instruídas e bem morigeradas. Essa primeira Loja, que se chamou União, avultou logo em adeptos e como nela se incorporassem outros maçons, que já então principiavam a trabalhar, em memória de concordarem todos em fazer um só corpo para melhor se coadjuvarem, chamou-se desde logo, Reunião. Já os maçons fluminenses trabalhavam com alguma regularidade no antigo rito dos doze graus, quando feita a paz em Amiens, entrou neste porto a corveta Hydre, com destino à ilha de Bourbon e porque Mr. Laurent e mais alguns oficiais eram maçons, pediram visitar a Loja e, cheios de admiração, à vista do zelo com que debaixo de tantos perigos se trabalhava, deram atestado de seu reconhecimento e aceitaram contentes a prancha (o mesmo que carta) que se lhes ofereceu, para filiarem a Loja Reunião no círculo do oriente da Ilha de França, o que se efetuou, recebendo-se, dali, por intervenção do mesmo Mr. Laurent, a carta de reconhecimento e filiação, os estatutos e reguladores que se costumam dar em tais casos".⁶

Arq. Est. BA , SC, HIST, Livro de Portarias, liv. 473). Desembarcado com a mulher e as filhas, o Comandante do La Preneuse permanece em Salvador cerca de um mês, havendo registro de que deixou o Porto de Salvador em 2 de janeiro de 1797. Diante de tais informações não há como deixar de se concluir pela não participação de Larcher na fundação da Cavaleiros da Luz, que ocorreu em julho de 1797. Tal entretanto, não afasta a eventual influência de caráter ideológico e até mesmo revolucionário que possa ter transmitido aos que com ele tiveram contato. Em relação a Loja Cavaleiros da Luz temos em Braz do Amaral, "A Conspiração Republicana da Bahia de 1798" in Fatos da Vida do Brasil, Tip. Naval, 1941, a informação de que a primeira Loja Maçônica na Bahia foi fundada na povoação da Barra, sob o nome de Cavalheiros da Luz. Afonso Rui, autor de "A Primeira Revolução Social Brasileira", Bahia, Tip. Beneditina, 2ª ed. , 1951, afirma: "Nessa fase, julho de 1797, é que se fundou, no arrabalde da Barra, a associação secreta Cavalheiros da Luz instalada talvez na própria casa de Figueredo Melo". Katia Mattoso recomenda que "é preciso refletir e buscar novas fontes antes de uma conclusão final e taxativa contra a existência dos Cavalheiros". De tudo o que foi exposto conclui-se que a verdadeira função do historiador, que tem vida curta, consiste em rever permanentemente as informações que possui e que estão sendo sempre enriquecidas com novas fontes, partam elas da pesquisa de terceiros ou da sua própria, mas sempre tendo em mira a boa forma e o bom conteúdo, jamais a ironia. A questão da historiografia é uma disputa do significante, pois a escrita só cumpre o seu papel quanto mais se aproxima da palavra.

⁴ Mário Melo, "A Maçonaria No Brasil" in Livro Maçônico do Centenário, p. 191, Rio de Janeiro, Grande Oriente do Brasil, 1922.

⁵ Cif. "Manifesto do Grande Oriente do Brasil", transcrito por Nicola Aslan in Biografia de Joaquim Gonçalves Ledo, t. II, p. 287 e seg. Apêndice Nº 1.

⁶ Correspondência de José Castellani ao autor, datada de 15 de junho de 1992.

Em 1802 temos na Bahia a Loja Virtude e Razão trabalhando no Rito Francês⁷. No ano de 1804, patrocinadas pelo Grande Oriente Lusitano, temos a instalação no Rio de Janeiro, sob sua égide, das duas Lojas Constância e Filantropia, que considerou as únicas legítimas e que logo entraram em competição com as restantes.⁸

Citando Alberto Artur Sarmiento, *Oliveira Marques* admite que a Loja do Funchal, de nome União teria dado origem à Loja Constância.⁹ Em 1806, D. Marcos de Noronha e Brito, conde dos Arcos, vice - rei do Brasil, levou ao encerramento das Lojas Constância e Filantropia, sobrevivendo apenas a da Bahia - Virtude e Razão -. É possível, como pretende um relatório de 1823, que a Loja da Madeira tivesse servido de intermediária em todo esse processo.¹⁰

Em 30 de março de 1807, 12 membros da Loja Virtude e Razão retiram-se daquela Oficina e fundam a Loja Virtude e Razão Restaurada.¹¹ A partir deste momento temos uma Maçonaria instável até a fundação da Loja Comércio e Artes. Sobre esta Loja, de fundamental importância para o início da Maçonaria regular no Brasil, seguindo o que consta nos boletins do Grande Oriente do Brasil, reproduzido por diversos autores maçônicos¹², consta que a sua fundação se deu no ano de 1815 na rua Pedreira da Glória, atual Pedro Américo. Resolveu conservar-se independente, não se filiando ao Grande Oriente Lusitano, porque seus membros, já naquela época, pretendiam formar uma Obediência brasileira. Como se precipitaram os fatos que levaram a suspensão da atividade maçônica, inclusive os acontecimentos de 1817 em Pernambuco, não deve ter havido tempo para reformular essa decisão. A ata de reinstalação, muito lacônica, não alude a isso, mas é clara quando diz que a Loja colocava-se sob os auspícios do Grande Oriente de Portugal, Brasil e Algarves.¹³

A Loja Comércio e Artes foi fechada em 1818 por Decreto de D. João VI, cessando todas as atividades maçônicas no Brasil até a reinstalação desta mesma Loja em 24 de junho de 1821. No dia 2 de junho de 1822 é instalada a Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz¹⁴. Finalmente no dia 17 de junho de 1822, com o suporte das Lojas Comércio e Artes, União e Tranquilidade e Esperança de Niterói, é fundado o Grande Oriente do Brasil.¹⁵

Em 2 de agosto do mesmo ano é iniciado D. *Pedro I* para, no dia 5 ser elevado a Mestre, eleito Grão - Mestre em 4 de outubro, quando já era Defensor Perpétuo do Brasil e, nesta qualidade, fecha a Maçonaria brasileira no dia 25 de outubro de 1822¹⁶. Seria preciso aguardar o ano de 1831 para reinstalar, em suas funções, o adormecido Grande Oriente do Brasil.

Resolvido o problema político da Maçonaria brasileira com a séria advertência de *José Bonifácio* no seu Manifesto de 1831: “A voz da política nunca mais soará no recinto dos nossos Templos, nem o bafo impuro dos partidos e das facções manchará a pureza de nossas colunas”¹⁷, os maçons do Brasil devotariam seus trabalhos na direção de um humanismo revestido das utopias fraternais, igualitárias e libertárias.

Para responder a segunda parte da pergunta - ***por que os maçons se implantaram aqui?*** -, precisamos buscar nas “ luzes ” a inspiração.

As expressões Ilustração, Século das Luzes, Aufklärung, designam um período histórico correspondente ao século XVIII existente, basicamente, na Alemanha, França e Inglaterra. A Ilustração caracteriza as tendências intelectuais, políticas e sociais oitocentistas com forte tendência racionalista na formação da sociedade. Este racionalismo procede do século anterior, quando a ciência da natureza permitiu ao homem conhece- la na tentativa de dominá-la.

⁷ Cif. Célia de Barros Barreto in HGCB, t. II, v. 1º, “O Processo de Emancipação, p. 201.

⁸ Cif. Oliveira Marques. “História da Maçonaria em Portugal, p. 85.

⁹ Idem, p. 84.

¹⁰ Idem, p. 49.

¹¹ Nicola Aslan. “História geral da Maçonaria, Fastos da Maçonaria Brasileira, p. 43.

¹² Podemos citar Teixeira Pinto, “A Maçonaria na Independência do Brasil” que reproduziu toda as Atas constantes no Livro de Ouro da Loja Comércio e Artes - Editora Salogan Ltda, s/d. Autor contemporâneo dos fatos, Manoel Joaquim de Menezes, “Exposição Histórica da Maçonaria No Brasil”, Rio de Janeiro, Empresa Nacional Do Diário, 1857, confirma a reinstalação da Loja Comércio e Artes em 1815, à p. 9.

¹³ Cif. Joaquim de Menezes, op. cit., idem, ibidem.

¹⁴ Nicola Aslan, op. cit. , pp. 67/169.

¹⁵ Idem, p. 171.

¹⁶ Idem, pp. 178/179/215/221.

¹⁷ Cif. Apêndice Nº 1.

Os acontecimentos políticos na Europa setecentista eram frutos naturais das profundas alterações advindas das luzes. Os iluministas imprimiam novas metas para se conceber a sociedade, fazendo do homem e da razão os seus maiores interesses. A moderna Maçonaria é fruto dessas transformações, elaborando os seus princípios à luz da Ilustração.

Este foi o “espírito” que veio agregado com os primeiros maçons aqui chegados.

É verdade, como você afirma, que “alguns temas vêm sendo debatidos com pouco conhecimento”, referindo-se à religião e política. Vamos fazer um exercício histórico a respeito:

Os séculos XVII e XVIII foram aqueles que separaram o conhecimento científico do religioso; separação entre a História da Terra e a História do Homem, estabelecendo-se a diferença entre ambas. Vico afirmava que só o homem tem história. A natureza não tem história sua. O homem não emerge da natureza, ele está, desde sempre, situado na natureza. Vico é o principal agente da mudança de uma mentalidade religiosa para uma postura científica moderna.¹⁸

Uma leitura atenta da história maçônica neste período torna evidente que a Instituição nas suas posições religiosas como nas suas opções políticas, se apresentava como seguidora das Doutrinas do Direito Natural e se pode descobrir nas suas análises da evolução da humanidade claras sugestões da teoria cíclica de Vico.¹⁹

O ilustrado considera que o passado não apresenta um referencial obrigatório para a evolução da humanidade, senão o conjunto de erros que somente a razão pode explicar, único meio de se chegar a uma religião natural que iguale todos os homens a um deísmo que não nega a Deus, mas o relega à função de primeiro motor da existência.²⁰

Esta “religião natural” que iguala todos os homens num deísmo que não nega a Deus, está expresso na Constituição de *Anderson* de 1723, primeiro documento da moderna Maçonaria, na sua parte concernente a Deus e a Religião. Portanto, o contexto da época do nascimento da Maçonaria moderna era o esclarecimento:

“Um maçom é obrigado, por sua condição, a obedecer à Lei Moral; e se compreende bem a Arte, não será jamais um ateu estúpido, nem um libertino irreligioso. Mas se bem que nos tempos antigos os maçons fossem obrigados em cada país a ser da religião, qualquer que fosse, desse país ou dessa nação, contudo é considerado mais conveniente de somente os sujeitar àquela religião sobre a qual todos os homens estão de acordo, deixando a cada um suas próprias opiniões; isto é, serem homens de bem e leais, ou homens de honra e de probidade, quaisquer que sejam as denominações ou confissões que os possam distinguir; pelo que a Maçonaria se torna o Centro de União, e o meio de firmar uma amizade sincera entre pessoas que teriam ficado permanentemente distanciadas”.²¹

A política na maçonaria deve ser vista com muito cuidado a partir de 1848, quando surgiram os partidos políticos com as características atuais. Assim, somos freqüentemente abordados a respeito da política maçônica. Na verdade, as pessoas mostram-se curiosas quanto à Instituição, comparando-a com as sociedades secretas e conspiradoras do século XIX.

Muitas foram as sociedades secretas no século imediatamente anterior ao XX. O propósito político daquelas organizações era viver a “Era das Revoluções” identificada pelo historiador Eric Hobsbawm com a Revolução Francesa e a Industrial, que teve origem na Inglaterra²². Foi o domínio da Europa sobre o resto do mundo e o nascimento do capitalismo industrial.

O declínio dessas sociedades se deu próximo ao ano de 1848, quando encontramos partidos políticos bastante atuantes. Foram eles que prepararam o mundo para viver uma nova transformação, quando o fogo revolucionário arrefeceu dando

¹⁸ Cif. Patrick Gardiner. “A Interpretação do Processo Histórico”, pp. 11/27, in Teorias da História, Fundação Calouste Gulbenkian, 3ª ed.

¹⁹ Cif. Antônio Egídio Fernandes Loja. “A Luta Do Poder Contra A Maçonaria”, p.207.

²⁰ Cif. José Ferrater Mora. Dicionário De Filosofia, v. 2, p. 1624.

²¹ “As Constituições de Anderson”. Tradução de João Nery Guimarães.

²² Para um completo entendimento da transformação por que passou a sociedade européia entre os anos 1789 e 1848, veja Eric. Hobsbawm, A Era das Revoluções, 9ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

lugar aos anos críticos de 1848 a 1875 ²³.

A Maçonaria diferentemente das sociedades secretas da “Era das Revoluções” deve ser vista, em suas origens, como mercantil, fraternal e pacífica, nascida com as luzes dos setecentos.

Na falta de uma explicação teórico-metodológica a respeito da sua história, a Maçonaria tem permanecido em um vazio histórico, contribuindo para uma indesejável identificação com as ditas sociedades secretas.

As chamadas sociedades secretas, ao contrário da maçonaria regular, sempre atuaram nas sombras, na busca dos seus objetivos. Dos seus membros era exigido um juramento extremo e o compromisso da própria vida. Muitas das acusações feitas contra a Maçonaria são originárias da indevida identificação dos seus rituais com as práticas sombrias de diversas sociedades secretas, entre elas, fundamentalmente, a Carbonária ²⁴.

Devido ao seu ritual, a Maçonaria tem, igualmente, sido identificada com outros tipos de sociedade: as ocultistas. Os maçons, na sua grande maioria - ***fundamentalmente nos chamados países do primeiro mundo***- não estão a procura do Santo Gral e não se consideram místicos. Os próprios estatutos da sociedade e a Constituição de todas as potências maçônicas determinam uma total liberdade de pensamento. Se alguns maçons se consideram espiritualistas, ocultistas ou místicos estão a praticar o direito do livre pensar, mas não representam de forma alguma os fundamentos da sociedade a que se filiaram.

Finalmente, não é verdade o que está escrito no ***Novo Dicionário de História do Brasil***, que “ A Maçonaria teve atuação marcante nos principais eventos da História do Brasil, especialmente a partir de 1817, quando contribuiu eficazmente para a eclosão do levante em Pernambuco e capitanias vizinhas”. Tivemos, sim, a participação de maçons, o que é outra coisa...

Por enquanto ficamos por aqui. Acredito que abordei a influência da maçonaria na política do Brasil na colônia e império. Nada tenho o que dizer a respeito da república da espada, do café com leite, ditadura, anos de chumbo e a redemocratização. Conto com as suas luzes para o meu esclarecimento.

Or.: de Petrópolis, 25 de junho de 1999

Fred,

Sem dúvida alguma, este trabalho é de tamanha importância para verificarmos a participação da Maçonaria no Brasil. Costumo dizer sempre, notadamente aos Aprendizes que ingressam em nossa Ordem, que devemos separar a Maçonaria dos Maçons. Assim como na Revolução Francesa, em que o Padre Baruel divulgou a participação da Ordem no movimento que eclodiu na França com a Queda da Bastilha, na realidade não passou de ato de alguns Iluministas Maçons.

Em nossa História é preciso que as pessoas tenham esta idéia precisa - Maçonaria é uma Instituição. Os Maçons, sim, à exceção da Proclamação da Independência e do dia do Fico - em que a Maçonaria atuou enquanto Instituição -, podem ser responsáveis por brilhantes atos de nossa História.

E aqui entra um ponto que entendo ser de sobeja importância - o Maçom participa dos movimentos em prol da Humanidade, mas esta base, este pilar, consegue ele dentro da Ordem. E acredito ser inegável este ponto.

Quanto à definição do Dicionário de História, estou de pleno acordo com você. Há erro crasso. Por exemplo, lançando mão do livro de *Paul Naudon*²⁵, este autor nos apresenta a primeira presença da Maçonaria no Brasil no final do Século XVIII, sob os auspícios do Grande Oriente de França e Lusitano.

Acredito que chegamos à uma conclusão e, por esta razão, podemos traçar um marco histórico inegável.

²³ Mais uma vez remeto o leitor a Eric Hobsbawm que analisou com profundidade este período de ascensão do capitalismo industrial e da consolidação da cultura burguesa in *A Era do Capital*, 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

²⁴ Sobre a falsa identificação entre a Maçonaria e a Carbonária veja: Frederico Costa, *A Maçonaria Dissecada* pp. 41/46, Londrina: Editora Maçônica A Trolha, 1995.

²⁵ *Histoire générale de la Franc-Maçonnerie* - Office du Livre – 1987 – Paris – Paul Naudon

Aproveito, no entanto, seus comentários, para fazer uma tradução ao leigo, no que diz respeito a teísmo, deísmo e panteísmo. Se me permite, encerro meus modestos comentários com este texto:

Teísmo – Deísmo – Panteísmo

Por teísta, o próprio intróito de nosso ritual já diz ao que se destina: O Rito Brasileiro afirma a crença em um DEUS Criador, que, mantendo o tradicionalismo da Maçonaria, é concebido como o **Supremo Arquiteto do Universo**.

De fato, teísmo e deísmo são termos que se confundem em sua origem, mas que são diversos. Procuramos ajuda no **Dicionário de Religiões**, Ed. Cultrix, de John R. Hinnells, para responder à este questionamento e, assim, apresentar a diferença básica entre os dois termos – estes bem diversos do panteísmo.

“ Teísmo é a crença num único ser Divino (“Deus”, mais do que um DEUS) pessoal, ativamente relacionado com a realidade divinamente criada, que inclui a raça humana, mas distinto dela. ”

“Deísmo – na origem, a palavra indica a crença em um só deus, em oposição a ATEÍSMO e POLITEÍSMO. ”

Sob o aspecto da primeira parte que define teísmo e deísmo, podemos quase que afirmar terem os termos o mesmo significado. No entanto, assim não se pode afirmar.

A partir do século XVIII, deísmo passou a significar a crença em que Deus criou o mundo no princípio, mas que não intervém no curso dos assuntos naturais e humanos.

Os teístas, ao contrário, segundo a afirmação contida no Dicionário mencionado, têm em Deus “o Espírito perfeito, existente por si mesmo, do qual depende o mundo para a sua existência, continuação, significado e propósito.”

Já por **panteísmo**, tem-se a crença de que Deus é tudo e está em tudo. Assim, em uma mesa, por exemplo, teríamos Deus. Os **panteístas** não admitem que a mesa tenha sido construída por inspiração divina, mas que a própria divindade ali se encontra.

Feita a distinção entre os três termos, demonstrando ser o Rito Brasileiro teísta, podemos afirmar ser ele místico e esotérico, ao contrário do que muitos afirmam, contrariando esta idéia.

No misticismo temos a certeza de que através de práticas, escritos e experiências, estaremos procurando uma comunhão com Deus. Assim se faz no esoterismo, posto que esotérico é aquele que participa de uma sociedade iniciática e, dali, absorve conhecimentos somente acessíveis aos iniciados.

De qualquer forma, o único objetivo é a aproximação com Deus.

Deve-se esclarecer que a Maçonaria exige de seus membros a crença em um Ser Supremo, para nós designado **Supremo Arquiteto do Universo**.

2. Participação Maçônica X Participação da Maçonaria

Frederico Guilherme Costa e
José Carlos de Araújo Almeida Filho

Or.: de Petrópolis, 10 de julho de 1999 da E.: V.:

Meu Amado Irmão,

Acredito sermos dois incansáveis pesquisadores. Você, sem dúvida, o é. Quanto à mim, diria que estou iniciando neste "trabalho", apesar de inauditos esforços, posto o pouco tempo de Ordem que possuo.

No entanto, Mano, uma questão sempre ficou muito clara para mim - há uma nítida e incontestável diferença entre o papel da Maçonaria em alguns aspectos de nossa História e o papel de Maçons, notadamente no que diz respeito ao processo emancipacionista do escravo - tese esta amplamente discutida por ti. Somente aconselho que as pessoas procurem este seu livro.

A minha "sede" em sugar teus conhecimentos é grande. Então, vamos ao que interessa.

Ao contrário do que muitos afirmam - ou pretendem afirmar - à exceção dos movimentos **O Dia do Fico** (09 de janeiro de 1822) e a **Proclamação da Independência do Brasil**, onde a Maçonaria participou enquanto Instituição, outros tantos movimentos, apesar de liderados por idéias Maçônicas, uma vez haver Maçons à sua frente, não passaram disso.

Não retiro a importância de qualquer um destes movimentos - muito ao contrário. Somente gostaria de delinear uma base distinta e historiográfica, entre o verdadeiro papel da Maçonaria e a participação ativa de Maçons.

Nicola Aslam, por exemplo, em seu livro **Landmarkes e Outros Problemas Maçônicos**, faz uma clara distinção entre o papel da Maçonaria e o de alguns Maçons na Revolução Francesa, ainda que haja aquela velha divergência do lema - **LIBERDADE - IGUALDADE - FRATERNIDADE**.

Sem dúvida, neste caso específico, o papel da Maçonaria na França foi **zero**, ao passo que houve iniciados que lutaram pela Revolução - e, pelo que narra Aslam, ingressaram na Maçonaria somente para tanto. Eram Iluministas, muitos deles com idéias descompassadas com o movimento, tanto assim que o que se viu na França do Século XVIII foi uma barbárie.

Quem incentivou e propagou que a Maçonaria teria participado, enquanto Instituição, da Revolução Francesa, foi o Padre antimaçom, Baruel - e parece que conseguiu seu intento, tanto assim que, até hoje, muitos vangloriam-se por esta passagem da história, onde, apesar de ter rendido bons frutos, teve, também, seu lado nada agradável, uma vez que a burguesia, ao invés de promover a revolução e lutar pela independência, simplesmente, ainda saqueou diversas casas comerciais.

Foi um movimento, certamente, que não contou com o "auxílio" da Instituição.

Meu Irmão, alonguei-me demais, fazendo uma divagação filosófica sobre o acontecimento, distraíndo-me do que pretendemos - que é o pensamento Maçônico no Brasil. Acredito que você virá com luzes, a ponto de ofuscar-me a visão. Na correspondência anterior eu já havia dito isto, ainda que rapidamente.

Aguardo tua resposta.

Or.: do Rio de Janeiro, 22 de julho de 1999

Meu caro mano:

Nesta segunda parte pretendo cuidar do pensamento maçônico das elites brasileiras no período pertinente ao campo onde pesquisei.

Temos como correta a influência das idéias francesas entre os intelectuais do país, conseqüentemente nos maçons, sem desconsiderar a possibilidade de que a filosofia no Brasil imperial foi um luxo de uma elite rica e ilustrada e que a Maçonaria, desde os primeiros movimentos de emancipação, representou um reduto destes senhores fecundos em idéias ou em imagens férteis. Por todo o século XIX a influência francesa será sistemática.

Segundo nos informa João Cruz Costa¹ “o **ecletismo** foi, (...) no Brasil, mais que o positivismo, a ‘filosofia que mais extensas e profundas raízes encontrou na alma brasileira’ e, ainda no fim do Império, ele tinha vigência, se não a tem até hoje”. O ecletismo se apresentava como conciliador de opiniões. Convinha aos interesses das velhas oligarquias que queriam reformas, mas sem a revolução.

Sem negar a influência do positivismo, datado de antes de 1850, Cruz Costa acredita que exagerou-se a influência dele na formação intelectual daquela geração, na firme convicção de que “a maioria dos positivistas aderiu apenas ao espírito cientificista da época”².

Sérgio Buarque de Holanda³ reconhece a importância da Maçonaria na independência, destacando o papel que os maçons puderam desempenhar no movimento de libertação. Determina ainda que a partir de 1852 esta importância entrou em declínio, “confundindo-se com ela (...) uma doutrina [positivismo], também agnóstica e que na era do Progresso, visava a nada menos do que a regeneração da Humanidade pela Ciência”⁴.

Admite-se que a Maçonaria nasceu sob o impacto das **luzes que iluminavam a Europa dos setecentos**. Seus membros viveram as grandes transformações que se operaram no mundo. O absolutismo estava moribundo, mas o **esclarecimento** não alcançava a todos indistintamente. Assim, tivemos no Brasil maçons de tendências conservadoras ao lado de alguns bastante liberais. Sem uma ideologia definida, a Maçonaria caminhou par e passo com a idéia dominante das elites brasileiras, apesar de ter representado uma ponta de modernidade ao defender a emancipação dos escravos e apoiar discretamente a República, notadamente a partir de 1870.

Tratar da história das idéias da Maçonaria no Brasil é, também, descrever a importação das idéias alienígenas. São elas que vão gerar o ideário formativo do pensar maçônico sendo, naturalmente, um reflexo, ainda que muito particular, da Ilustração própria das luzes. Assim, num processo de longa duração na evolução que se apresenta nas idéias maçônicas brasileiras, desde o advento da Independência, os maçons acabam por representar um papel carbonó do pensamento europeu.

A Maçonaria, trazida para o Brasil pelos filhos das elites foi, num primeiro momento, francesa e deísta. Tratava-se de uma Maçonaria que defendia uma religião natural que procurava, pelo menos nos seus fundamentos teóricos, igualar todos os homens, que não negava a existência de um Deus único, neutro, chamado de Supremo Arquiteto do Universo. Em um segundo momento, notadamente a partir de 1850, novas idéias começaram a se fazer sentir nas Lojas e na elite da Maçonaria brasileira: o positivismo que marcou o momento de maior transformação da mentalidade de uma nova burguesia e que possibilitou um desvio do político da Maçonaria brasileira na direção do interesse humano. Visto sob este aspecto, talvez o declínio apontado por Sérgio Buarque de Holanda tenha sido uma mudança de rota dos maçons, naquele momento histórico, na direção do humanismo contido na filosofia moral que buscava descobrir o homem pelo homem.

Este humanismo, que não deve ser, necessariamente, confundido com o humanitarismo marcou uma geração maçônica preocupada com o escravismo. Ao lado de emancipacionistas vamos encontrar, principalmente após a promulgação da lei

¹ João Cruz Costa. “O pensamento brasileiro sob o império” in História Geral da Civilização Brasileira, T. II, 3º volume. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

² Idem, p. 330.

³ Sérgio Buarque de Holanda. “Da Maçonaria Ao Positivismo” in História Geral da Civilização Brasileira, T. II, 5º volume. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

⁴ Idem, p. 289.

do Ventre Livre, abolicionistas notórios como *Joaquim Nabuco*⁵. Apesar dos maçons abolicionistas, o comportamento dos maçons sempre foi na direção da abolição lenta e gradual, respeitando a propriedade. Não foi outro o comportamento dos positivistas brasileiros que, se não negavam o seu mestre, defendendo a eliminação da escravidão, propunham, como a maioria dos maçons, a moderação racional na questão do negro no Brasil.

Sem ser positivista, a Maçonaria brasileira, naquele momento, confundiu-se com o positivismo, na busca da regeneração humana. A preocupação com o negro, com o federalismo e, finalmente com a República, entendida como progresso científico, pode ser, igualmente, encontrada, tanto nos pronunciamentos positivistas quanto nas atas de diversas lojas maçônicas. Entretanto, seria temerário identificar esta sede filosófica [positivismo] com a Maçonaria. A Maçonaria brasileira se apresentava muito mais contraditória do que se pode imaginar, daí a imensa dificuldade de se determinar, com segurança, a influência do pensamento brasileiro na Maçonaria sob o segundo reinado.

Arrisco buscar alguma representatividade da maçonaria a partir da proclamação da república, sem maiores compromissos.

O primeiro período republicano durou 41 anos, ao longo dos quais governaram 13 presidentes, 6 comprovadamente maçons.

Deodoro da Fonseca: de 15 de novembro de 1889 a 23 de novembro de 1891.

Maçonaria: Iniciado a 20 de setembro de 1873 na Loja Rocha Negra (Rio Grande do Sul). Foi grão-mestre do Grande Oriente do Brasil de 24 de março de 1890 a 18 de dezembro de 1891, quando renunciou. Foram suas palavras ao povo maçônico:

“A todos os Maçons espalhados pela superfície da Terra - Saúde, Amizade, União.

“Desejando retirar-me à vida privada, renuncio, no irmão competente, os cargos de que estou de posse. - Capital Federal, 18 de dezembro de 1891.

Ass: Manoel Deodoro da Fonseca.”

Após a abolição tivemos, com a absorção dos escravos, a lógica de que todos são cidadãos, embora sob uma ordem de subordinação. Este projeto foi organizado na sociedade civil sob o argumento de manter-se a sociedade hierarquizada, dentro da lógica tomista-aristotélica de que “os homens nascem desiguais pela sua própria natureza”. O Império desmoronou, justamente, pela impossibilidade de ordenar os grupos dominantes. Para Fernando Henrique Cardoso “na proclamação da República houve, de fato, uma mudança nas bases e nas forças sociais que articulavam o sistema de dominação no Brasil”.

A essência do golpe deve ser buscada na aliança entre os cafeicultores paulistas e os militares. Segundo *Campos Sales* -um dos conspiradores- os paulistas só tramaram em 1889 porque o projeto de 1888 -abolição da escravatura- não estava produzindo resultados.

Os paulistas uniram-se aos militares e *Benjamin Constant* imaginou o modelo do cidadão-soldado, na tentativa de politizar o oficialato, estabelecendo que o soldado deveria zelar pela Pátria desgastada pelo Império. Portanto, a partir de Benjamin Constant o exército tornou-se um dos principais focos de discussão política. Esta união entre cafeicultores paulistas e o exército representou a grande aliança da República Velha que só terminou em 1922 com o movimento tenentista.

Após a Proclamação da República, as lideranças políticas exigiram uma Assembleia Constituinte a ser realizada em 1891. Durante o intervalo de dois anos o Brasil foi governado por *manu militari*, produto daquela aliança entre militares e paulistas.

A Carta de 1891 teve a preocupação de disciplinar o mínimo possível, mas atenta a um projeto alternativo àquele de 1888 - abolição da escravatura-, ou seja, pessoas civilizadas tendo como base a Ordem e o Progresso como fim. No Império a Ordem representou a unidade em torno da Coroa; na República, apesar de mantida a hierarquia, foi estabelecido um novo projeto civilizador.

A idéia de civilização e de progresso passou a se identificar com as letras, o saber, os livros, a cultura, a ciência. O critério básico da exclusão social era a falta do saber ler. Os letrados, condutores do progresso, únicos capazes de compreender a nova ordem. Os analfabetos representavam o atraso, a barbárie -do mesmo modo daqueles vadios que vagavam pelo Império.

⁵ Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo. 19/08/1849 + 17/01/1910 (Washington). Iniciado na mesma Loja de Rui Barbosa: Loja América, de São Paulo, em dezembro de 1868.

Em 15/11/1890, Deodoro enviou uma mensagem de abertura do Congresso Constituinte. O discurso não era ainda do presidente, mas do chefe do Governo Provisório. Nele [discurso] está declarada a ruptura política com o passado colonial e a legitimação de todos os atos. A Carta de 91 será a mais laica possível. Não há referências a Deus porque a República estava em briga com a Igreja em função da separação com o Estado. Toda a elite política se afastou das discussões religiosas. A partir daí tivemos a liberdade de cultos, sem o constrangimento das liturgias em ambientes fechados. Percebemos uma forte influência positivista, onde qualquer referência religiosa era considerada um atraso, um retorno à barbárie.

O discurso pronunciado por *Deodoro* naquele momento procurou associar o golpe de 1889 aos 100 anos da Revolução Francesa. A “providência”, mencionada no texto tende a se relacionar com o “ser supremo”. Quando Deodoro, no discurso, mencionou os grupos que criticavam a República, estava se referindo aos comentários que foram feitos pelos observadores europeus que entendiam a República brasileira como um retrocesso, tendo em vista o prestígio de D. Pedro II, principalmente com a Inglaterra. Entendiam também, esses críticos, que dissolvido o Império, o Brasil também seria dissolvido.

O discurso trabalhava na direção da construção dos “mitos republicanos”. Deodoro explicou os movimentos históricos: a Independência, a abolição da escravidão. A República, entretanto, tinha que ter uma legitimidade histórica que não fosse a da Coroa. Existia a necessidade de construir uma nova visão da História do Brasil. Deodoro estava, portanto, lançando as bases oficiais de uma nova História do Brasil.

O pronunciamento resgatou as marcas importantes de 1789, 1817, 1822 e 1831. Existia, nestas datas, no entendimento dos vencedores, um processo histórico de luta pela República. Uma lógica histórica. Encadeamento sistemático. Um processo que estava amadurecendo até chegar ao golpe de 1889. O que legitimava a República era o ator principal: o povo de forma abstrata. O que estava estimulando o povo era o “progresso”. Uma lógica histórica entremeada pela idéia de “evolução” que teria submetido a Coroa. Portanto, a República como resultado das leis imutáveis da História.

O elemento central que administrou esse processo esteve representado nas camadas dominantes da sociedade. Os “nós” do texto são esses grupos dominantes proprietários. O discurso de Deodoro pretendeu legitimar o novo grupo e identificá-lo com outros grupos que exerceram o domínio em outros tempos.

A mensagem representou uma grande síntese da História do Brasil que serviu para legitimar o sistema. Entendeu Deodoro que estava tudo legitimado, tanto internamente, quanto externamente. Dentro da Ordem republicana surgiu uma nova articulação entre o Estado, os grupos dominantes e a História do Brasil. Uma nova visão das leis imutáveis da História, na busca das razões laicas para justificar o Estado laico.

A nova República manteve o projeto excludente desejado pelas elites em nome do progresso: progresso * Estado (classe dominante) sobre os analfabetos. Se o Estado Imperial representou o atraso, a República passou a representar o moderno, determinando uma nova Ordem social. Foram os políticos paulistas que dominaram esse projeto. Foram eles os responsáveis pela formulação do discurso centrado na lógica do controle paulista sobre o Governo Central.

Eleito pela Assembleia Constituinte de 1891, Deodoro tentou fechar o Congresso por causa de uma Comissão de Inquérito a respeito de uma licitação do porto de Torres (RS) vencida por um primo seu. Tendo em mira a organização de um estado autocrático, provocou o golpe que fracassou por falta de apoio. Deodoro renunciou, o que levou o país a uma grave crise política.

O Presidente tinha sido eleito por quatro anos e renunciou decorridos, apenas, seis meses do seu mandato. Assumindo, *Florian Peixoto* justificou a sua posse, nas regras contidas nas “Disposições Transitórias” por se tratar do Primeiro Mandato de Presidente da República e Vice, restando 3 anos e meio de mandato a cumprir. Entretanto, a Carta determinava que no caso de impedimento do Presidente, nos dois primeiros anos de mandato, novas eleições deveriam ser convocadas. Portanto, na Carta de 1891 a posse de Florian era ilegítima.

Florian Peixoto: de 23 de novembro de 1891 a 15 de novembro de 1894

Maçonaria: Segundo o pesquisador João Alves da Silva (Maceió-AL), citado por José Castellani, op. cit., Florian Peixoto (30/04/1839- Ipioca- AL + 29/07/1895-Barra Mansa- RJ) pertenceu à Loja Perfeita Amizade Alagoana, fundada em 1868. Com o nome simbólico de “Alexandre Magno”, teria sido iniciado nessa Loja, em 1875. O dicionarista Nicola Aslan, op. cit., silencia a respeito desta suposta iniciação do “Marechal de Ferro”.

Florian pertencia a um grupo diferente do de Deodoro. Tinha alianças mais fortes e ligações importantes com os políticos paulistas. Articulava nos bastidores. Conseguiu construir sua base de sustentação no Congresso através de medidas políticas

muito pragmáticas. Pretendeu ser o locutor entre os paulistas e o exército, mas procurando abstrair-se de qualquer aliança. Governou com mão-de-ferro. Aprisionou lideranças e marginalizou instituições como a Marinha.

Seu governo representou uma Guerra Civil que começou no Rio Grande do Sul com divergências entre os grupos de Floriano e os contrários a ele. Teve início com a revolução federalista de 1891 e o auge com a revolta da Armada de 6 de setembro de 1893. O objetivo dos revoltosos era depor Floriano e reorganizar o poder para não beneficiar somente os paulistas e o exército. As duas revoltas queriam a declaração do estado de beligerância para poderem comprar armas no exterior. Na revolta da Armada tivemos luta entre a Armada e os fortes. Desembarque em ilhas como Paquetá, Governador. A esquadra bombardeou a cidade e foi alimentada por navios estrangeiros, principalmente ingleses. Era a ruptura entre o Exército e a Marinha. Esta última, elitista, era simpática à Monarquia, o que nos permite entender o conflito como uma espécie de vídeo tape da ruptura entre a República e a Monarquia.

O governo de Floriano tabelou preços, organizou batalhas patrióticas apoiando um anti-lusitanismo. Procurou estabelecer medidas populares que assegurassem sua base política. Rompeu relações diplomáticas com Portugal e consolidou o poder pelas armas, reorganizando a Marinha e comprando outra Armada. Enfim, consolidou a aliança entre agricultores paulistas e o exército. Os jacobinos eram nacionalistas radicais. Projetavam desenvolvimento sem participação estrangeira. Não eram, entretanto, de esquerda. No Brasil, naquele momento, não se discutia o socialismo, a Internacional, etc.

O conturbado período só terminou em 1894 com Prudente de Moraes e a pacificação da República em 1895. Esta consolidação tituló Prudente de Moraes de “o consolidador da República”.

Prudente de Moraes: de 15 de novembro de 1894 a 15 de novembro de 1898

Maçonaria: Nicola Aslan, op. cit., silencia a respeito da Maçonaria na vida de Prudente de Moraes. José Castellani, op. cit., acena com a possibilidade dele ter sido iniciado, em 1873, na Loja Beneficência, da cidade de Itu (SP).

Depois de Deodoro e Floriano, tivemos Prudente de Moraes que não gozava das preferências do Marechal de Ferro, que tentou indicar outro paulista, mas não lhe foi hostil. Vice-presidente do senado sob Deodoro, Prudente teve respaldada a sua política com os paulistas. Uma vez empossado Prudente, Floriano se recusou a aceitar conspirações. A aliança entre os históricos de São Paulo e os jacobinos militares acabou por sedimentar, de fato, pelo menos em parte da oficialidade, algo mais que o puro ressentimento anti-oligárquico da corporação: um contraditório respeito às instituições e à Lei.

O governo de Prudente concentrou no Tesouro a capacidade emissora, visando unificar as moedas em circulação e, especialmente, assegurar conversibilidade total. Voltou-se, assim, ao que fora a menina dos olhos do Império e ... dos cafeicultores.

No Governo de Floriano tivemos a consolidação da aliança entre agricultores paulistas e o exército. Em 1894 Prudente de Moraes é eleito e em 1895 alcançamos a pacificação da República.

No governo de Prudente emergiu o importantíssimo movimento de Canudos, mostrando a lógica excludente do “saber” e do “não saber”; a nova política que emanava do Rio de Janeiro para a classe excluída; o novo discurso para dar organicidade ao sistema.

Canudos trouxe a tona uma teatralização: o novo projeto político estabelecendo o conflito com aqueles excluídos, mostrando a “eficácia” do discurso do progresso da civilização contra a barbárie. Canudos representou um tipo de Guerra Nacional. Houve uma espécie de comoção nacional. Aquele grupo de Canudos estava “fora da ordem” do poder republicano. Eles representavam a barbárie, o atraso. Naquele momento o grupo da Guerra Civil [1891/1895], que desejava consolidar a união dos paulistas com o exército, se uniu contra Canudos. O marechal Bittencourt foi o grande vencedor de Canudos.

No governo de Prudente a República tomou forma, mas em função das doenças do titular, seu vice Manuel Vitorino, governou a maior parte, tendo transferido a sede do governo do Palácio do Itamarati para o Catete, antiga propriedade do Conselheiro Mayrink que teve os seus bens interditados pós-encilhamento.

Campos Sales: de 15 de novembro de 1898 a 15 de novembro de 1902

Maçonaria: Iniciado em 1863 na Loja “Independência”, de Campinas . Um dos fundadores da Loja “Sete de Setembro”(1863), de São Paulo e da Loja Regeneração III, de Campinas. Recebeu o título de Membro Honorário do Supremo Conselho do Brasil, em 1883 .

No período compreendido entre 1898-1902 tivemos o clímax daquele projeto idealizado pelos fundadores da República. Campos Sales foi o grande estadista da República Velha porque apesar de encontrar um projeto definido, propôs um novo pacto garantidor de financiamentos em troca de apoio. Estabeleceu compromissos entre a Presidência e os Presidentes dos Estados, criando a chamada “Política dos Governadores”. Solucionou um antigo e aparentemente insolúvel problema: legitimação dos processos eleitorais através do controle dos livros de atas pelas Comissões de Verificação de Poderes, constituídas nas Assembléias e nas Câmaras dos Vereadores. Em bom português: transferiu para os grupos locais o controle eleitoral.

Campos Sales harmonizou a Câmara Federal e as Assembléias Estaduais. Consolidou o pacto social com o apoio das classes dominantes, mas convidou também os grupos minoritários para participar do seu projeto. Tudo isto somado a uma autonomia, em determinada medida conseguida.

No campo internacional acertou a dívida externa. Agiu no sentido de exercer um controle sobre a mídia na divulgação dos feitos positivos do governo, mas sem censura ostensiva.

Em função de uma política de arrocho, recessiva, ele deixou o governo vaiado pelo povo. De todo modo é certo que abriu caminho para o auge da República Velha que se dará no governo seguinte de Rodrigues Alves: 1902-1906.

Rodrigues Alves: de 15 de novembro de 1902 a 15 de novembro de 1906

Maçonaria: Não existe comprovação de qualquer ligação de Rodrigues Alves com a Maçonaria.

Rodrigues Alves promoveu a reformulação da cidade do Rio de Janeiro. Resumiu todo projeto republicano num conjunto de reformas arquitetônicas. O que iria acontecer com o povo retirado, expulso, não interessava porque as obras representavam o progresso no espaço entendido como sendo da classe dominante. Eles [classe dominante] entendiam que o espaço civilizado estava muito limitado. Era preciso sanear. “Os outros”, a plebe, não são cidadãos plenos, eles não valem nada.

Afonso Pena: de 15 de novembro de 1906 a 14 de junho de 1909.

Maçonaria: Nada encontramos que comprove a sua ligação com a Maçonaria.

Nilo Peçanha: de 14 de junho a 15 de novembro de 1910.

Maçonaria: Iniciado na Loja Ganganeli (RJ). Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil a 20 de abril de 1917.

Hermes da Fonseca: de 15 de novembro de 1910 a 15 de novembro de 1914.

Maçonaria: Iniciado em 6 de outubro de 1886 na Loja Rocha Negra de São Gabriel, na qual foi iniciado igualmente o seu tio Deodoro da Fonseca.

Wenceslau Brás: de 15 de novembro de 1914 a 15 de novembro de 1918.

Maçonaria: Iniciado na Loja Caridade Mocoquense, de Mococa(SP), em 7 de março de 1896.

Delfim Moreira: de 15 de novembro de 1918 a 28 de julho de 1919.

Maçonaria: Nada encontramos que pudesse relacioná-lo com a Maçonaria.

Epitácio Pessoa: de 28 de julho de 1919 a 15 de novembro de 1922.

Artur Bernardes: de 15 de novembro de 1922 a 15 de novembro de 1926.

Washington Luís: de 15 de novembro de 1926 a 24 de outubro de 1930.

Maçonaria: destes últimos três, apenas Washington Luís foi maçom, apesar do silêncio de Nicola Aslan a respeito. Admite-se, entretanto, que teria sido fundador e 1º Venerável da Loja Filantropia II, de Batatais (SP), além de membro da “União Paulista” e honorário da Loja Amizade .

Epitácio Pessoa concorreu com um candidato de peso, Rui Barbosa - maçom, iniciado na Loja América (São Paulo) em 01 de julho de 1869- . Tentou afastar os militares do poder, nomeando civis para as pastas militares.

O momento dramático da tentativa de revitalizar o modelo fundador da República se deu na Exposição do Centenário de 1922. Ela foi importante porque representou uma “mudança”, ao mesmo tempo que manteve o projeto original.

Em 1922 tivemos o movimento dos tenentes, a Semana de Arte Moderna e a fundação do Partido Comunista. O Morro do Castelo desapareceu para dar lugar aos prédios do Centenário, formalizando o discurso do Progresso como aquele de 1904 com as reformas de Pereira Passos.

Foi Epitácio Pessoa quem suspendeu o banimento Imperial. Esta foi a lógica do discurso de Epitácio Pessoa: “A República não é a ruptura com o passado, mas a continuidade de uma ordem econômica e social”

Algumas figuras, que fizeram a República, apadrinharam os novos elementos da década de 20. A geração de 20 se entendia, se compreendia como moderna, capaz de romper com todas as estruturas sociais e políticas que considerava atrasadas. Aquela geração se via como “gloriosa” em todos os campos. Ela se via como transformadora. A geração de 20 determinou as diretrizes dos próximos 40 anos, estando sempre afinada com as idéias mundiais. Todavia, a década de 20 possuía outras dinâmicas. Enquanto a geração de 1900 foi mais política, esta de 20 quis aprofundar a descoberta do Brasil, procurando influenciar as futuras gerações. Portanto, do ponto de vista cultural e artístico tivemos a Semana de Arte Moderna e do ponto de vista militar, o movimento tenentista. O grande padrinho dos tenentes foi o Marechal Hermes da Fonseca, assim como o do movimento cultural foi Graça Aranha.

O primeiro movimento dos tenentes se deu no dia 5/07/1922: a Revolta do Forte de Copacabana, que pretendeu entregar a liderança ao Marechal Hermes através de um golpe militar. Este forte foi o único estabelecimento militar que continuou a resistir frente a um movimento que se apresentou, como de fato foi, um fracasso. Arthur Bernardes, empossado, governou 4 anos sob Estado de Sítio.

No dia 29/10/1925, o capitão Luís Carlos Prestes lançou um manifesto ao povo de Santo Ângelo . Nele encontramos momentos de ruptura, mas a idéia de ordem e progresso se mantém. Os pressupostos de Prestes, a princípio, são diferentes do Partido Comunista. Ele saiu da Coluna Prestes derrotado, mas comissionado a general com 24 anos, então tido como alguém especial.

Prestes foi o principal líder de oposição ao governo de Arthur Bernardes, ao lado de lideranças civis como Maurício de Lacerda , o político civil mais importante da época.

Os tenentes tinham um programa vago relativo à sociedade. Voto secreto e uma política muito aleatória de confisco. Tinham em mente uma ação interna de moralização do Estado. Falavam da questão do voto secreto, mas não aprofundavam uma política própria de governo. Defesa da Nação. Nacionalismo contra o interesse estrangeiro, que era próprio da geração desta época de 1922: defender o Brasil diante de grupos estrangeiros.

A força do sistema em 22 foi a eloquência: comemorações da independência; modificações feitas por Epitácio Pessoa na cidade do Rio de Janeiro -conjunto de obras modernizadoras que demonstravam a força do sistema através de fatos novos-. Entretanto, tanto no tenentismo quanto na Semana de Arte Moderna, faltaram elementos inovadores da ordem.

Finalmente, a década de 30 estabeleceu o confronto. O pensamento liberal do direito à propriedade e as garantias individuais defendidas pela sociedade, fundamentaram o pensamento liberal do período 1870/1930. Entretanto, a partir do desfecho da Primeira Grande Guerra os grupos dominantes se viram compelidos a tratar com as articulações dos movimentos sociais. A alternativa encontrada foi buscar uma nova ordem antiliberal por excelência através de regimes fortes para manter a ordem social, afastando-se das garantias e direitos individuais. O paradigma foi alemão e a antítese o Partido Comunista.

Os grupos dominantes, enquanto liberais, não conseguiram enfrentar o discurso bolchevista pós 1917, daí o rompimento com aquele tipo de liberalismo e o estabelecimento da força repressora.

Naquele momento só existia um grupo político dominante que poderia alterar o discurso político liberal e reagir contra o bolchevismo. Um grupo que tinha uma tradição antiliberal: os gaúchos.

Júlio de Castilho, um positivista por excelência, tinha à sua disposição a Constituição Gaúcha de 1891 que demonstrava um poder de cima para baixo. Sua política era personalista e caudilhesca. Seu sucessor, Borges de Medeiros, foi substituído por Getúlio Vargas, ministro de Washington Luís. Será Getúlio, circundado por seus seguidores, que irá ocupar o Catete em outubro de 1930, sepultando o último candidato paulista e a própria República Velha.

O exército apoiou o golpe apesar de agregado ao sistema. Os militares trocaram o apoio aos paulistas pelos gaúchos. A nova ordem mundial naquele momento estava dividida entre os bolchevistas e as classes políticas não liberais. A deposição de Washington Luís encerrou o primeiro período republicano brasileiro.

3. O Socialismo

**Frederico Guilherme Costa e
José Carlos de Araújo Almeida Filho**

Com relação a organização da estrutura social do Brasil no início da República e ao socialismo, temos dois importantes textos: o Programa do Partido Socialista do Rio Grande do Sul (1897) e o Programa do Centro Socialista, redigido por Antônio Piccarolo (1908). Estes documentos refletem a opinião de poucas pessoas daquela época, principalmente de imigrantes italianos, alemães, anarquistas, socialistas e comunistas. Estes últimos, dentro do entendimento da época.

O texto de Piccarolo, mais elaborado teoricamente, procurou resumir todas as experiências dos núcleos socialistas e das juntas proletárias existentes. Nominou movimentos para depois fazer a crítica. Foi o primeiro texto fundamental para a esquerda no Brasil, que falou em consciência política e governo popular; consciência de cidadania nacional. Distinguiu o proletariado industrial dos demais: o fundamental para a esquerda era teorizar, conhecer a sociedade brasileira para formar um projeto. Discurso sobre a realidade do processo social. Era imperioso estudar. Pela primeira vez foi levantada a relação Saber/Poder. O grupo dominante, detentor do SABER, conhecia as relações sociais e agia sobre a sociedade.

O autor do segundo texto propunha que os proletários, as minorias, se apercebessem da necessidade do SABER para chegar ao PODER. Não estabelecia prazo para isto, mas apresentava esta fundamental necessidade. Trata-se da primeira tentativa de apreender a lógica da sociedade.

São dois textos fundadores do movimento socialista. Os “germes do marxismo” já estavam lançados, entretanto os grupos dominantes entenderam o movimento socialista como encaravam o problema social: CASO DE POLÍCIA.

A derrota e o massacre da Comuna de Paris, foi para a esquerda européia “o fim do mundo”, uma grande depressão. Como consequência representou o período do Imperialismo com aquelas classes que se consideravam triunfantes -as conservadoras-, cooptando as lideranças sindicais. Então, o movimento sindical e de esquerda não tiveram outra alternativa a não ser lutar por pequenas reivindicações.

A idéia dominante era a de uma Ordem através de um respeito ao Progresso e a Civilização. Para os vitoriosos seguimentos conservadores a luta de classe estava superada com a continuidade das políticas assistenciais que parecia, naquele cenário, poder resolver todos os conflitos. Iniciava-se a Era dos Impérios: homens socialmente mantidos com recursos (capital) extorquidos dos países alcançados pelos Impérios. Acreditava-se que a humanidade tinha, finalmente, chegado ao seu estado ideal.

Acontece que este estado de espírito era absolutamente falso. Nada era estável e harmônico. Em 1914 ruíu o discurso liberal. Os sinais já tinham sido dados por líderes de esquerda. Toda aquela Ordem desabou com uma guerra entre as Nações Imperialistas, porque o objeto daquele conflito foi a disputa das regiões coloniais.

O período das Exposições Internacionais, que apresentavam as conquistas tecnológicas em nome do Progresso e da Civilização, mostrava um quadro onde não poderia existir novas guerras, mas a guerra de 1914 acabou com toda esta atmosfera falsa. Portanto, com a eclosão do conflito, nunca antes ocorrido naquelas proporções, o discurso do Progresso e da Civilização não pode mais sustentar-se. A contradição entre o discurso e a realidade prática era manifesta. Não foi possível continuar aquele tipo de discurso liberal. Ficou claro que a lógica da História era a mudança permanente. O mundo jamais seria o mesmo, pelo menos até a queda do muro de Berlim no longínquo 1989...

Anexo 1:

Mensagem de Abertura do Congresso Constituinte (15/11/1890): Do Presidente Marechal Deodoro Da Fonseca

“Senhores membros do Congresso Nacional: A providência, que regulou por leis eternas e imutáveis tudo quanto o universo encerra, aprouve que eu fosse elevado à magistratura suprema de nossa Pátria, na hora histórica do 15 de novembro do ano passado, e conservar-me a existência, muito ameaçada, então, para, através de um período que se me afigurava longo demais, pelas tremendas responsabilidades que assumi, saudar-vos no aniversário daquele glorioso dia, entregando-vos os destinos da Nação. (...) Para vós, que acompanhastes a celeridade e precisão das evoluções republicanas nos últimos anos do Império, que fostes também obreiros impulsionadores do movimento que desde os tempos coloniais teve precursores e mártires, não passou de certo indiferente a injustiça com que foi julgada a obra meritória e redentora do 15 de novembro na quase totalidade do velho mundo. (...) No mais sombrio da nossa existência colonial, a aspiração da liberdade penetrou no íntimo de todas as consciências e gerou erupções terríveis da soberania da razão contra as violências e fraudes da soberania de convenção.

Tinham os nossos maiores um tal culto pela democracia que um só elo do despotismo antigo não era quebrado sem que não respondêssemos com a adesão armada, celebrando as páscoas da liberdade com o sangue sagrado de patriotas abnegados, sublimes de coragem e resignação na hora do martírio.

A inconfidência mineira, todos os motins e revoltas políticas que minavam o solo da pátria até a sangrenta revolução de 1817 nunca acentuaram, simplesmente, a idéia de emancipação colonial. E, para os que quiseram ver na independência alcançada em 1822 a palavra suprema de nossos anseios, apontaremos o 7 de abril de 1831, em que banimos o primeiro imperador, e só o ainda quase berço de um órfão, que ele confiou à nossa guarda e carinhos, pode conter a pronunciada aspiração republicana de então. (...)

Para destruir as incongruências do passado e pôr em harmonia os órgãos do poder público com as necessidades do presente e as instituições novas da política republicana, eram de mister reformas que satisfizessem desde logo todas as exigências deste regime. (...) Há um ano apenas que iniciamos a demolição de três séculos. Essa demolição não tem sentido nem será jamais a devastação do conquistador, porque a Pátria era nossa.

Sejam estes os rumos da Pátria nova, únicos que nos podem conduzir à altura dos destinos que nos estão reservados na América.”

Anexo 2

“Manifesto de 29-10-1924.

Povo de Santo Ângelo!

É chegada a hora solene de contribuirmos com o nosso valoroso auxílio para a grande causa nacional. Há 4 meses a fio que os heróis de São Paulo vêm se batendo heroicamente para derrubar o governo de ódios e de perseguições que só tem servido para dividir a família brasileira, lançando irmãos contra irmãos como inimigos encarniçados. Todo o Brasil, de Norte a Sul, ardentemente deseja, no íntimo de sua consciência, a vitória dos revolucionários, porque eles lutam por amor do Brasil, porque eles querem que sejam confiscadas as grandes fortunas feitas pelos membros do governo à custa dos dinheiros do Brasil, porque eles querem que os governos tratem menos da politicagem e mais do auxílio ao povo laborioso, que numa mescla sublime de brasileiros e estrangeiros, irmanados por um mesmo ideal, vive trabalhando honestamente pela grandeza do Brasil. Todos desejam a vitória completa dos revolucionários, porque eles querem o Brasil forte e unido, porque eles querem pôr em liberdade os heróicos oficiais da revolta de 5 de julho de 1922, presos porque num ato de patriotismo, quiseram derrubar o governo Epitácio, que esvaziou criminosamente o nosso Tesouro, e porque quiseram evitar a subida do governo Bernardes, que tem reinado à custa do generoso sangue brasileiro.

Todos sabem hoje, apesar da censura da imprensa e do telégrafo, apesar das mentiras oficiais espalhadas por toda a parte, que os revolucionários têm recebido verdadeira consagração por onde têm passado e que até hoje não foram batidos. (...) Já é tempo de estancar o sangue brasileiro, já é tempo de fazer o governo respeitar a vontade do povo, já é tempo de lutarmos não peito a peito, mas sim ombro a ombro, para restabelecermos a situação financeira do Brasil, para recobramos o dinheiro que os nossos maus governos nos roubaram e podermos assim evitar que em 1927 o governo inglês venha tomar

conta de nossas alfândegas e das nossas ricas colônias para cobrar a dívida do Brasil. Hoje, 29 de outubro, por ordem do general Isidoro Dias Lopes, levantaram-se as tropas do Exército das guarnições de Santo Ângelo, S. Luís, São Borja, Itaqui, Uruguaiana, Sant'Ana, D. Pedrito, Jaguarão e Bagé; (...) Não queremos perturbar a vida da população, porque amamos e queremos a ordem como base do progresso. Podem, pois, estar todos calmos, que nada acontecerá de anormal (...) fica aberto o voluntariado (...) Todas as requisições serão documentadas e assinadas sob a responsabilidade do Ministério da Guerra.

Pelo Governo Revolucionário do Brasil. Cap. Luiz Carlos Prestes.

Anexo 3: Programa do Partido Socialista do Rio Grande do Sul (1897)

“Crente de que somente a forma republicana poderia dar-lhe a felicidade almejada, [o povo recebeu-a] como dádiva. No entanto, mal grado seu, com o regime sucessor da soberania de um homem inviolável e sagrado não lhe veio a felicidade ansiosamente desejada, porque a esta soberania substituiu uma outra que não é sua. E, triste corolário, ainda outra vai se erguendo agora, lentamente, como uma serpente: é a pior de todas, é a mais tirânica para o povo, chama-se o capitalismo. É um grande mal que nasce; urge opor-se-lhe em benefício de todos, um grande remédio: o socialismo.

(...) O Estado subordinado a interesses apenas de uma ou duas classes, minoria insignificante porém armada de poderes especiais, não pode trazer o bem estar a todos. O Estado deve ser de todos e para todos; o sistema igualitário é o único que conseguirá estabelecê-lo, e sua instituição só virá por meio dos esforços da vitória do proletariado, que é a verdadeira maioria. (...)

Na ordem política, o ponto culminante (...) é este: o governo de um sob a influência citada, representando e defendendo interesses de pequenos grupos quase sempre em oposição ao que precisa a coletividade; as mesquinharias elevadas à altura de casos de que depende a salvação geral (...) o menosprezo da educação intelectual do povo, o deslustre da justiça; em resumo: a mistificação da liberdade, a negação da igualdade, a extinção da fraternidade. A ordem econômica é antes uma desordem, um verdadeiro caos (...) a agricultura desprotegida e quase estacionária por isso (...) o governo empenhando o que é do Estado para obter dinheiro com que enfrentar dificuldades da crise, etc. etc. (...) [A República] é o regime do domínio da minoria (...)

O socialismo, saiba-o bem claramente o povo, não é a desordem, isto é, o regime dos motins, do roubo e nem tão pouco uma utopia (...) O socialismo é o verdadeiro regime da liberdade.

(...)

O partido socialista tratará, como as primeiras exigências da atualidade, de conseguir o seguinte:

(...)

III -Ampliação do sistema eleitoral; reconhecimento do direito de voto e elegibilidade à mulher; severas medidas contra a fraude da vontade popular nas eleições.

(...)

VI -Instrução geral e profissional gratuita, bem como todos os utensílios necessários ao estudo, e além disso vestuário e alimentação, a expensas do Estado, para os filhos das classes pobres.

(...)

VIII -Abolição de privilégios e monopólios a particulares; e na concorrência pública para as obras do Estado (...)

IX -Imposto gradual e progressivo as heranças; estabelecimento de um limite em favor do Estado, que o aplicará unicamente no sustento e vestuário dos inválidos e indigentes.

X -Redução oficial do dia de trabalho a 8 horas (...)

(...)

XIII -Construção de prédios, à custa do Estado, sob todas as regras de higiene, para moradia de proletários, mediante aluguel equitativo.

XIV -Assistência médica gratuita, por meio de postos sanitários onde continuamente, quer à noite, quer de dia, se

encontrem médicos e medicamentos à disposição das classes pobres, sendo tais postos estabelecidos à razão de um para 500 habitantes.

(...)”

Programa do Centro Socialista Paulistano, Redigido por Antônio Piccarolo (1908)

“(…) Tantas tentativas, tantos insucessos (…) Os círculos [socialistas] caíram num letargo de morte (…) O mesmo ocorreu com a organização proletária (…) Uma greve do pessoal da Estrada de Ferro da Companhia Paulista reavivou os entusiasmos do diminuto proletariado, levando-o a uma greve geral que acabou numa completa derrota. Uma parte dele, que saiu ilesa desta derrota, iniciou uma agitação para a conquista das oito horas de trabalho em que obteve uma fácil vitória, porque proprietários e indústrias sabiam que (…) fácil lhes seria burlá-las, continuando com um horário superior às condições estabelecidas(…).

A razão destes insucessos para o socialismo, como para a organização operária, deve-se procurar na natureza e no caráter anacrônico que se lhe quis impor. Esquecendo que viviam no Brasil, país saído havia pouco da escravidão, propagandistas e organizadores quiseram criar um socialismo e uma organização baseada nos moldes das existentes nos países economicamente mais adiantados (…) As organizações operárias, sob a influência de elementos generosos, mas com as cabeças nas nuvens, dirigiam a proa para a França, imitando os sindicalistas e traduzindo as obras de Sorel e de outros revolucionários.

(…)

Que é que se pode fazer, depois de conclusões tão pessimistas e negativas? (…) Os que alimentam em si uma centelha de boa vontade...devem sufocá-las, desistir de tudo, por causa dos insucessos do passado (…)? Não. O insucesso do passado é devido à pretensão de impor um programa de ação anacrônico, um programa abstrato utópico, em contraste com as condições presentes. (…)

Convencidos que tudo está por fazer, pois a classe trabalhadora manteve-se até hoje ausente (…) Procurarão logo convencer os trabalhadores da oficina e do campo de que arma poderosa e terrível é a conquista política, e de que não é suficiente modificar a forma de governo, mas é preciso modificar também a substância, o substrato econômico; que a democracia não consiste na constituição escrita, mas sim num governo verdadeiramente popular; que não é possível um governo do povo, sem a existência de uma consciência popular. (…)

E os que tendem para a Terra Prometida do coletivismo, serão um tanto mais fortes e seguros de si, quando mais completa será a noção que eles tiverem da lonjura e das asperezas do caminho”.

Prossigo, com muita ousadia, até o presidente Fernando Henrique Cardoso:

O nacionalismo de Vargas foi essencialmente reacionário, de direita, conservador. Getúlio é o fundador da nacionalidade por excelência.

O nacionalismo no Brasil permitiu a construção de alternativas políticas centradas no consumo interno e desenvolvimento auto-sustentado.

Este tipo de desenvolvimento recebeu apoio da iniciativa privada brasileira, apesar do política fiscal forte desenvolvida pelo Estado. A poupança interna tinha que ser centrada, internamente, nos grupos ricos e nas classe média emergente e, externamente, no aporte de capital, ainda que esse projeto político nacionalista não agradasse aos países imperialistas.

A política nos anos 50, representou um pacto nos elementos identificadores da nação, que a ela aderiram apesar de certa relutância por parte das pessoas em relação aos políticos.

Vargas chegou ao poder com a responsabilidade de dar curso ao nacional-desenvolvimentismo, procedendo à nova adequação entre as necessidades sociais e as políticas públicas: emprego para as massas urbanas, indústrias para operários e burguesia nacional. Modernos meios de segurança para as Forças Armadas, mercados externos para os produtos agrícolas, ferro e aço para mover o sistema em seu conjunto. Somente a nação poderia construir canais sólidos para melhoria da vida através do pacto “Brasil”. Foi o momento da classe dominante assumir as suas responsabilidades -políticas sociais.

O PSD e o PTB, partidos surgidos da própria obra do Estado Novo, estavam enquadrados como os demais partidos que surgem, essencialmente nacionalistas. Isto porque a falência da democracia representativa levou ao consenso de que todos

os partidos tinham que ser nacionalistas.

O PSD, construído como máquina das Interventorias, se afirma como partido em 1950, intrinsecamente ligado a Vargas. O PTB, como máquina sindical, surge no decorrer da campanha do “queremismo”. A UDN, grupo opositor a Vargas, contra as Interventorias, claramente à direita, crítico da política social, acreditava que o sistema estava à esquerda, o que poderia favorecer o comunismo.

Com o golpe de outubro de 1945 e a deposição de Vargas, a UDN aparentemente saiu vitoriosa. Todavia, a derrubada de Vargas não teve, como se esperava, a devida repercussão política e popular. Ao contrário, a forma como Getúlio caiu fez com que ele aparecesse, aos olhos da opinião pública, como vítima.

Dutra estava submetido ao prestígio de Vargas, uma vez que não podia governar senão com o apoio dos grandes partidos (PSD e PTB) formados por Getúlio no fim do Estado Novo.

No plano externo o governo Dutra inseriu-se nos quadros da Guerra Fria, sob influência dos Estados Unidos. Assim, o Brasil rompeu relações diplomáticas com a União Soviética, ao mesmo tempo que o PCB era colocado na ilegalidade. Sucedeu-lhe Vargas, apoiado pelo PTB, pelo PSP e pela facção dissidente do próprio PSD.

Podemos encontrar as raízes do neo-liberalismo no pensamento udenista. Participação de grandes financistas, banqueiros, interesse de grupos estrangeiros. Não adoção do controle de mercado. Contra a reforma agrária.

Getúlio caiu muito rapidamente por causa da diferença da articulação entre o discurso democrático e as medidas que foram tomadas. Ele já estava deposto no dia do seu suicídio. O grande estopim foi o atentado da Toneleros envolvendo o major Rubens Vaz e o político Carlos Lacerda.

De todo modo, a morte de Getúlio ensinou alguma coisa ao povo brasileiro. Se ele, Getúlio, era escravo do povo, este povo devia ser também escravo de alguém. Com a sua morte, com o seu sacrifício, o povo seria libertado pelo sangue. Portanto, a carta testamento transformou-se num manifesto. Na carta Getúlio retoma a idéia de que a Revolução de 30 representa o marco de libertação do Brasil.

O governo de Juscelino enfatizou a política desenvolvimentista e o Plano de Metas. O Estado como instrumento coordenador. Abertura para o capital estrangeiro. Criação da Sudene e da GEIA. Criação da OPA. As multinacionais e a dependência econômica.

A candidatura Lott/João Goulart era entendida como o grande salto da esquerda para a sua legitimidade do poder. Entendida como uma força para realizar as reformas que o PTB, a esquerda, e os grupos comprometidos com os projetos nacionais, achavam necessárias para o desenvolvimento da nacionalidade. Perdeu para o ambíguo governo de 6 meses de Jânio Quadros.

Jânio e UDN não conseguiram forças para fortalecer o pacto político dentro do chamado populismo. Jânio não gerou hegemonia, nem na área militar. O último golpe militar vinha de 1955 quando Lott garantiu a posse de Juscelino. Lott era um militar líder. Jânio estava inimizado com os servidores públicos e rompeu a sua relação com a máquina do serviço público. Com a renúncia tivemos o episódio do vice Goulart, expondo o racha entre os militares nacionalistas. O que impediu a Guerra Civil foi a opção parlamentarista.

O apoio que Goulart tinha dos militares nacionalistas foi perdido com a quebra da hierarquia militar. Ele perdeu apoio pela contrapropaganda e por algumas medidas tomadas. O modelo de Jango proclamava a insubordinação, diziam os militares. O que ocorreu com Jango foi uma série de erros políticos. Quando do discurso da Central do Brasil já havia a conspiração, mas não hegemônica.

A ala à esquerda do PTB estimulou o golpe de 1964, resultado de uma grave crise institucional porque o governo perdeu a capacidade de controlar as massas, tornando-se refém delas.

Naquele momento tivemos uma questão institucional com uma inversão da correlação de forças da aliança. Ou o PSD aderiu a esta nova onda e pagava o preço desta decisão -expropriação, reforma agrária urbana, pagamento de interesses sociais, bancando a proposta nacionalista básica do projeto- ou se recusava a esta aliança e rachava o país em dois, levando o Estado a uma crise institucional que poderia se transformar numa Guerra Civil.

O golpe de estado em 1964 foi uma consequência imediata da falta de rumo. Não havia um projeto acabado, o que gerou uma crise mais grave do que a de 1961. Depois do comício da Central, onde o projeto do PTB foi definido, só restou ao Estado aceitá-lo ou recusá-lo. Aos grupos dominantes do PSD caberia aceitar ou não. A UDN e os militares, que desde 1950 estavam contra o governo, negaram esse projeto e partiram para a reação.

A união do PSD com a UDN elegeu Castelo Branco com a finalidade de abortar o projeto do PTB. Começaram as cassações com o Ato Institucional nº 1 afastando todos os partidários do anterior modelo com mandato popular.

A vitória de Negrão de Lima no Rio de Janeiro levou o governo revolucionário a eliminar os tradicionais partidos e criar o bipartidarismo: ARENA e MDB. O primeiro consolidava a aliança entre PSD e UDN; o segundo compunha as forças restantes que discordavam das propostas da ARENA como, por exemplo, Tancredo Neves que apesar de ser do PSD era getulista.

Esses foram os primeiros momentos da instalação do governo militar. A partir daí tivemos um maior fechamento, com a esquerda eliminada do projeto nacional. Até 1968 o Estado ainda se preocupava em manter um verniz de legalidade. Com a resistência mais crescente ao arbítrio, como, por exemplo, a Frente Ampla, que pretendeu a união entre Jango, Lacerda e Juscelino, o governo partiu para o fechamento total com a promulgação do AI 5, sob o pretexto da negativa do Congresso em autorizar o processo contra Márcio Moreira Alves. O Congresso foi fechado e o presidente investido com os poderes ditatoriais.

Na ditadura do Estado Novo, houve uma tendência de eliminar qualquer estrutura partidária e criar corporações. Em 1964 a Ditadura Militar -apoiada pela direita do PSD, unida a UDN e com as Forças Armadas- não pôde prescindir do regime representativo parlamentar, apesar dos arbítrios praticados contra o Congresso. O Parlamento serviu para estabelecer as bases para o condomínio do poder. Um canal entre as classes dominantes e os militares.

O golpe de 1964 solucionou o grande problema que existia aquela data de subordinação do poder às políticas demagógicas, dependentes de plataformas políticas socializantes. Os novos donos do poder puderam, então, promover políticas dos seus interesses sem os entraves do sistema anterior.

O grupo em torno de Goulart acreditava, ingenuamente, que seria possível realizar as reformas sem o confronto. Portanto, o golpe de 1964 foi uma reação ao sistema, ainda que esta reação pudesse levar o Brasil a uma Guerra Civil.

Quando chegou a hora do confronto, a elite que gravitava em torno do poder se retirou deixando órfãos de liderança política todos aqueles que tinham apostado naquele sistema e naquele projeto.

O modelo político do governo militar representou a destruição da velha ordem, a anulação da vida política através dos atos institucionais e com o fortalecimento da “linha dura”. Com Médici tivemos o “milagre econômico”, a guerrilha urbana - ALN, MR8, VAR-Palmares. A repressão foi violenta na consolidação do poder militar-tecnocrático.

Com Geisel tivemos o “estilo imperial” e a ambigüidade da distensão. O pacote de abril e a crise sucessória com a exoneração de Sylvio Frota. A ascensão de Figueiredo e o fim do AI-5.

O país mostrou, então, um cenário de contradições: concentração de renda, crescente dívida externa, especulação financeira e os movimentos trabalhistas de 1978 que levaram à abertura.

Essa abertura ocorreu devido a impopularidade do governo militar. O terrorismo de direita promoveu incêndios em bancas de jornais e bombas no Riocentro. Mudanças ministeriais refletiram uma imagem de incompetência. Seguiu-se a reforma partidária, a anistia e a fundação do Partido dos Trabalhadores em 1982.

A campanha das diretas foi derrotada pela coesão do PDS, mas o Colégio Eleitoral deu a vitória a Tancredo Neves do PMDB que não chegou a tomar posse, assumindo o seu vice, José Sarney.

Finalmente, com a Constituição de 1988 os confrontos se tornaram mais latentes, mas o país parecia estar em paz, apesar da desmoralização do governo Sarney. O PT se apresentava como alternativa de governo, mas venceu o conservadorismo que elegeu Fernando Collor, que “brindou” seus eleitores e opositores com os planos Collor I e II, levando o modelo econômico liberal ao fracasso. Seu governo foi marcado pela corrupção o que levou o Congresso a promover o seu impeachment.

Assume, então, o seu vice Itamar Franco com um aparente recuo do modelo econômico anterior. Seu governo, dúbio, promoveu um plano de estabilização monetária, o Plano Real que, pelo sucesso inicial na contenção da inflação, elegeu Presidente da República seu ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso.

Concluindo, temos que de 1945 ao final dos anos 70 vivemos um processo de conflito entre duas tendências básicas. Uma tendência mais à esquerda buscando garantir melhores condições de vida para a população; tentando ampliar aquilo que tinha sido prometido em nome da nacionalidade. A outra entendia que a modernização da Nação passava por políticas de fortalecimento dos valores que remetiam à tradição, visto que de forma nenhuma pretendiam mudanças na infra-estrutura de classes. Esta segunda tendência passava, igualmente, pelo discurso nacional, mas sem mudanças nas estruturas de poder hierarquizadas, autocráticas, que caracterizava aquela política que vinha desde 1930.

Como se viu, portanto, a partir da era Vargas a participação da Maçonaria, no processo decisório, carece de efetiva demonstração.

Não se está a afirmar que houve declínio do seu prestígio, mas a sua influência já não guarda as proporções tão bem

dimensionadas no curso do século XIX, ao menos no Brasil. Novos grupos, novos pensamentos se alinham em torno de novas lideranças. Estas, dia a dia, vão ganhando espaço no cenário nacional. Parece que é tempo de repensar a posição da Instituição Maçônica no contexto das novas idéias, restaurando-lhe o prestígio, reafirmando os seus ideais.

Aí está, meu Poderoso Irmão, as minhas sadias ousadias. Espero as luzes...

Or.: de Petrópolis, 01 de agosto de 1999

Meu Dileto Irmão Fred,

Confesso-lhe que estou sem fôlego - no bom sentido. E espero que os leitores assim se sintam, uma vez que o trabalho é de um verdadeiro Mestre em História.

Não há que se esperar luzes, pois não me atreverei a fazer qualquer comentário a respeito. O ensaio, por si, já demonstra ao que veio. Somente farei algumas considerações que, no momento, me parecem oportunas, mas sem adentrar no aspecto histórico, posto que esta é "sua praia".

Aproveito o ensaio lançado ao final de sua tese para acrescentar que eu pesquiso a Maçonaria no Século XX, com sua integração no Século XXI, notadamente partindo da idéia de um fortalecimento das Ordens paramaçônicas, como a APJ - Ação Paramaçônica Juvenil - e a Ordem De Mollay. Mas terei bastante tempo para falar sobre isto, ainda aqui, neste diálogo.

Sua base está no Século XIX e, desta forma, podemos concluir que há uma integração em nossos campos de pesquisa. De um lado, um Historiador, de outro, apenas um investigador. Completamos nossos pontos de vista. Apesar de não o ser, considero-me um sociólogo, posto que pretendo passar o que vejo, sem interferir com opiniões. O papel do Historiador é outro.

Lembro-me de um Aprendiz que, certa vez, afirmou que a Maçonaria era fonte de poder. Realmente, fiquei pasmo e, de certa forma, metaforizando, poderia dizer que caiu-me o queixo.

Que poder é este que vislumbra na Maçonaria? Que vaidade é esta? Por que temos que estar presentes em todos os momentos políticos da Nação?

Se estivéssemos presentes em todos os momentos políticos, com nossos ideais, ainda que alguns lancem comentários de serem eles reacionários, sem dúvida alguma estaríamos lutando por justiça social - fato este que vem sendo abandonado.

Basta analisarmos a filosofia do Direito para afirmar que a Maçonaria nela encaixa-se como uma luva - os ideais, as idéias, os pensamentos...

Quanto ao racionalismo que você mencionou, somente posso fazer um adendo, parte de um trabalho apresentado para a Loja de Pesquisas Maçônicas Quatuor Coronati do Brasil, sobre Maçonaria e Religiosidade. E, ao depois, na terceira pergunta, veremos como tem propriedade o que aqui se tratou a nível histórico:

René Descartes, em seu **Discurso do Metodo**, afirma a crença em Deus, asseverando: " Ora, depois que o conhecimento de Deus e da alma deu-nos assim a certeza Dessa regra, é bem fácil saber que os sonhos que imaginamos durante o sono não devem de modo algum fazer-nos duvidar da verdade dos pensamentos que temos quando acordados. Pois se acontecesse que, mesmo dormindo, ocorresse uma idéia muito distinta, como, por exemplo, que um geômetra inventasse alguma nova demonstração, seu sono não impediria de ser verdadeira. "



Sem dúvida alguma, o Iluminismo nos trouxe esta concepção de religiosidade, posto que mais se deu importância à razão:

ILUMINISMO ou IDADE DA RAZÃO, período na história em que os filósofos deram ênfase ao uso da razão como o melhor método de se chegar à verdade. O período iluminista começou no séc. XVII durando até o final do séc. XVIII. O Iluminismo também é chamado de *Século das Luzes*. Entre seus líderes, figuram vários filósofos franceses, o marquês de Condorcet, René Descartes, Denis Diderot, Jean Jacques Rousseau e Voltaire, e o filósofo inglês John Locke.

Os líderes do Iluminismo baseavam-se muito no método científico, com sua ênfase na experiência e na observação cuidadosa. Nesse período, houve descobertas de grande importância nos campos da anatomia, astronomia, química, matemática e física. Os iluministas organizaram o conhecimento em enciclopédias e fundaram sociedades científicas. Acreditavam que o método científico podia ser aplicado ao estudo da natureza humana. Estudaram pontos controversos na educação, no direito, na filosofia e na política, e atacaram a tirania, a injustiça social, a superstição e a ignorância. Muitas de suas idéias contribuíram diretamente para a deflagração das revoluções norte-americana e francesa no final do séc. XVIII.

Para os iluministas, o progresso nos assuntos humanos parecia assegurado. Acreditavam ser apenas uma questão de tempo até os homens aprenderem a deixar a razão, e não a ignorância, a emoção ou a superstição, guiá-los. Quando os homens conseguissem isso, viveriam felizes. Condorcet expressou esse otimismo em seu *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano* (1793-1794).

©1999 Enciclopédia Koogan-Houaiss Digital



4. Maçonaria e Igreja Católica

Frederico Guilherme Costa e
José Carlos de Araújo Almeida Filho

Or.: de Petrópolis, 10 de agosto de 1999

Mano Fred,

Interesso-me, sobremaneira, pelo tema envolvendo Maçonaria e Igreja - especialmente quando estamos diante do antimaçonismo. Acerca do antimaçonismo, pretendo, ainda, em outro momento, discutir o tema com você.

Por enquanto, ficarei com o que tenho analisado nestes últimos meses de pesquisa. Chama-me muito a atenção o fenômeno Internet, já que parece ser um veículo de extrema credibilidade e, acerca disto, tracei algumas linhas para a Loja de Pesquisas Maçônicas Quatuor Coronati do Brasil.

Mas, neste diálogo com você, tentarei expor de forma clara minha posição com relação a esta questão - MAÇONARIA x IGREJA.

Este tema é bastante interessante e deve ser analisado sob alguns aspectos, a começar, salvo engano, pela Questão Religiosa. Será apenas um conceito glosador, pois espero tuas ulzes históricas sobre este assunto. Depois, partirei para alguns conceitos mais modernos que envolvem o tema. E, neste ponto, vou contar com os livros do Padre Alberton, além de outros de natureza anti-maçônica, contando, ainda, com alguma coisa retirada da Internet.

Assim escrevi anteriormente¹:

“ Todos acreditam, não se sabe o motivo, que a Maçonaria combate a Igreja. Isto não é verdade. A Maçonaria abrange em seu seio pessoas de todos os credos, raças e classes sociais. Através de divulgações falsas e sem qualquer fundamento, nasceu um mito de que a Maçonaria não aceita a Igreja.

(...)

A 02 de março de 1872, o padre Almeida Martins - Maçom -, saudava o Visconde do Rio Branco, que, à época, era o Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil. Este fato levou o padre a ser suspenso, o que causou, de imediato, um conflito envolvendo os bispos, a maçonaria e o próprio império. ”

Como disse antes, quem irá narrar este fato, com maior propriedade, é nosso Irmão Fred. Mas, creio eu, já que a Maçonaria brasileira nunca foi anticlerical, este teria sido o marco para uma batalha que perdura até os dias de hoje, conforme veremos.

Na Internet, Mano, a coisa se agrava, posto que não há uma política legal que proíba a veiculação de temas agressivos. Ainda que se trate da liberdade de expressão, seria impossível rebater as assertivas impostas por alguns "sites²", já que, neles mesmos, deveria haver o direito de resposta.

¹ **A MAÇONARIA AO ALCANCE DE TODOS** - José Carlos de Araújo Almeida Filho - Gráfica do Grande Oriente do Brasil - 1999 - Brasília - DF - <http://www.geocities.com/Athens/Agora/8232>

Mas, vamos ficando por enquanto, com o que dizem.

Há um "site" na Internet, de um Sr. Dilson Kutscher, que trata de um plano diabólico para acabar com a Igreja Católica. Neste plano encontra-se a Maçonaria. Veja o que ele diz:

“ O Masterplan é diabólico. Afirma-se que já existem mais de 1300 padres católicos que realmente não são católicos e sim comunistas ordenados padres.

Esses, porém, não seriam os reais executores do Masterplan. Seus executores seriam os realmente católicos que se deixam enganar. Os bons bispos, os bons padres e as realmente boas freiras, que se deixam embarcar com o slogan do "amor ao próximo".

Você e eu, querido amigo católico, são os que o Masterplan quer usar para levar a cabo seus intentos. A você e a mim tentam ludibriar com meias verdades, que são as piores mentiras, para nos induzir a implantar no mundo o amor ao próximo sem o amor a Deus. A você e a mim querem usar para substituir Deus pelo homem; para que se adore o homem e se esqueça Deus; para que se ame a mulher e se esqueça a Virgem. Tudo com a esperança que, faltando o amor a Deus, se destruirá o amor ao próximo e se porá a pique a Igreja de Cristo.

Dir-lhe-ão que se pode ser maçom e católico ao mesmo tempo. Mentira! Não ligue para o que lhe dizem!

Dir-lhe-ão que se pode ser católico e espírita ao mesmo tempo. Mentira! Estão querendo enganá-lo! Conheço muitos que já caíram nesta armadilha.

Dir-lhe-ão que Cristo é bom, mas os padres e a Igreja não prestam. Mentira disfarçada! Trata-se de uma meia verdade, que é a pior das mentiras!

Cristo já nos preveniu que os filhos das trevas são mais astutos que os filhos da luz. Neste momento, muitos filhos da luz se deixaram enganar pelos filhos das trevas. Cuidado, amigo, não se deixe ludibriar!

Mas Cristo nos disse também que permaneceria com sua Igreja até o fim dos séculos, que as portas do inferno jamais prevaleceriam contra ela... e que o céu e a terra passariam, mas suas palavras não passariam.

Portanto, atenção! E, confiante, conte com Cristo, conte com Maria, que é Mãe sua também.

E esteja certo de que, no futuro, continuará existindo o amor ao próximo, porque os homens continuarão amando a Deus, e amando-o com todo o coração, com toda a alma e com toda a mente. Pelo menos duas pessoas, que somos você e eu! Não é verdade, querido leitor?

Dilson Kutscher ”

Este "site" é do Sul, não havendo identificação da cidade. No entanto, compara, mais uma vez, a Maçonaria com a bestialidade. Neste "site", ainda, o Sr. Dilson, afirma que a Maçonaria criou uma "linha" eclesiástica, com o fim de derrubar a Igreja Católica.

É de se estranhar! Jamais ouvi falar neste termo - Maçonaria Eclesiástica...

E há um dado histórico importante, que devo destacar, desmentindo a idéia do Sr. Dilson. Ele afirma não ser possível a conciliação do catolicismo com a Maçonaria. No entanto, no livro de Dom José Carlos de Lima Vaz, S. J.³, este afirma, ao narrar sobre a Igreja e o Movimento Republicano, que:

² Páginas veiculadas na Internet

³ A Igreja e o Mundo - Forense Universitária - pág. 178

“ A Igreja não deixou de lutar contra esta repentina laicização. O Bispo Dom Antonio Macedo Costa conseguiu de Rui Barbosa, seu ex-aluno, que não se incluísem na Carta Magna três medidas altamente prejudiciais e arbitrárias: confisco dos bens religiosos pelo Estado, expulsão dos jesuítas do Brasil e proibição da fundação de novos conventos e mosteiros religiosos.”

A verdade é que Rui Barbosa, como é de conhecimento geral, era Maçom. Vê-se, pois, um Maçom atendendo ao pedido da Igreja, já que esta encontrava-se separada do Estado e, este, desejava o confisco dos bens. Sem dúvida, não seria um confisco, mas uma "devolução" ao Estado, já que Igreja e Estado formavam quase que um só poder.

Ainda assim, o Maçom Rui Barbosa não permitiu a inserção na Carta Constitucional de 1890 as "três medidas altamente prejudiciais" à Igreja.

Passados cem anos, esquecem-se estes caluniadores, que a Maçonaria teve relevante papel na História do Brasil e que, atos de Maçons favoreceram, inclusive, a própria Igreja Católica.

Marginalizando os textos apócrifos, é interessante destacar o resumo feito por Dom José Carlos de Lima Vaz, a respeito da obra do Padre Valério Alberton^{4 5 6}, onde destaca nove pontos de incompatibilidade entre a Igreja e a Maçonaria. Antes de mencionar estes nove pontos, é importante frisar que a obra **traduzida e ampliada** pelo Pe. Alberton teve sua primeira edição publicada em 1981 e, logo após, lançaria ele o livro intitulado O CONCEITO DE DEUS NA MAÇONARIA, em ensaio desmistificando esta imagem deturpada do G.:.A.:.D.:.U.:. - Grande Arquiteto do Universo.

Vamos aos pontos, como tratados no livro:

- 1 - *O relativismo e o subjetivismo* são convicções fundamentais na cosmovisão maçônica. Exclusão de todo dogma.
- 2 - *O conceito maçônico de verdade*: nega-se a possibilidade de um conhecimento objetivo da verdade. Relatividade de toda verdade.
- 3 - *O conceito maçônico de religião* é relativista: a verdade divina é, em última análise, inatingível. Somente a linguagem polivalente dos símbolos maçônicos pode interpreta-la. "O conceito de religião com a qual todos os homens concordam, implica uma visão relativista da religião", incompatível com o cristianismo⁷.

⁴ Maçonaria e Igreja, ontem, hoje e amanhã - Edições Paulinas - São Paulo - 1ª ed. 1981

⁵ Esta obra é uma tradução ampliada do livro dos Padres Benimeli e Caprile.

⁶ No livro - O CONCEITO DE DEUS NA MAÇONARIA, Ed. Aurora, o Pe. Valério Alberton afirma: "Mas, de todos esses esclarecimentos e informações, o que mais me comoveu e mesmo fascinou, foi a exigência da fé em Deus, GRANDE ARQUITETO DO UNIVERSO. Foi para mim "um verdadeiro e intensíssimo JORRO DE LUZ - um RAIOS LASER - desculpem-me a figura hiperbólica - uma verdadeira e inesperada REVELAÇÃO ... me fizeram "cair das nuvens" e me obrigaram a dobrar os joelhos diante do SUPREMO ARQUITETO DO UNIVERSO, em agradecimento, do fundo d'alma, por essas verdadeiras dádivas divinas, que foram a retificação de meus estudos sobre Maçonaria, uma reviravolta, uma revolução, um lançamento de um MARCO INICIAL de estudos objetivos, leais, honestos e sérios. "

⁷ Notas do autor José Carlos: John R. Hinnels, em sua obra "Dicionário da Religiões", Ed. Cultrix, com grande propriedade, ao conceituar religião, afirma que "as definições dos dicionários são freqüentemente perifrásticas, preconceituosas ou tão genéricas que se tornam inúteis."

" MAS, QUE É RELIGIÃO?

Essencialmente o relacionamento do homem com seu Deus, o G.:. A.:. D.:. U.:. Relacionamento acentuado pela divisa Deus Meumque lus, de todos os Supremos Conselhos do mundo, do R.:. E.:. A.:. A.:.:

Embora o conceito de RELIGIÃO seja ainda hoje muito debatido, o vocábulo RELIGIÃO deriva do latim RELIGIO, conforme Cícero (anos 106 - 143 antes de Cristo) RELEGERE, considerar cuidadosamente – é o que faz o homem quando prescruta a natureza e penetra no Criador desta natureza, ou de RELIGARE, ligar, prender, conforme Lactância (mais ou menos 330 depois de Cristo): a religião liga, de fato, os homens a Deus pela piedade. São considerações complementares: considerar atentamente para se ligar mais estreitamente. Na verdade, uma atitude para com Deus traduz-se, normalmente, em atos. " - Pe. Valério Alberton, in O Conceito de Deus na Maçonaria

4 - *O conceito maçônico de Deus* (Grande Arquiteto do Universo) é marcadamente *deísta*: um "Ser" neutro indefinido e aberto a toda compreensão possível e impessoal, minando o conceito de Deus dos católicos e da sua resposta ao Deus que os interpela como Pai e Senhor⁸.

5 - *A visão maçônica de Deus* não permite pensar numa revelação de Deus, como sucede na fé e na tradição de todos os cristãos^{9 10}.

6 - *A idéia maçônica de tolerância* deriva de seu relativismo em relação à verdade. Tolerância das idéias, mesmo que sejam contraditórias. Semelhante conceito de tolerância abala a atitude do católico na sua fidelidade à fé e no reconhecimento do magistério da Igreja¹¹.

7 - *A prática ritual* manifesta, nas palavras e nos símbolos, um caráter semelhante ao dos sacramentos. Provocam aparência, como se aí, sob as atividades simbólicas, se produzisse algo que objetivamente transformasse o homem¹².

8 - *O aperfeiçoamento ético do homem* é absolutizado de tal modo *desligado* da graça divina, que não resta mais espaço algum para a justificação do homem (pela graça) segundo o conceito cristão.

9 - *A espiritualidade maçônica* pede de seus adeptos uma total e exclusiva adesão para a vida e a morte, que já não deixa lugar à ação específica e santificadora da Igreja. Esta fica sobrando¹³.

Mano,

O tema é polêmico e devemos enfrenta-lo historicamente. Mas o certo é que vejo possibilidade nesta conciliação, em contradição ao que afirma Dom Boaventura Kloppenburg¹⁴.

Em sua obra, conclui o clérigo pela impossibilidade da conciliação, afirmando:

“ Para o católico já iniciado na Maçonaria há duas possíveis situações pastorais:

- **ou de fato incorreu na censura da excomunhão prevista pelo cânon 1362 § 1 para aqueles que pertinazmente negam alguma verdade que se deve crer com fé divina e católica (cf. cânon 751);**
- **ou cometeu pecado grave anunciado pela Declaração de 1983 para aqueles que pertencem a alguma associação maçônica. ”**

O certo é que notamos uma certa intolerância sob este ponto de vista e, neste caso, a tolerância maçônica é desprezada. Ocorre, porém, que ninguém, a não ser que seja um ateu estúpido ou um libertino irreligioso, é que não encontrará suas portas abertas na Maçonaria.

⁸ Ver nota 35

⁹ O Pe. Valério Alberton, ob. cit., assim afirma: "Comecei, então, a pesquisar. Iniciei por onde devia iniciar: pelas CONSTITUIÇÕES DE ANDERSON, CARTA MAGNA DA MAÇONARIA MODERNA, e assim denominada MAÇONARIA ESPECULATIVA, ou, como a denomina Nicola Aslam, MAÇONARIA ARISTOCRÁTICA. a) AS CONSTITUIÇÕES DE ANDERSON - Elas não deixam dúvida alguma. Logo no seu primeiro artigo sobre os DEVERES PARA COM DEUS E A RELIGIÃO é até contundente, não admitindo alternativa: NEM ESTÚPIDO ATEU E NEM LIBERTINO IRRELIGIOSO.

¹⁰ A nota acima é um dos landmarks da Maçonaria. Em direito, diríamos tratarmos-se de cláusula pétreas, ou seja, aquelas que não permitem alteração com o passar dos anos. Desta forma, para a Maçonaria ser considerada regular, deverá acatar este lindeiro e, desta forma, não há como admitir que um Maçom seja ateu. E ateu é aquele que não acredita em DEUS.

¹¹ O conceito de tolerância pode ser deturpado, de diversas formas, pela própria etimologia da palavra. Ocorre, porém, que a idéia de tolerância está intimamente ligada à trilogia maçônica de LIBERDADE - IGUALDADE - FRATERNIDADE. Só posso afirmar que sou cristão e, em momento algum, a Maçonaria fez com que eu perdesse esta crença.

¹² Não creio em uma mudança "objetiva" do homem. Esta objetividade não pode ser compreendida. No que diz respeito à ritualística, o Pe. Alberton - vale lembrar: sobre quem o autor delineou os nove pontos, afirma: "O Deus de Anderson e Désagulières é o Deus da Bíblia". E, mais, quando trata do ritual: "Tanto num sentido como noutro, a palavra jamais deve ser empregada como sinônimo de dogma, de princípio, nem de símbolo. Esta terminologia se modelou aqui sobre a da Igreja, que possui várias liturgias aos quais o termo distintivo de Rito foi dado: Rito latino, o Rito maronita, o Rito copta, etc, etc..."

¹³ **Eu nunca soube disto...**

¹⁴ Igreja e Maçonaria - Conciliação Possível? Ed. Vozes - Petrópolis - 1997

A Maçonaria, em momento algum, prega a impossibilidade do católico ingressar em seus quadros. Ao contrário, e neste ponto posso estar equivocado, a maioria dos Maçons que conheço é católico. Uma outra parte é protestante, além de diversas outras religiões, como os espíritas, judeus, messiânicos etc.

Aguardo seus comentários, Amado Irmão, notadamente no que diz respeito à Questão Religiosa. É um tema rico.

∴

Or.∴ do Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1999

Meu ilustre irmão:

É verdade que o tema é rico!. Devo começar falando do discutido e famoso padre Almeida Martins.

No dia 2 de março de 1872 o Grande Oriente do Brasil comemorou a Lei de 28 de setembro de 1871. No discurso do irmão Antônio Alves Pereira Coruja temos:

“Há meio século, quando se tratava de dar uma autonomia ao povo brasileiro, o Grande Oriente do Brasil viu a frente desse movimento o seu finado Grão - Mestre José Bonifácio, de saudosa memória, movimento que terminou com a gloriosa Independência, em 7 de setembro de 1822. Vinte e oito anos mais tarde, foi ainda um ilustre membro da Maçonaria do Brasil, pertencente à Loja Regeneração, quem promoveu a lei que proibia e punia com severas penas os importadores da geração escrava: a lei de 4 de setembro (sempre setembro) de 1850, está referendada pelo sempre lembrado Conselheiro Euzébio, cujo vulto tão grande nome adquiriu nas nossas lides políticas, cuja cinzas ainda hoje respeitamos, e cujo nome por uma providencial coincidência a Igreja Católica soleniza no dia de hoje em seus cânticos dirigidos ao Altíssimo. Agora, depois que se tem passado quase meio século da nossa emancipação política, um novo movimento se opera em favor da liberdade; e é ainda a um membro proeminente da nossa Maçonaria (refere-se ao Grão - Mestre Visconde do Rio Branco) que se deve seu êxito feliz”¹⁵

Foi nessa solenidade que o Pe. Almeida Martins, Grande Orador Interino do Grande Oriente do Brasil, discursando e homenageando o seu Grão - Mestre com palavras como estas: “Segue-se daqui que, verdadeiro e realmente grande é o nobre Visconde do Rio Branco, que com a sua palavra inspirada, com seu vigoroso talento, com a generosidade de seu coração e com a coragem heróica do seu patriotismo escreveu na bandeira da Pátria, nos estandartes maçônicos e no livro da civilização americana a divina palavra - liberdade - ”, deu início à Questão Religiosa quando o bispo do Rio de Janeiro, D. Pedro de Lacerda, chamou o sacerdote à sua presença, intimando-o a abandonar publicamente a Maçonaria, no que foi recusado sob o argumento de que as bulas condenatórias à Maçonaria não haviam recebido o placet do governo como exigia a Constituição do Império no seu Ato Adicional e a concordata assinada com o Vaticano.¹⁶

Ilustre irmão: AQUI TEMOS A VERDADE DOS FATOS. A QUESTÃO NUNCA FOI ENTRE A MAÇONARIA E A IGREJA, MAS ENTRE O IMPÉRIO LEGALISTA E A IGREJA ULTRAMONTANA.

¹⁵ Boletim do Grande Oriente do Brasil, março de 1872, pp. 107/108.

¹⁶ Boletim do Grande Oriente do Brasil, op. cit. , p. 114. Em função da raridade deste documento, estamos anexando o mesmo a este trabalho.

Muito bem, estes são os fatos significativos da participação do padre Almeida Martins no palco da História, mas o que sabemos a respeito da vida posterior deste personagem histórico? Até aqui as fontes pareciam silenciosas, mas foi então que recebi alguns documentos da Loja Maçônica “ Independência e Luz”, do Oriente de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro¹⁷, que passo a analisar.

Inicialmente temos um artigo, publicado no informativo *O Bode*, que trata do homem histórico, sua trajetória e participação naqueles episódios que deflagraram a Questão Religiosa. Já o segundo, da lavra de Amaral Barcelos –*Barra do Pirai. Registros Históricos e Contemporâneos, 1853-1868*, apresenta Almeida Martins como um homem politiquês que teria se ordenado depois de viúvo. Foi um dos signatários da Comarca da Barra do Pirai em 14 de abril de 1890.

Tudo indica que o padre Almeida Martins teve uma participação muito ativa na política da Comarca. Com certeza ficou muito marcado por sua atuação no conflito que envolveu a maçonaria e a Igreja em 1872. Substituído no ano de 1893 pelo padre Ernesto Benevides, chegou-se a dizer que tratava-se de uma providência divina a substituição, “ para colocar na futura cidade a pedra angular do seu patrimônio de assistência gratuita à pobreza, e lançar a semente da união no espírito da população que vivia em constantes rixas”¹⁸. Almeida Martins teria sido pai de uma filha, o que não representa nenhuma novidade para aquela época.

Padre Almeida Martins morreu esquecido aos dezesseis dias do mês de julho de mil novecentos e quatro, às duas horas e vinte minutos da tarde, na freguesia do Amparo, Município de Barra Mansa. Informa o atestado de óbito em meu poder que o padre Almeida Martins era brasileiro naturalizado, Cavaleiro da Ordem de Cristo de Portugal, nascido em Rebordallo, freguesia de São Lourenço, Comarca de Vinhares, Província de Traz dos Montes, do Reino de Portugal, a quatorze de novembro de mil oitocentos e trinta e oito. Seu corpo foi sepultado no cemitério público da freguesia. Assina o atestado R. Antonio Santini, Vigário de São Joaquim de Barra Mansa.

Do túmulo restavam ruínas do esquecido maçom e padre Almeida Martins quando a Loja Maçônica “ Independência e Luz”, do Oriente de Barra Mansa, tratou de recupera-lo, em 1994 ¹⁹. Naquele mesmo ano a referida Loja concluiu esta última homenagem àquele que foi considerado o estopim da Questão Religiosa. A foto em meu poder, gentilmente cedida pela Loja, mostra o túmulo recuperado, uma sepultura simples, porém atestatória do zelo daquela Loja para com o controvertido padre e maçom Almeida Martins.

A derradeira, por sua importância e raridade e movido pelo espírito da homenagem histórica, transcrevo aquela peça de arquitetura de 1872 do então Grande Orador Interino do Grande Oriente do Brasil:

Discurso do Padre Almeida Martins (março de 1872) ²⁰

Não competia ao obscuro orador a subida honra de saudar neste momento aquele altar, que traduz as mais nobres idéias e os mais generosos sentimentos. Esta missão, cuja magnitude é superior à singeleza de minha palavra, pertencia antes aos inteligentes operários, que com a mágica eloquência do seu verbo inspirado têm sabido erguer ao mais alto grau de luz as grandes idéias da civilização e os generosos princípios da justiça.

Fale, porém, a humildade diante da opulência do talento.

Erga o discípulo a voz na grande, na esplêndida assembléia dos mestres: e que a benevolência de tantos e de tão ilustrados cavaleiros proteja o obscuro orador.

E esta benevolência me é necessária, porque soleníssimo é o momento.

¹⁷ Os documentos foram enviados pela Loja em 8 de dezembro de 1995, objetivando oferecer subsídios para a defesa da minha Dissertação de Mestrado. Como este material não foi utilizado no trabalho acadêmico, achamos por bem discuti-los aqui.

¹⁸ Amaral Barcelos, *Barra do Pirai. Registros Históricos e Contemporâneos, 1853-1968*, p.61.

¹⁹ Foto gentilmente cedida pela Loja “ Independência e Luz”, em meu poder.

²⁰ Fonte: Boletim do Grande Oriente do Brasil. Pp. 114/115. Março de 1872.

Eu tenciono ler a mais gloriosa das páginas que nos fastos da humanidade se tem escrito no século XIX.

Ao coração e à inteligência nos é grata esta página; porque ele, pertencendo à generosidade, ao talento e ao civismo do ilustre Gr.: M.: da Maçon.: Brasil.:, transmite à posteridade o nome deste benemérito cidadão, proclama a glória da nossa sublime Ord.: e recomenda as bênçãos e os aplausos do mundo o império do Cruzeiro!

Apóstolos da civilização, aos maçons cumpre render homenagens à grandeza que deve sua existência à moralidade e ao mérito e não à lisonja da pena ou da palavra ou do gênio prostituído.

Filhos desta democracia que se regenera pelo estudo e pelo trabalho, pela moralidade e pela confraternização, nós desprezamos os louros conquistados nas lutas de sangue que flagelam a humanidade.

Nós desconhecemos esta glória efêmera, que desaparece com os últimos aplausos das multidões em delírio.

Nós, finalmente, não admitimos legitimidade nesse poder com os déspotas, quer sentados nos tronos, quer nas cadeiras republicanas e quer mesmo ajoelhados diante dos altares da religião, se proclamam senhores da terra.

É que amigos da humanidade e querendo dela construir uma só família, os maçons se reconhecem a glória que não morre, o poder que não oprime e a religião que pelo amor nos dá a posse de Deus.

E firmes e crentes nestes princípios, os maçons têm atravessado os séculos e erguido, como anjos tutelares do progresso e da civilização, as colunas dos seus templos em todas as partes do mundo.

A verdadeira glória não se encontra em Júlio Cezar, ao sol que iluminou a esplêndida batalha de Pharsalia, e muito menos na soberba cadeira do ditador; o legítimo poder não se encontra diante do herói de ontem, tendo uma grande nação à mercê de sua espada e erguendo-se altivo sobre um trono de despojos e de armas de seus inimigos; a fraternidade não se encontra também nessas teorias subversivas que o sinistro clarão dos incêndios insultam e envergonham a liberdade, expondo-a na praça pública sem fé; e Deus não pode finalmente ser encontrado nos altares que reputam a liberdade uma profanação, a razão uma heresia e o amor um crime.

Que! O mundo que lá fora se agita nos diz que tudo isto e neste poder há glória.

Que importa?

Júlio Cezar foi grande no meio dos seus exércitos, e entretanto no dia de hoje nenhuma só lágrima abençoa sua memória.

E quanto aos demais?

Esses, uns caíram amaldiçoados por todos quantos tem alma para penar e coração para sentir; os outros hão de ficar sepultados nas urinas de seu próprio poder, que se firma sobre ossadas de mortos, argamassadas com lágrimas dos órfãos, das viúvas e das populações inermes.

É que eles são estátuas de grandeza aparente e não resistem à mais simples análise da razão e do bom senso; é que eles procuram a glória nos louros manchados de sangue e tismados pela ambição; é que eles, finalmente, converteram em galas para si próprios o luto, o sofrimento e a miséria dos vencidos!

Só Deus é grande, ilustrada assembléia, e depois de Deus só é grande a virtude.

Salve pois aqueles que, empunhando em suas Off.: o malhete da sabedoria, moralizam o povo com a virtude do trabalho, inspiram-lhe com a palavra e com o exemplo o amor da dignidade e da honra, unido-o em abraço fraternal e dirigindo-lhe a inteligência na contemplação do elo, derramam as ondas de luz em honra de Deus e dos altos princípios da humanidade.

Honra àqueles que conquistam a imortalidade pela virtude, porque só as obras em que a virtude põe a mão, disse um grande orador, são imortais; por elas passa a morte desarmada, o tempo lhes inclina reverentemente a fronte encanecida pelo gelo dos séculos, e a posteridade as recebe como herança que lhes pertence, porque a posteridade só aceita o que escapa à lima do tempo e o que resiste aos golpes da morte.

Salve, finalmente aqueles que sabem vingar os direitos da natureza, apagando da fronte do homem o ferrete ignominioso e sacrílego da escravidão e fazendo brilhar nessa fronte a luz três vezes santa da liberdade.

Segue-se daqui que, verdadeiro e realmente grande é o nobre Visconde do Rio Branco, que com sua palavra inspirada, com o seu vigoroso talento, com a generosidade de seu coração e com a coragem heróica de seu patriotismo escreveu na

bandeira da pátria, nos estandartes maçônicos e no livro da civilização americana a palavra - LIBERDADE.

Era tempo, VVen.: II.:, que a Maç.: neste país abraçasse grandes idéias não só em relação ao futuro do império como também à grande causa da humanidade. É incontestavelmente uma missão generosa o dar esmolas aos pobres; mas é nobre e glorioso resgatar os direitos da natureza e tornar uma realidade a religião de Cristo, soberano e divino mestre que no templo do Calvário, templo universal, oficina misteriosa de um coração imenso, proclamou a liberdade e pregou a igualdade segundo as leis da aptidão e da justiça.

A liberdade, mostrando e fazendo sentir ao homem a grandeza de seus direitos e a gravidade de seus deveres, produz a moralidade e a virtude que são os mais sólidos fundamentos das sociedades bem constituídas. Nos países em que a escravidão é uma realidade, a caridade e a fraternidade constituem uma mentira, e o progresso e a civilização são palavras sem expressão, sem valor e sem sentido.

Sejamos francos; estamos entre irmãos.

Debalde o Brasil se esforçava para se alistar e ocupar um lugar honroso entre as nações mais civilizadas, em vão ele apresentava ao mundo o seu sistema de governo como altamente liberal, o gênio de seus filhos, a fertilidade de seu solo e a riqueza de seu comércio para tomar entre os povos a posição a que tinham direito os seus elevados destinos; inutilmente enfim se ostentava o Brasil, sábio no remanso da paz e herói e invencível nos campos da guerra. A escravidão aí estava como tristíssima herança do passado, desmentindo a sabedoria dos seus códigos, a magnanimidade de seus filhos, o progresso de sua civilização e escurecendo-lhe os horizontes do futuro.

O Brasil era considerado bárbaro perante a consciência moral do gênero humano, porque homens que nasciam neste país eram propriedade viva, eram entes animados, máquinas em lugar de agentes, escravos em vez de cidadãos.

É que o sol do Ipiranga não iluminava a fronte dos infelizes que regavam com suor e as lágrimas de todos os dias as florestas virgens da América.

Mercê de Deus, a luz foi feita!

A um Maç.: competia impor silêncio às paixões, demonstrando com a sua palavra inspirada tudo quanto há de grande, de sagrado e de civilizador nesse magnetismo sublime, nesse mágico poder que enleia as almas, nesse ósculo de fraternidade com que o mestre traduz ao romper da luz a santidade das doutrinas maçônicas.

Salve pois, três vezes salve o ilustre Visconde do Rio Branco, benemérito da pátria e da humanidade; glória ao grande cidadão que à frente de uma plêiade brilhante de generosos brasileiros, que conosco se assentam nos bancos da fraternidade, soube mostrar ao mundo que o império do Cruzeiro respeita o seu glorioso passado, trabalha em prol do honrado presente e que tem fé e crenças no seu lisonjeiro futuro.

Esta solenidade com que homens livres saúdam a grandeza e a fidalguia que devem sua existência ao mérito e à virtude; esta solenidade que constitui um hino em honra da civilização e da liberdade; esta solenidade finalmente, em que todos os sentimentos generosos se agrupam para render homenagem a um homem, fala mais alto que a eloquência humana em prol do grande cidadão que acaba de gravar o seu nome nos pórticos da imortalidade.

O obscuro Orad.: não fez um discurso; quis ler apenas uma página que no memorável 28 de setembro de 1871 foi escrita na história da civilização. E a página está lida, e ela constitui o elogio do grande homem que hoje recebe os aplausos do Grande Oriente do Brasil, que em nome de Deus, da razão e da natureza o proclama benemérito da pátria e da humanidade.

Viva o ilustre Visconde do Rio Branco!

Esses os fatos no século XIX. E atualmente, como anda o relacionamento entre Igreja Católica e Maçonaria?

Publicamos no livro **A Maçonaria Dissecada ou Hermenêutica Maçônica**²¹ um trabalho do Pe. Jesús Hortal S. J., doutor em Direito Canônico, que esclarece completamente a questão presente entre o Vaticano e a maçonaria. Trata-se de um impedimento legal, contido no novel Diploma Canônico promulgado em 25 de janeiro de 1983, consoante a Jurisprudência posterior.

Consignou, na sua resenha, o atual reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro que no novo Código de Direito Canônico já não subsiste a excomunhão *latae sententiae* contra os maçons, assim como as proibições de dar-lhes sepultura eclesiástica, admiti-los como padrinhos de batismo e crisma etc. Não há referência explícita à maçonaria. Em lugar do antigo cânon 2.335, apareceu o atual 1.374:

“Quem se inscreve em alguma associação que maquina contra a Igreja, seja punido com justa pena; e quem promove ou dirige uma dessas associações seja punido com o interdito”

A hermenêutica deste artigo levou vários maçons a considerarem que “Se não está mais apenas com excomunhão automática a inscrição na maçonaria, segue-se que é lícito ao católico inscrever-se nela”.

Segundo o Pe Hortal o argumento é falho na medida em que “muitos atos ilícitos (a começar pelo homicídio) não estão apenas com excomunhão automática; ainda mais, de acordo com os princípios norteadores da reforma do Direito Canônico, o nosso Código não pretende, com as suas penas, enquadrar todos os atos imorais e reprováveis”.

Evidentemente que o teólogo não pretendeu enquadrar os maçons como homicidas ou mesmo portadores de atitudes imorais e reprováveis. O certo é que o privilégio da dúvida levou a Congregação para a Doutrina da Fé a mandar publicar no *Observatore Romano*, de 26 de novembro de 1983 uma declaração sobre as associações maçônicas. Vale a pena a sua transcrição:

“Foi perguntado se mudou o parecer da Igreja a respeito de maçonaria pelo fato de que no novo Código de Direito Canônico ela não vem expressamente mencionada como no Código anterior.

Esta Sagrada Congregação quer responder que tal circunstância é devida a um critério redacional seguido também quanto às outras associações igualmente não mencionadas, uma vez que estão compreendidas em categorias mais amplas.

Permanece portanto imutável o parecer negativo da Igreja a respeito das associações maçônicas, pois os seus princípios foram sempre considerados inconciliáveis com a doutrina da Igreja e por isso permanece proibida a inscrição nelas. Os fiéis que pertencem às associações maçônicas, estão em estado de pecado grave e não podem aproximar-se da Sagrada Comunhão.

Não compete às autoridades eclesiásticas locais pronunciar-se sobre a natureza das associações maçônicas com um juízo que implique derrogação de quanto acima estabelecido, e isto segundo a mente da Declaração, desta Sagrada Congregação, de 17 de fevereiro de 1981 (cf. AAS 73, 1981, p. 240-241)”

Resta concluir com um questionamento:

Esta incompatibilidade entre a Igreja Católica e Maçonaria, com base na omissão da pena de excomunhão no novo Código, deverá atingir o intercâmbio cultural, além de outras possíveis parcerias no interesse da sociedade ou dos despossuídos?

²¹ Frederico Guilherme Costa, Londrina: Editora Maçônica, 1995.

Não parece pertinente, neste mundo globalizado, a preocupação com a questão da aproximação entre Igreja e Maçonaria. Aquela, uma religião revelada, tem cumprido o seu papel Institucional ao longo dos seus dois mil anos de existência; esta, está permanentemente estimulando o homem enquanto cidadão livre e desprovido dos grilhões do dogmatismo. A Igreja exige a conversão; a maçonaria prega a conciliação entre todos aqueles que eventualmente possam estar separados pelas suas crenças e ideologias. Será possível a reconciliação? Que responda a hermenêutica dos textos aqui apresentados.

Era o que tinha a opinar, meu Poderoso irmão...

Or.: de Petrópolis, 30 de agosto de 1999

Mano Fred,

Seu questionamento intrigou-me e ousei a lançar minha resposta, além de interferir em sua conclusão.

Se analisarmos a questão da omissão no texto legal canônico, poderemos afirmar, sem qualquer sofisma, que houve uma revogação expressa do texto, até mesmo porque, nosso direito profano não adota o efeito repristinatório e, como nossa legislação é uma cópia das normas européias, notadamente as vindas da Itália, afirmaria que há revogação. Esperemos, no entanto, uma manifestação mais abalizada acerca do tema.

Quanto à conclusão, analiso a questão sob um prisma diferente: INSTITUCIONAL.

Não vejo o motivo de duas Instituições importantes estarem em permanente confronto, sendo certo, contudo, que a Maçonaria brasileira não é anti-clerical e não há obra de Maçom onde se ataque a Igreja. Problemas do passado, mais que superados, devem ter um fim saudável. Quantos padres não escrevem sobre Maçonaria?

Vários, sendo que sou "leitor de carteirinha" do Padre Valério Alberton - sem dúvida alguma, um maçónólogo sério e dedicado em suas pesquisas.

5. Maçonaria e Política

Frederico Guilherme Costa e
José Carlos de Araújo Almeida Filho

Or.: de Petrópolis, 07 de setembro de 1999

Mano Fred,

Aproveito o feriado de sete de setembro para traçar-lhe novas linha. O ponto, agora, que não foge às nossas questões, é sobre política. Assim como a questão da Igreja, a política também é por demais importante. Devemos lembrar, aqui, o recente acontecido na Inglaterra, que será relatado como história e, digamos, sociologicamente.

Há uma preocupação infundada em um "Poder Maçônico" que, sob minha ótica, inexistente. As pessoas vêem na Maçonaria uma força, um poder e, para ser sincero, não sei a que tipo de poder referem-se - político, espiritual... O certo é que não consigo vislumbrar nada disso na Instituição.

Inclusive, vejo a importância das Lojas de Pesquisas, como você mesmo relata e, sobre este tema, específico, já que conheço seu pensamento, deixarei para você desenvolver.

Andei recebendo, através da Internet, alguns questionamentos sobre política e Maçonaria e, sinceramente, abster-me de qualquer comentário. Mas alguns fatos chamaram-me bastante a atenção - **a política nacional** e o papel desempenhado por periódicos Maçônicos, como nossas revistas culturais A Trolha e a Minerva Maçônica - esta do G.: O.: B.:.

Posso afirmar, aqui, neste nosso diálogo, que não há um envolvimento dos periódicos maçônicos em relação a política partidária. Se partimos para um ponto de vista meramente filosófico, aí, sim, poderemos ver política em tudo - o poder emana do povo e em seu nome será exercido. E, neste diapasão, qualquer sociedade constituída tem interesses políticos.

Etimologicamente, política vem do grego **politikos**, referente a cidade, ou o que diz respeito à cidade. É sabido que a civilização grega desenvolveu-se politicamente enquanto a romana apegava-se à ciência, arte e filosofia do direito.

Estes temas são meramente acadêmicos e importam em divagações sem fim. No entanto, foi importante um pequeno adendo para demonstrar a diferença - que muitos ainda não conseguem fazer - entre política e política-partidária. Com o contrato social de Rousseau, onde, como vimos, o **poder emana do povo e em seu nome será exercido**, ponto este destacado na nossa Constituição de 1988, a chamada Carta Cidadã. A Maçonaria não pode preocupar-se com a política-partidária, posto ser esta própria dos partidos políticos. Não poderá, também, impedir que um maçom filie-se a qualquer partido político. No entanto, enquanto membro da Arte Real, deverá cumprir seu mandato com toda a moralidade que lhe é exigida.

Assim sendo, estes periódicos não podem tratar de assuntos político-partidários, o que ofenderia este ou aquele Irmão, membro de um ou outro partido político.

A Trolha é uma revista que trata de diversos assuntos de interesse geral, possuindo, inclusive, a quem desejar ver, um **site** na Internet - <http://www.atrolha.com.br>. Quanto a Minerva Maçônica, trata-se de periódico do Grande Oriente do Brasil, preocupado, apenas, com a divulgação histórica de nossa Sublime Instituição.

Tanto A Trolha, quanto os demais periódicos, são controlados por um sério conselho editorial, formado por pessoas de grande conhecimento e, sem mencionar a fonte, nenhum artigo será publicado.

Mas, o que interessa ao tema, é a questão da política na Maçonaria - o que é bastante compreensível gerar uma dúvida, tendo

em vista os movimentos passados. Acredito que com o que narrarei, agora, duas impressões acerca da Maçonaria serão diluídas: o secretismo e a política

Recentemente lancei um "site" na Internet, intitulado Maçonaria, estando no endereço <http://www.geocities.com/maconinternet>, que visa apresentar ao mundo uma visão da Maçonaria histórica e cultural. Esta página teve total aprovação do Grão Mestre do Grande Oriente do Estado do Rio de Janeiro, cujo documento lançaremos ao final, em um adendo específico, documentário.

Pois bem!

A Constituição do Grande Oriente do Brasil, a qual poderíamos decifrar, juridicamente, como sendo seu Estatuto (ou contrato) Social, encontra-se registrada no 2º Cartório de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do Distrito Federal, em 30 de novembro de 1990. Ora, como sabemos, o registro em cartório torna público o ato ali levado a efeito e, desta forma, abole-se o primeiro tema, que é com relação à Maçonaria ser uma sociedade secreta - **que não é**.

Assim sendo, superada esta questão, já debatida no meu livro A MAÇONARIA AO ALCANCE DE TODOS, devemos entender o que a Maçonaria, realmente, combate no que diz respeito à política.

Vejam, assim, o art. 1º, II, da sua Constituição:

“II - afirma que o sectarismo político, religioso ou racial é incompatível com a universalidade do espírito maçônico. Combate a ignorância, a superstição e a tirania; ”

E, em seu art. 2º, VII, resolve de uma vez por todas a contradição havida entre política e política partidária. Vejam:

“ VII - a proibição de discussão ou controvérsia sobre matéria político-partidária, religiosa ou racial, dentro dos templos ou fora deles, em seu nome; ”

A redação do texto é clara, ou seja, não é permitida a discussão **político-partidária**, dentro ou fora dos templos.

Este é o primeiro ponto, uma vez que, se do contrário permitisse-se, sem dúvida alguma os maçons ingressariam nos Templos para fazer reunião ou convenção de partidos políticos. No entanto, se admitirmos que a política é um fenômeno social - **política** e não **política-partidária** -, suas discussões serão sempre bem aceitas.

Por outro lado, como o Grande Oriente do Brasil é pessoa jurídica de direito privado, estando regulada pelo Código Civil Brasileiro, é claro que nenhum Maçom poderá falar qualquer coisa em seu nome, a não ser os juridicamente responsáveis por tanto.

Trata-se, apenas, de constituição societária, compatível com qualquer outra sociedade - civil ou comercial - regularmente estabelecida.

Tanto é verdade que no art. 32 da citada Constituição, quando a mesma trata do dever do Maçom - que seria, já que traçamos uma pequena comparação, os deveres dos sócios de qualquer sociedade -, o inciso X assevera:

“ X - sustentar, quando no exercício de mandato de representação popular, a posição da Maçonaria ante os problemas sociais, econômicos ou políticos, tendo sempre presente o bem-estar do Homem e da Sociedade; ”

Vê-se, pois, que a Maçonaria não é contra a política. O que não quer dizer que ela seja, também, como muitos pensam, um **partido político**, dotado de poder. Se aprofundarmos os questionamentos e as dúvidas acerca da Maçonaria, poderemos concluir que ela é confundida com tudo - religião, partido político, associação gremista, e tantos outros...

O certo é que estas questões devem ser superadas. E, aqui, Fred, peço que me ilumine com a tua tese A MAÇONARIA NA UNIVERSIDADE, que, sem sombra de dúvidas, põe uma pá de cal nesta "confusão" acerca da Instituição.

Gostaria de ver seu pensamento acadêmico narrado.

Aguardo tua resposta, Mano.

Or.: do Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1999

Meu caro José Carlos:

Respondendo ao seu questionamento, tenho para mim que o pensamento, dito de maneira bastante reduzida, representa o projeto da construção social. Um projeto bem elaborado, portanto, permitirá a concretização da boa obra. Sem um material de boa qualidade, corremos o risco de destruir o edifício social. Assim, para o bom juízo da Arte de construir devemos aprender a selecionar os instrumentos de trabalho.

A Maçonaria brasileira tem sido reconhecida como participante ativa no processo de emancipação política; daí, naquele momento ter sido, efetivamente, política. Esta certeza não autoriza, entretanto, o entendimento de que ela foi e sempre deverá ser política. Ter uma posição ideológica a respeito dos propósitos do Estado não significa, necessariamente, fazer política.

Ouvimos com certa regularidade vozes que exigem a participação política da Maçonaria nos destinos do país. Que ela está adormecida por não fazer mais política. Que seus objetivos estão contidos por interesses estranhos ao seu ideário. Ora, não vamos discutir aqui quais seriam esses objetivos ou interesses, mas a política, esta sim objeto do nosso empenho, na medida que sem o conhecimento do que é política, não podemos cobrar da Maçonaria uma atitude que pode ou não ser inteiramente estranha aos seus objetivos.

O entendimento clássico de política vem da **polis** que, num sentido abrangente, significa tudo o que se refere ao Estado, tanto no sentido civil como no público. A obra primeira que tratou deste tema foi a **Política**, de Aristóteles. Nela o filósofo tratou das funções e divisões do Estado, das várias formas de governo. Assim, durante muito tempo o termo **política** significou todas as atividades humanas que se referiam de algum modo às coisas do Estado.

Modernamente a palavra perdeu o seu significado original. Hoje trabalhamos com a **ciência política**, com a **doutrina do Estado** ou com a **filosofia política**. Entretanto, o sentido do **poder**, próprio da atividade humana, está inextricavelmente associado à política. Este poder tem sido definido como “consistente nos meios adequados à obtenção de qualquer vantagem” (Hobbes) ou como “conjunto de meios que permitem alcançar os efeitos desejados” (Russel). Assim, o poder poderá ensejar além do domínio da natureza, o domínio sobre outros homens.

Uma vez especificada a política e os fins que ela persegue - obviamente muito além do que aqui foi esboçado -, a única coisa que se pode dizer é que se o poder político representa o monopólio de determinado grupo social, os fins que se espera são aqueles prioritários para o grupo, sejam eles, em determinado momento, a luta social ou a paz e a concórdia. Em tempos de dependência de uma potência estrangeira, a independência nacional.

Tudo isto quer dizer que a política não tem fins estabelecidos. Os fins da política são tantos quantos as metas estabelecidas pelo grupo organizado, de acordo com os determinados tempos históricos. Assim, não parece difícil concluir que a Maçonaria brasileira naquele momento em que a paz e a concórdia exigiam a emancipação política, onde inexistiam as representações partidárias independentes, o caminho escolhido foi consentâneo com o que aqui apresentamos. Todavia, resolvidos os problemas iniciais do projeto **Nação**, ainda que para deleite de uma reduzida elite, o sábio Bonifácio, assessorado pelo não menos ilustre brasileiro *Gonçalves Ledo*, publicavam no Manifesto de 1831:

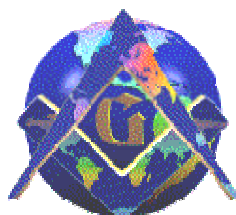
“Nenhum assunto que não tenha conexão com os graus simbólicos da Maçonaria será tratado no Oriente brasileiro e nas Lojas de seu círculo; nenhum outro fim terão os seus trabalhos que não seja o aumento da felicidade humana, ensinando e inspirando o amor das virtudes sociais e domésticas, o respeito à Religião, submissão às leis do Estado, a tolerância de todos os cultos e a de todos os ritos maçônicos, reconhecidos e proclamados atualmente pelos Grandes Orientes de todo o mundo, fazendo unicamente exceção dos princípios dos Iluminados, e dos que forem contrários às leis gerais da Natureza e as positivas do Brasil. A voz da política nunca mais soará no recinto dos nossos Templos, nem o bafo impuro dos partidos e das facções manchará a pureza de nossas colunas.”

Espero ter atendido ao seu sugestivo pedido.

Fred

6. Maçonaria e Política II

Frederico Guilherme Costa e
José Carlos de Araújo Almeida Filho



Or.: de Petrópolis, 30 de novembro de 1999

Fred, meu Irmão,

A questão política restou bem delineada por tuas iluminadas conclusões. No entanto, há um aspecto que está intrigando-me, no que diz respeito à Europa. Sem sombra de dúvidas, você analisará a questão pelo aspecto histórico.

Não sei se vale à pena esperarmos um pouco mais, mas estou em contato com um Ir.: nosso do Jornal << O Expresso >> em Portugal, que poderá nos fornecer maiores dados acerca dos problemas que por lá vêm acontecendo.

De qualquer forma, Fred, vou tecendo, aqui, alguns comentários a nível sociológico. Sociológico no sentido de apenas narrar os fatos vistos, posto não possuir o título de sociólogo. Mas, com sua autoridade em história, aguardarei suas conclusões.

Enquanto não recebo o material do << O Expresso >>, com o fim de ter uma fonte primária em mãos, afim de traçar o paralelo histórico da atualidade, vou discutindo o que já tenho em mãos.

Acerca da questão da Grande Loja Legal de Portugal - ou Grande Loja Regular de Portugal -, sei que tens um tema de grande importância em mãos e, peço, aqui, que o insira neste trabalho. Ao depois, comentarei com dados mais completos em mãos.

Vale à pena lembrar, também, o que o governo Blair provocou na Inglaterra, pretendendo uma devassa na vida privada dos Maçons. Seria o mesmo que invadirmos o Palácio do Planalto. Ou estarei errado nesta conclusão.

Segundo Blair, a Maçonaria, com seu poder, estaria a atrapalhar os assuntos da Câmara dos Lordes.

Novamente, Fred, entra aqui a questão do "Poder". E, mais uma vez, proponho-me a perguntar que PODER É ESTE? Se estivéssemos na linha dos devaneadores, poderíamos escrever páginas e páginas sobre esoterismo e misticismo e, talvez, creio eu, fosse um sucesso de vendas qualquer livro que viesse a ser publicado com este tema.

Acho que as pessoas estão muito preocupadas com o "invencionismo". Acho que fui hiperbólico demais, mas não teve saída.

Bem, o que importa é traçarmos uma linha de conduta acerca deste tema e, para lhe ser sincero, peço que utilizemos aquele método - eu vou a nível do Século XX e você faz uma comparação com o Século XIX. Ai, sim, a o tema terá êxito.

Em primeiro lugar, é importante que a resposta seja fornecida com precisão: **não é verdade que os Três Poderes - Executivo - Legislativo - Judiciário - estão dominados pelos Maçons.**

Alonguei-me por demais neste tema, visto que ainda pretendo tratar mais abertamente com você a questão inglesa. Mas, terei que aguardar um pouco a resposta de nosso Ir. de Portugal.

Antes, porém, lanço aquele nosso trabalho em conjunto - A Maçonaria Revelada e aguardo por mais comentários seus.

6.1. Maçonaria Revelada - Maçonaria, Internet e outros Temas

Um tema bastante polêmico agita os meios maçônicos em pleno século XX, às portas do século XXI. Para falar a verdade, estamos apenas há 45 dias do que chamam de a virada do milênio e, para os esotéricos ferrenhos, grandes mudanças ocorrerão. No entanto, há, ainda, quem pretenda uma Maçonaria hermética, ocultista, mágica e fantasiosa.

Ocorre, porém, que a história não é estática, assim como a própria civilização. Ambas andam paralelamente - às vezes, uma ou outra procurando a verdade, ou ocultando-a.

É certo, contudo, que pela própria característica da Maçonaria, ela é progressista e, por esta razão, não pode ficar à margem da história, sob pena de ser massacrada.

Este texto não é redigido por um historiador. Podemos dizer, com mais propriedade, que é um texto de um investigador. Assim, a função das linhas aqui traçadas são mais sociológicas e metodológicas, que históricas.

Pois bem, às custas deste acirrado hermetismo, totalmente irracional e desproporcional, digno de pessoas que não têm o menor conhecimento do que seja Maçonaria, as críticas acerca da Internet são gigantescas.

O certo é que a Internet está aí, com suas duas verdades - a Maçonaria Revelada e o Antimaçonismo do Séc. XX, ressurgindo com força, graças a este veículo de comunicação.

Se, por um lado, estes ferrenhos adoradores do hermetismo, sem ter o menor conhecimento do que pregam - isto mesmo, posto não terem o menor conhecimento de que suas práticas não são aprovadas pela Maçonaria Universal e Regular - agredem a Internet, devem ter em mente que ela é um palco democrático de debate e, em assim sendo, a Instituição ali está presente com o fim de apresentar ao mundo a sua história. A verdadeira história.

Tomemos por exemplo fatos ocorridos em Portugal. Como dito linhas acima, este texto será sociológico, posto que o Maçom é um eterno investigador. Não compete traçar comentários ou aprovar ou desaprovar qualquer fato. O que interesse é a narrativa dos fatos.

∴ ∴ ∴

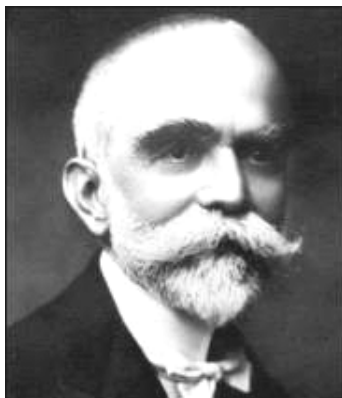
No semanário português **Expresso**, em 14 de agosto de 1999, publicou-se a seguinte matéria:



A página de índice do «site» do Grémio Fénix: cada símbolo maçom conduz a temas diferentes

VISUALIZE o leitor, de forma abstracta, um espaço tridimensional salpicado de pontos de vários tamanhos e feitios, ligados entre si de forma irregular. É a imagem de uma teia de aranha, por exemplo. Mas também descreve, de forma esquemática abreviada, como se arquitecta a Internet: os pontos são os diversos servidores e as linhas as conexões que os interligam na rede mundial.

Ora, o esquema adapta-se igualmente à descrição sumária da Maçonaria. É o que nos diz o «webmaster» da página oficial do Grémio Fénix - uma das células maçónicas portuguesas - sita em <http://come.to/maconaria>, considerada a mais completa em Portugal. «O cordão nodoso da maçonaria é idêntico ao esquema da Internet», sublinha o «webmaster». Que prefere não dar o nome. Não tanto pela lembrança das perseguições aos maçons no tempo de Salazar, antes para não comprometer relações profissionais. Apesar de hoje a Maçonaria já não ser perseguida, subsistem em sectores da sociedade antagonismos profundos entre membros de distintas associações.



Bernardino Machado

Durante décadas os maçons tiveram de esconder as suas actividades face à perseguição política, o que levou o público a desconfiar. **«Mais que motivo de receio, hoje é motivo de orgulho pertencer à Maçonaria»**, diz o «webmaster». Combater a falta de informação que subsiste sobre o que é a Maçonaria, seus objectivos fraternais e actividades foi a razão que levou o Grémio Fénix a montar o «site».

«O objectivo é ter um espaço de divulgação. A informação sobre a Maçonaria não chega ao público, este precisa de a procurar se quiser saber. Transmitti-la, fazê-la chegar aos interessados, é o primeiro ponto. O segundo é garantir que essa informação é precisa, isenta e de confiança - além de cumprir todas as regras de um trabalho maçónico: veicular saber, ser forte e ser belo», explicou ao EXPRESSO o «webmaster». Falando em nome pessoal, pois **«ninguém fala em nome da Maçonaria»**.

Contributo para a democracia



Soares com Norton de Matos (primeiro à direita)

Dá que pensar como é que uma associação tão produtiva é também tão ignorada. Grandes vultos da História foram (e são) maçons, dos quais provavelmente o mais conhecido é Mário Soares, que **«se iniciou em França mas nunca regularizou a situação em Portugal»**. Democrata lutador, seguiu sempre a corrente maçónica ligada ao ideário liberal e democrata.

A desmistificação da Maçonaria **«no mundo profano»** é um dos propósitos do «site», cujo conteúdo é dirigido pelo historiador Oliveira Marques. Percorrer as páginas do Grémio Fénix é mergulhar na História de Portugal e os «links» para oficinas nacionais e estrangeiras permitem ver como **«nos últimos três séculos a história do Mundo e da Maçonaria andaram a par»**.

«Não possui a Maçonaria leis gerais nem livro santo que a definam ou obriguem todo o maçom através do Mundo. Não sendo uma religião, não tem dogmas. Em cada país e ao longo dos séculos, estatutos numerosos se promulgaram e fizeram fé para comunidades diferentes no tempo e nos costumes», pode ler-se na página intitulada **«O que é a Maçonaria?»**, ligada no índice pelo símbolo do Delta.

A simbologia é omnipresente. O **«Delta, triângulo luminoso, símbolo da força expandindo-se, distingue o Rito Escocês»**. O Esquadro **«resulta da união da linha vertical com a linha horizontal, é o símbolo da rectidão e também da acção do Homem sobre a matéria e da acção do Homem sobre si mesmo»**. Actualizado mensalmente com novos textos - destaque-se «Um Projecto Lei», de Fernando Pessoa -, o «site» é um mergulho revelador na vida dessa organização não tanto secreta mas algo escondida dos olhares gerais.

PAULO QUERIDO - Jornal Expresso - Portugal

É interessante por demais destacar as palavras do <<webmaster>> do Grupo Fénix, da Maçonaria Portuguesa, quando trata a Internet como meio de divulgação de assuntos relacionados à Arte Real. E, sem dúvida alguma, por não ser uma sociedade secreta, a Maçonaria deve estar atenta aos passos largos da humanidade.

No entanto, por vezes, até mesmo pela globalização em que vivemos, há fatos históricos que nos obrigam a refletir sobre o verdadeiro papel da Maçonaria. E, apresentando os fatos - apenas apresentando os fatos -, nós, Maçons, como livres pensadores e adogmáticos, devemos refletir.

Mas, estourou o escândalo em Londres, também veiculado pelo Expresso, cujo texto será apresentado abaixo, tudo às custas do secretismo ilógico de alguns Maçons, que entendem ser a Maçonaria uma Instituição **secreta**. Muito ao contrário disto. Talvez seja por esta razão que alguns "ortodoxos", critiquem tanto os Ritos Moderno e Brasileiro, posto que ambos têm uma proposta realmente progressista e evolucionista no contexto mundial.

Devemos ressaltar, contudo, que os ritos não têm culpa de ver em seus seios maçons arraigados a conceitos verdadeiramente profanos - e incorretos.

A busca deste hermetismo inexistente somente provoca o escândalo denunciado pelo Expresso, sob o título de **Segredos de Avental**. Eis a íntegra:

Segredos de avental

Na Grã-Bretanha, suspeita-se da infiltração da Maçonaria na Justiça e o Parlamento obrigou os seus dirigentes a identificarem os filiados. O EXPRESSO perguntou a diversas personalidades se em Portugal o Estado deve ou não tomar atitude semelhante



O ESTADO admite-os, dá-lhes formação e exige-lhes que investiguem e apliquem Justiça. São juizes, magistrados do Ministério Público, policias ou guardas prisionais. Na Grã-Bretanha, suspeita-se que a organização da Maçonaria tenha infiltrado o sistema judiciário. Questiona-se, então: deverá o Estado ter plena confiança, até prova em contrário, ou será legítimo, em nome da transparência da sociedade democrática, exigir que as organizações de tipo secreto, como a Maçonaria, revelem quem são os seus filiados que desempenham estes cargos?

Tendo em conta o caso inglês, o EXPRESSO pediu a dez personalidades com responsabilidades na área da Justiça, da Administração Interna, nas hierarquias da Igreja Católica e da Maçonaria, e ainda aos líderes partidários, que respondessem a esta questão.

Por um lado, verificou-se uma maioria de opiniões contra a manutenção de regras de secretismo numa democracia - contra as que valorizaram o direito à liberdade de convicções. Por outro, reconheceu-se, também

maioritariamente, que é problemático resolver o assunto através da imposição de uma lei (embora algumas respostas apontem para o interesse de o Estado reflectir sobre essa possibilidade).

Enfim, conclui-se pela necessidade de um debate com as hierarquias destas organizações secretas e da mudança gradual de mentalidades.

Caça às bruxas?



D. Januário Torgal Ferreira: «O Estado tem todo o dever de solicitar essa identificação»

«A Maçonaria não é secreta, tem é segredos. Concordaria que os maçons fossem obrigados a identificar-se se o mesmo acontecesse com os clubes privados, como o Lyons Club, por exemplo. Se pedir a lista de membros do Lyons, ninguém lha dá», ironiza Nandim de Carvalho. Para o grão-mestre da Grande Loja Legal de Portugal, a questão não faz sentido, pois **«a Constituição não só proíbe que qualquer pessoa seja interrogada sobre as suas convicções como garante a liberdade de associação e o acesso sem discriminação a cargos na Função Pública».**

A menos que se coloquem acusações concretas de crimes, **«a obrigação de identificação seria uma caça às bruxas»**.

Para o líder do PSD, Marcelo Rebelo de Sousa, os titulares de cargos de soberania e altos responsáveis administrativos é que têm **«o dever de informar publicamente»** as suas ligações ou pertença a estas sociedades. **«Só assim será possível afastar juízos de suspeição sobre decisões de eventual favor ou desfavor»** no exercício dos cargos. **«Não é a prática habitual em Portugal, mas é uma prática que se deseja política antes de ser legal»**, conclui.

Entre os quatro líderes partidários só foi possível obter mais uma resposta, do PCP. Através de um porta-voz, Carlos Carvalhas manifestou a opinião de que se deve investigar e julgar, mas em casos de **«práticas ilegais ou de crimes»**.

Dizer «ao que vêm»...



João Soares: «As pessoas é que devem assumir as suas convicções»

D. Januário, secretário da Conferência Episcopal portuguesa, vai mais longe: **«O Estado tem todo o dever de solicitar essa identificação, embora tenha dúvidas de que isso possa aparecer de uma forma coerciva. Não estão em causa segredos de consciência ou deontológicos, portanto, quando essas pessoas entram para determinados cargos, devem dizer ao que vêm»**.

João Soares, presidente da Câmara de Lisboa, discorda: **«As pessoas devem assumir as suas convicções e eu assumo desde o princípio a minha ligação ao Grande Oriente Lusitano. Mas não é legítimo impor que se identifiquem, quer pertençam à Maçonaria, ao Opus Dei ou à Internacional Gay»**. Uma posição semelhante à do ministro da Administração Interna, Jorge Coelho: **«A Maçonaria em Portugal sempre esteve ligada à luta pela igualdade, fraternidade e liberdade. A época das perseguições já lá vai e não faria sentido fazer uma investigação sobre quem é quem»**.

... antes que seja tarde



Jorge Coelho: «Não faria sentido investigar quem é quem»

O que pensam, por seu turno, os intervenientes no aparelho judiciário?

«A Maçonaria, cuja história e prática em Portugal se confunde com a figura ímpar do livre-pensador, não pode correr o risco de se deixar transformar em objecto de investigação por razões menos dignas. E, com certeza, antecipar-se-á a eventuais acontecimentos como os ocorridos na Grã-Bretanha, democratizando a sua visibilidade», responde Fernando Negrão, juiz e director-geral da Polícia Judiciária.

O recém-eleito presidente do Supremo Tribunal de Justiça partilha deste desejo de visibilidade. **«Reconheço que pode haver um conflito entre a transparência e a privacidade, mas em casos destes prefiro a primeira»**, afirma Cardona Ferreira. E defende que, em vez de uma obrigação de identificação, deveria definir-se, **«ao nível do Estado, que essas associações devem ser profundamente transparentes»**.



Fernando Negrão: «A Maçonaria deve democratizar a sua visibilidade»

Para o procurador-geral da República, porém, **«a ideia da transparência levada às últimas consequências (o 'homem de cristal') é um mito que está a corroer a vida pública»**. E eventuais «exigências de 'asepsia'» na Justiça, alerta Cunha Rodrigues, conduzirão **«ao enfraquecimento do estatuto de cidadania e à perda de individualidade dos magistrados»**.

Castro Caldas, bastonário da Ordem dos Advogados é a favor do dever de resposta, mas contra uma lei: **«É ilógico haver regras de secretismo nas democracias abertas. Acho que as pessoas, quando interpeladas, devem responder sim ou não, porque desempenham cargos de responsabilidade e é bom que o povo saiba qual a sua posição. Uma lei já seria algo de totalitário, mas a opinião pública tem o direito de perguntar»**.

Finalmente, os presidentes das estruturas sindicais dos juízes e do Ministério Público, Orlando Afonso e António Cluny, apontam caminhos muito diferentes. Contra o secretismo, o juiz Orlando Afonso considera que **«há passos a dar: deveria fazer-se um debate com essas organizações; depois, o Estado que decida e se tiver que ir pela via legislativa que vá»**. Cluny preferiria **«definir um conjunto de regras claras que tornem mais objectivos e transparentes os critérios de nomeações para todos os cargos públicos»** e **«o financiamento das associações cívicas de todos os tipos»**.

Ana Paula Azevedo

Recentemente estourou o escândalo em Londres, através do Ministro Blair, de que a Maçonaria estaria envolvida em julgamentos perniciosos e que, mais, estaria ela infiltrada em todos os segmentos societários.

Estes "escândalos" sensacionalistas, como mencionado linhas acima, deve-se, sem sombra de dúvidas, ao secretismo fanático - que não é o papel da Maçonaria Regular Universal.

Não se pode, às custas de um pouco de Maçons arraigados a conceitos dissociados da realidade, criticar e enlamear toda uma Instituição secular, que, em momento algum, na história, se tem conhecimento de atos protecionistas ou despropositados.

A idéia deste hermetismo é tão caduca, que as simples transcrições do Expresso demonstram que a Maçonaria "está de cara aberta" ao público.

Quanto aos debates, sem dúvida alguma este é um critério racional de mostrar a Maçonaria. Devemos nos ater a aspectos históricos - fantasias e hipocrisias não são próprias da Maçonaria ou dos Maçons.

Aqui seguem os fatos. Apenas os fatos.

Permito-me transcrever, na íntegra, o belíssimo trabalho do Ir.: Frederico Guilherme Costa, a respeito da Maçonaria em Portugal. Que fiquem os fatos, para a história!

∴ ∴ ∴

7. Nandin de Carvalho e a Cisão na Grande Loja Regular de Portugal

Frederico Guilherme Costa e
José Carlos de Araújo Almeida Filho

Em dezembro de 1996 Nandin de Carvalho teria sido destituído do cargo de grão-mestre da Grande Loja Regular de Portugal e expulso da organização, por ter afirmado que o dirigente timorense José Ramos-Horta, Prêmio Nobel da Paz, era maçom. Nandin, entretanto, considera nulo o veredicto e assume-se ainda como chefe supremo da obediência.

O boletim maçônico português *A Arte Real*, nº 2 - Julho-Agosto de 1997, publicou parte da entrevista concedida por Nandin ao periódico *Expresso* que passo a transcrever:

EXPRESSO- Denunciou ou não Ramos-Horta?

Luís Nandin de Carvalho- Não. Toda a gente sabe que Ramos-Horta faz parte da maçonaria universal. O ataque que me fizeram foi um pretexto.

E- para chegar a quê?

LN- Para levar a opinião pública e alguns maçons a pensarem que eu não estava a seguir a tradição, o que é falso.

E- Está disposto a pôr fim ao secretismo?

LN- A divulgação de nomes veio na sequência de uma orientação do meu antecessor, Fernando Teixeira ¹, que autorizou a identificação dos dignitários estrangeiros que nos visitavam. A maçonaria regular tem que dar a cara em termos de sociedade civil. Nós temos número de contribuinte, direção eleita e escritura feita, e portanto há já uma entreabertura. A maçonaria não deve ser encoberta, oculta a toda a gente, mas entreaberta.

E- Quer isso dizer...

LN- Que a maçonaria deve estar em diálogo com a sociedade naquilo que pode ser aberto e fechada naquilo que deve ser fechado. Fernando Pessoa foi lapidar quando lembrou que “ **o Conselho de Ministros é secreto e não é secreto**”. As conclusões são públicas, mas a assistência é secreta para quem não é ministro.

E- Falou de um pretexto...

LN- Sem dúvida. Para se apoderarem da Grande Loja e prosseguirem atividades antimaçônicas sob o pretexto do secretismo. Só nos países corruptos é que o secretismo tem uma grande valia. O secretismo é inimigo da opinião pública, da democracia e do Estado. (...)

E- Ainda faz algum sentido existirem organizações secretas?

¹ Fernando Teixeira faleceu em finais de maio de 1997. Foi o Primeiro grão-mestre e fundador da Grande Loja Regular de Portugal. Na vida profana era médico. Pertenceu ao Grande Oriente Lusitano de onde veio a sair para formar a Grande Loja.

LN- A maçonaria não é secreta no sentido do secretismo; é uma organização espiritual (sic), simbólica, esotérica (sic), que tem segredos, e por ser espiritual (sic) tem cada vez mais razão de ser. Já passou o tempo em que os movimentos maçônicos viviam apenas do secretismo. E por vezes com maus resultados. Veja-se o caso da P2, em Itália.

E- O secretismo é uma fórmula que permite intervir melhor na sociedade?

LN- O secretismo é uma fórmula ilegítima, ilegal, muitas vezes com contornos criminais, para interferir na sociedade.

E- A Grande Loja Regular de Portugal não intervém?

LN- Não, a maçonaria regular, seja portuguesa ou estrangeira, nunca intervém na sociedade. Quem intervém são os maçons, que de acordo com os nossos códigos se devem conhecer a si próprios, aperfeiçoar e contribuir para que o seu irmão se torne espiritualmente mais elevado.

E- Está a dizer-me que não há tentativas de intervenção política?

LN- Estou a dizer-lhe que a maçonaria regular nunca escreverá uma carta ao primeiro-ministro a dizer que há poucos ministros maçons; nunca intervirá na religião, tomando partido por uma Igreja contra outra; e nunca condenará ou apoiará atitudes do Governo no plano social, aplaudindo por exemplo o Rendimento Mínimo ou criticando os atrasos na resolução do problema da habitação.

E- Quer convencer-me de que a maçonaria é politicamente independente?

LN- A maçonaria é não-política. Tem pessoas sem opção partidária e outras que são deputados do PS ou do PSD ou até ministros. E tem elementos de todas as nacionalidades lusófonas, incluindo personalidades que desempenharam cargos da mais elevada responsabilidade em todos os países lusófonos. Mas a sociedade não tem nada a temer se compreender que ela não é uma organização secreta e muito menos anti-social. Esse risco deriva do excesso de secretismo (...)

E- É falsa a ideia de que a maçonaria e a Igreja estão em conflito?

LN- Em termos contemporâneos, é falsa, embora no passado fosse verdadeira. O historiador Oliveira Marques explica isso à sociedade, e eu próprio, num próximo livro, a publicar em setembro ², toco nesse assunto. O bispo de Olinda, no século passado, chegou a escrever que a maçonaria iria “enforcar o último rei nos intestinos do último padre”. Mas isso são águas passadas.

E- Nem todas as obediências maçônicas pensam assim...

LN- Admito que a palavra “maçonaria”, enquanto adjetivo, possa qualificar outras organizações que seguem parte da tradição maçônica. Mas não sei se elas têm problemas com a Igreja. Nós não temos.

E- Os maçons que se assumem como ateus não são verdadeiros maçons?

LN- É possível que haja quem interprete a Maçonaria como devendo ser agnóstica ou atea; e há quem admita que possa ser politizada, interpretando ao transe a Declaração Universal dos Direitos do Homem. A minha interpretação é a de que quem se arroga de uma filosofia de ateísmo ou de agnosticismo não é maçom regular ³.

E- O poder crescente da Igreja não é uma preocupação?

LN- Não. Tenho excelentes amigos na Igreja, em ordens eclesiásticas como os jesuítas ou os franciscanos e até dentro do Opus Dei ⁴. Não me perturba nada o diálogo ecumênico e espiritual (...)

Navegando pela Internet, verifiquei que na página da Grande Loja Regular de Portugal consta, estamos nos referindo ao novembro de 1999, o nome de Nandin de Carvalho como grão-mestre. Conclusão óbvia: o mesmo não foi expulso, conforme noticiado acima....

² Trata-se do livro **Maçonaria Entreaberta**, abordando o tema da cisão na Grande Loja Regular de Portugal. Veja o capítulo “A Crise da Casa do Sino”, transcrito no final deste artigo.

³ Evidentemente fica clara a antipatia do entrevistado pela maçonaria dita progressista.

⁴ A Opus Dei representa o que há de mais conservador na Igreja Católica Apostólica Romana.

Buscando esclarecer todo este episódio me dirigi ao secretário do grão-mestre e procurei adquirir o livro *A Maçonaria Entreaberta*⁵ que no seu capítulo “A Crise da Casa do Sino” procura esclarecer a história de uma crise.

Ao secretário enviei a seguinte mensagem:

Estimado Irm:

Sou membro regular e ativo da Loja de Pesquisa Quatuor Coronati do Brasil, subordinada ao Grande Oriente do Brasil e membro correspondente da de Londres.

Igualmente sou escritor maçom, com 20 livros publicados, a maioria pela Editora Maçônica “A Trolha”, Londrina, Paraná.

Tenho em mãos um exemplar na revista A Arte Real, Nº 2 -Julho-Agosto/1997 que reproduz uma entrevista dada pelo grão-mestre Nandin de Carvalho ao EXPRESSO “*por ocasião da sua expulsão da organização*” em Dezembro de 1996.

Como pesquisador fiquei intrigado porquanto o soberano grão-mestre continua, segundo o contido na página da Internet, no cargo.

Inclusive já encomendei o livro Maçonaria Entreaberta para maiores esclarecimentos.

Sendo, igualmente, articulista em diversos órgãos de informação maçônica muito apreciaria um esclarecimento a respeito para que eu não falte com a verdade dos fatos quando escrever sobre o assunto.

Com o nosso T.: e F.: A.:, no aguardo das “luzes”, subscrevo a presente,

Do secretário recebi, no dia 12 de novembro a seguinte resposta:

A Arte Real é uma publicação autônoma....

O GM Nandin de Carvalho não foi expulso...mas sim objeto de um golpe palaciano, que não surtiu efeito para ocupação de umas instalações administrativas da GL...que por esse motivo mudou o nome de GLRP para GLLP/GLRP...

O GM mantém-se no crescimento da Ordem e estará em São Paulo por ocasião da IV conferencia Mundial da GL e GM de 12 a 14 de NOVEMBRO...onde poderá ser contactado pessoalmente pelo Irmão...

Aliás a GL de Portugal é a única reconhecida universalmente, e pelo GOB e pelas Grandes Lojas dos Estados com protocolos com o GOB, como e o caso da GLESP, GLERIO Grande do SUL, Minas, Brasília, Goiânia etc....ver os sites www.glrp.org e www.freemasonry.org e também a mensagem nº 5114...salvo erro no grupo da internauta UFG de discussão maçônica animado pelo Irmão Cione e outros aí no Brasil...

Bem haja por questionar e se não for suficiente a resposta teremos muito gosto em ser mais detalhados...mas o capítulo a crise da casa do sino...no livro maçonaria entreaberta explica tudo que não se explica agora...

No mesmo dia recebi um e-mail muito gentil da Hugin Editores, tratando do mesmo assunto:

Estimado Irmão Frederico Costa,

Foi com muito prazer que recebemos o teu e-mail e pedido de esclarecimento sobre um assunto que se passou há 3 três anos.

Antes de mais, apresento-me: Júlio Prata Sequeira, 34 anos, MM da RL Brasília, nº 11 a Oriente de Lisboa (REAA). Na vida profana sou editor (Hugin Editores) e coordeno uma colecção sobre Maçonaria - 5 títulos já editados - onde consta o livro que menciona, do MRGM Luís Nandin de Carvalho, «A Maçonaria Entreaberta».

Uma vez que já encomendou o livro onde são descritos os factos, não vou entrar em pormenores.

⁵ Luís Nandin de Carvalho, *A Maçonaria Entreaberta*, Lisboa: Hugin, 1997.

O MRGM Luís Nandin de Carvalho foi eleito e, posteriormente, instalado perante várias dezenas de representantes de potências maçónicas estrangeiras. O facto de existirem I.: que não gostam dele, no plano pessoal, não lhes permite desrespeitar o cargo e a instituição, assaltando a sede da GLRP "manu militari" e movendo uma campanha nos órgãos de comunicação social onde é posta em causa todo o trabalho da Obediência.

Na época, cerca de 80% dos I.: ficaram solidários com o MRGM Luís Nandin de Carvalho, que manteve praticamente todos os reconhecimentos internacionais, inclusive da UGLE.

Hoje, a nossa Obediência progride e é respeitada pela sociedade portuguesa. Alguns I.: contestatórios já voltaram ao nosso seio, depois da aventura em que se viram envolvidos.

Por outro lado, o grupo revoltoso que estava intimamente ligado à Universidade Moderna, segundo a imprensa, está a ser investigado pela Polícia Judiciária devido a factos passíveis de crime.

Se quiser continuar a trocar opiniões sobre este caso, continuo à sua disposição.

Tudo indica tratar-se de mais um "affaire" maçónico. São fatos historicamente compreensíveis na História da Instituição. Existe na maçonaria uma longa duração de crises e conflitos dentro das suas colunas. Este não passa de mais um. No entanto, cabe ao historiador atento levantar o véu e apresentar o resultado da sua pesquisa. Foi com este propósito que abordei o fato histórico. Resta reproduzir o capítulo mencionado na nota (2) para encerramos o assunto.

O capítulo em referência foi adaptado da comunicação à Grande Loja de 21 de Dezembro de 1996, que teve lugar num hotel em Lisboa. Participaram na reunião do Soberano Colégio de Oficiais, e na Grande Loja que se seguiu, cerca de 150 maçons. Segundo informa o editor, o texto que se segue sofreu adaptações à sua divulgação.

"Dirijo-vos a palavra, de pé, do trono de Salomão, em sinal de respeito pelo Grande Arquiteto do Universo, e por esta assembléia de Maçons regulares. Vós sois a razão da minha função, vós sois os legitimadores da minha ação, é para vós e por vós que me mantenho inflexível no desempenho do meu mandato e juramento para cumprir os **Landmarks** da Maçonaria Universal.

Quais Landmarks?

Os da Tradição, que se acha vertida na nossa Constituição e nos **Landmarks** reproduzidos em maior ou menor coincidência, pelas demais Constituições das diversas Obediências mundiais, respeitando é certo, as respectivas idiossincrasias, de tal modo que não se pode dizer que exista uma listagem exaustiva e única de **Landmarks**, mas antes um paradigma comum, baseado em antigos usos e costumes, e que incluem:

- 1) A crença no Grande Arquiteto do Universo,
- 2) O ideal de Paz, Harmonia, Fraternidade, Tolerância e Solidariedade,
- 3) A prática do ritual sob o simbolismo do livro da Lei sagrada, do esquadro e do compasso,
- 4) A solenidade dos juramentos feitos de acordo com a Tradição Maçônica,
- 5) A congregação de homens iniciados e respeitadores da Pátria e suas leis,
- 6) Os objetivos de aperfeiçoamento individual, e dos seus irmãos,
- 7) A lealdade ao Grão-Mestre, como expoente de soberania da Grande Loja.

Assim, sendo, compreende-se bem a surpresa e a legítima revolta com que no País e no estrangeiro, não só os Maçons regulares, bem como todos os homens de boa vontade reagiram aos brutais acontecimentos da madrugada de 6 para 7 de Dezembro de 1996: -a ocupação por forças profanas de segurança privada das instalações da GLRP de Cascais; a subversão

da legalidade e justiça maçônicas; a alteração da própria legalidade estatutária e democráticas; a auto-designação de um pretense “governo” da Grande Loja, um pseudo-julgamento, por uma assembléia “ad-hoc”, do Grão-Mestre, que, sem Ter conhecimento das acusações, é sumariamente sentenciado sem Ter sido ouvido, tudo executado premeditadamente, em cerca de 48h, num fim de semana, do mês de Natal.

Tudo depois de o Grão-Mestre, depois de eleito, ter sido instalado há apenas dois meses, e perante a maior assembléia de sempre da Maçonaria Universal alguma vez reunida em Portugal – cerca de 40 delegações estrangeiras, e de 30 Grão-Mestres!

Tudo depois de o Grão-Mestre eleito sem contestação, ter desempenhado durante mais de cinco anos as funções de Vice-Grão-Mestre, para o qual inicialmente tinha sido designado, e depois eleito para este cargo, democraticamente, por esmagadora maioria de votos expressos.

Nunca, desde os tempos lendários em que três companheiros ambiciosos atacaram e mataram Hiram, o Príncipe dos Arquitetos, se fez tanto mal em tão pouco tempo contra a Maçonaria Regular. Nunca se deixou verter para a opinião pública tão graves violações do código e regulamentos maçônicos, nunca alguma vez se desrespeitaram tão violentamente a ordem democrática e a legalidade de um Estado de Direito, nunca algum precedente tão grave se registrou de quebra de juramentos de lealdade ao Grão-Mestre, nunca alguma vez foi assim ofendida uma Grande Loja, os seus regulamentos postergados, os seus órgãos usurpados. Nunca atos tão vis e imorais viram a Luz do dia, no seio da Maçonaria Regular e Universal.

Como Grão-Mestre, tenho de pedir desculpas aos Aprendizes e aos Companheiros por esta situação inesperada. Não mereceram na sua iniciação, e no seu aumento de salário, exemplos totalmente diferentes daqueles a que assistiram?

Não acreditaram nos firmes propósitos que ouviram de Mestres? Não colheram eles lições diversas dos regulamentos e catecismos? Felizmente que sim, e por isso, chegando o momento a que também pela sua serenidade ganharem jus , de aumento de salário e de elevação para Mestres, logo verão, pela lenda de Hiram, como a hedionda traição dos seus companheiros não é desprovida de sentido, como também hoje, percebem todos o simbolismo de se dizer, em alguns ritos, que o inimigo mais terrível se esconde, por vezes, atrás de nós.

Tudo quanto aconteceu verificou-se da parte de quem menos se esperava: de um Irmão fundador da Grande Loja, e seu primeiro Grão-Mestre, de um outro Irmão que desempenhou funções como Grande Secretário, de uns outros que foram Pró-Grão-Mestre, enfim de outros Irmãos que como aqueles se auto-excluíram deste tratamento, se afastaram de nós, e que caíram no Reino das Trevas, segundo o espírito da nossa Tradição iniciática.

É cedo para uma análise completa dos antecedentes e dos motivos materiais que determinaram tão grave atentado à Maçonaria Regular. É porém evidente que foram interesses profanos, inconfessados, de desejo de poder material, de mando discricionário, que partiram ao assalto da fortaleza espiritual que é a Grande Loja. Dela se aproximaram, como os traidores de Hiram, prevalecendo-se do conhecimento dos locais e da relação com as pessoas, e infiltraram os seus acólitos baseados em contratos privados com entidades profanas. Assim garantiram obediências espúrias de falta de caráter maçônico, que subverteram a lealdade à nossa Ordem, reforçadas até por relações familiares que, como os metais, deveriam ter ficado à porta 1o Templo.

Na verdade, já é claro que tal atentado teve **três fases** ou momentos distintos, de intensidade crescente, como se um sucessivo plano paramilitarizado tivesse sido previamente estabelecido por uma central de contra-informação, a relembrar experiências de assalto contra associações pacíficas, por forças que a História conhece como totalitárias.

Teve prenúncio numa reunião, a 9 de Outubro, com o Venerável da Loja General Gomes Freire de Andrade, J.B.Gonçalves, o então Grande Secretário, F Gomes, e o então Pró-Grão-Mestre, J.M. Moreira, em que a propósito das novas instalações de Cascais, na Casa do Sino, foi dito que se o Grão-Mestre não as aceitasse, elas seriam obtidas para a Respeitável Loja Gomes Freire de Andrade, e para o corpo maçônico de Altos Graus do Arco Real, tendo ainda como seu responsável o ex-Grão-Mestre - numa evidente antevisão de maçonaria paralela.

Mais tarde, num almoço, num restaurante do Monte Estoril (em 15 de Outubro, escassas duas semanas após a instalação do actual Grão-Mestre), a pedido e com a presença do anterior Grão-Mestre e do Pró-Grão-Mestre J.M. Moreira, refeição

acertada para planificar a natural, prevista e anunciada transmissão de poderes do Arco Real, e demais dossiers, mas que correu sob o signo do pedido pelo ex-Grão-Mestre, de "prestação de contas" sobre alegados rumores de desvios às linhas anteriormente traçadas a nível internacional, resistência do Grão-Mestre à transferência para as novas instalações da Casa do Sino, em cascais (o custo da renda não seria problema...), etc

Esta situação, de contornos evidenciando um comportamento doentamente estranho, como se o ex-Grão-Mestre pretendesse continuar a desempenhar funções de gestão e orientação da Grande Loja, sobrepondo-se ao Grão-Mestre eleito e em funções, determinou uma carta institucional deste para o então Grande Secretário, para divulgação junto de todas as Lojas com a desmontagem dos rumores referidos, para se alertar a Obediência contra algo de estranho que se passava.

Assim, em 28 de Outubro, 2ª feira, apenas um mês após a sua instalação, o Grão-Mestre vê-se forçado a escrever ao então Grande Secretário esclarecendo e desmontando 10 situações que sob a forma de boatos e rumores já tinham sido postos a circular por aqueles que se só vieram a revelar-se à luz do dia, nos acontecimentos que se relatam.

Preparada desde pelo menos Quinta-feira, 21 de Novembro, em que J.B. Gonçalves interpela o Grão-Mestre reclamando ameaçadoramente dever ser nomeado Vice-Grão Mestre..., e ensaiada na reunião do Arco Real, ao sul do Tejo no Sábado 23, em que o mesmo aparece intimidatoriamente acompanhado de guarda-costa, e de um filho do ex-Grão-Mestre; é desenvolvida no terreno, no início da manhã de segunda feira, 25 de Novembro, com a circulação de um abaixo-assinado, promovido com epicentro em J.B. Gonçalves, M.V. de Matos, e J.J. Zoio. Desnecessário se torna referir que o abaixo assinado contém juízos de valor de forma soez e falsa, e pretendia que o Grão-Mestre renunciasse ao cargo que vinha desempenhando, e que era considerado como não respeitando os mínimos exigíveis para a função...

Também em 21 de Novembro, 5ª feira, na RL Gomes Freire de Andrade, o então Venerável Mestre, o mesmo J.B. Gonçalves, em sessão de loja, informa os obreiros que existe conflito grave entre o ex-Grão-Mestre e o atual, e que estaria incondicionalmente ao lado do ex-titular. De imediato, o então Mestre X, apresenta uma moção de solidariedade no sentido das palavras do Venerável Mestre, logo secundado pelo apoio de Y, outro Mestre da Loja.

Em 22 de Novembro, 6ª feira, o Grão-Mestre solicita a X informação sobre o ocorrido, visto este ser interveniente direto, e segundo a ficha de adesão à GLRP, ter subscrito a declaração "de se submeter às decisões do Grão-Mestre em exercício". Todavia, de imediato X apresenta queixa ao seu Venerável Mestre, que de seguida, a altas horas da noite, telefona para casa do Grão-Mestre, e, numa linguagem indescritível, tece várias ameaças sobre a sua situação contratual como Professor Universitário, sobre a sua vida privada, enfim sobre a sua carreira profissional e maçônica. Claramente declara que é pessoa sem escrúpulos, que nada o fará recuar nas suas ameaças, que para ele o juramento de lealdade ao Grão-Mestre não tem qualquer valor. Gaba-se ainda de estar a fazer o telefonema ao lado de familiares do ex-Grão-Mestre, induzindo ter o apoio deste.

Em 23 de Novembro, sábado, o Grão-Mestre tem um jantar privado na Ericeira com o ex- Pró-Grão-Mestre J. Medeiros, com as respectivas famílias. Este manifesta-se "preocupado" com o ascendente de J.B. Gonçalves sobre o ex-Grão-Mestre, e com a doença e idade deste, manifestando inequivocamente a sua opinião que o atual Grão-Mestre deveria clarificar a sua posição e a situação, recorrendo a todo o poder de que se acha legitimamente investido.

Em 25 de Novembro, 2ª feira, um Venerável Mestre de uma das Lojas, surpreendido, alerta logo de manhã o Grão-Mestre para que corre contra si um abaixo assinado que pretende obter a sua "destituição". O texto, entretanto conhecido, é promovido por J.B. Gonçalves, M. Matos J.J. Zoio, como se disse, e dois familiares de Fernando Teixeira, entre outros. Os pedidos de assinatura são mencionados como sendo solicitados pelo próprio ex-Grão-Mestre. Aliás, foram comprovadamente feitos telefonemas a pedir a assinaturas do abaixo assinado, de casa daquele. O Grão-Mestre, perante a gravidade destes indícios, e frustradas tentativas de anteriores contatos telefônicos, contacta J.M. Moreira, para se falar ao ex-Grão-Mestre p ,

para se esclarecerem esses boatos, mas recebe, atônito, em resposta, o esclarecimento de que aquele não lhe atenderá o telefone.

O texto deste documento conspirativo e sedicioso, considera que o Grão-Mestre atua "em flagrante contradição com os níveis mínimos de comportamento exigíveis a um Grão-Mestre", e considera, sem especificar, que "certos fatos aliados a

vários outros e a algumas intervenções públicas desastrosas e desprestigiadas configuram uma situação que impõe a destituição do atual Grão-Mestre por comportamento pouco honroso, pouco digno e altamente lesivo dos interesses e do bom nome da GLRP". Consumava-se assim a ameaça telefônica verbalizada na 6a feira, e os rumores a cuja expansão se tinha antecipada e profeticamente respondido a 28 de Outubro.

Verifica-se durante a segunda-feira, dia 25, uma extraordinária movimentação de repúdio dos Irmãos sobre esta iniciativa, causando natural perplexidade o envolvimento do nome do ex-Grão-Mestre, que alguns Maçons, por excesso de boa fé, admitiam ainda estar a ser abusivamente utilizado. As assinaturas, todavia, a partir do núcleo de familiares do ex-Grão-Mestre, e de colaboradores ou dependentes de salários relacionados com as actividades profissionais, incluindo universitárias, ou seja, da autoridade profana do principal promotor do abaixo-assinado, atingem cerca de uma trintena de nomes.

Esta fase, culminou com um jantar tardio de 26 de Novembro, em Lisboa, por iniciativa de J.M. Moreira e J. Medeiros, que, intitulando-se "mediadores", apresentaram uma mensagem - afinal um *ultimatum* - do ex-Grão-Mestre, de demissão do atual Grão-Mestre, o que teria como contrapartida "generosa" o afastamento de Fernando Teixeira do cargo de Sumo Sacerdote do Arco Real, e a conservação pelo autor do seu lugar de professor numa Universidade privada, ou em caso de recusa, verificar-se-ia uma cisão irreversível na Grande Loja. Em caso da demissão pretendida pelos "medianeiros", o Pró - Grão-Mestre J. Medeiros assumiria as funções e organizaria eleições antecipadas para Grão-Mestre, às quais, evidentemente, o Grão-Mestre atual... não poderia concorrer! J.B. Gonçalves mantinha-se na GLRP, arquivando-se o processo disciplinar que contra ele corria. Se assim não fosse, se o Grão-Mestre não se afastasse, haveria uma cisão. Perante a gravidade deste *ultimatum* negociável, o Grão-Mestre anuncia que vai refletir.

Diga-se que nunca antes, nem depois, se verificou qualquer tentativa de esclarecimento de eventuais mal entendidos, negociação ou propostas de entendimento, necessidade de recurso a instâncias maçônicas como seria o Soberano Colégio de Oficiais, ou mesmo à Grande Loja, aliás já convocada para reunir a 21 de Dezembro, Solstício de Inverno, conforme a Tradição. Pelo contrário, ficou claro que o texto do abaixo assinado fora urdido pelo ex-Grão-Mestre e por um grupo de seus incondicionais, e familiares, que efetivamente atuava a seu mando e à revelia das instituições, princípios e regulamentos maçônicos, com o único objetivo de se apoderarem da organização maçônica, para a sua total e secreta instrumentalização...

Em 29 de Novembro, 6a feira, a Capital publica um extenso artigo em que refere ter sido gorado um abaixo assinado contra o Grão-Mestre. Refere a sua ação, em especial a entrevista na TVI ao Padre Rego, correspondência com o Presidente dos EUA, envolvimento em ações humanitárias e de solidariedade social, e interroga-se como tal ação pode ser passível de apreciação negativa por parte dos Maçons.

Publica o jornal ainda, duas fotografias do Grão-Mestre: uma com o ex-Grão-Mestre e o ex-Pró-Grão-Mestre, em tudo idêntica às imagens que a TVI fora autorizada a filmar por Fernando Teixeira, como Grão-Mestre na altura, durante a Grande Loja de 28 de Setembro no Estoril Sol, e outra, cedida por um fotógrafo estrangeiro, e enviada para publicação para vários órgãos de comunicação social maçônicos e não maçônicos, em que se apresenta o Grão-Mestre ladeado por dois estrangeiros, não identificados, solenemente paramentados com decorações maçônicas, mas, sem se especificar em que local e em que circunstâncias, onde obviamente não se revela nenhum segredo maçônico - uma das muitas acusações formuladas contra o Grão-Mestre, e cuja legenda é, aliás, inócua, não sendo perceptível se se tratava ou não, de um ato maçônico em sessão ritual.

Em 30 de Novembro, sábado, como previamente agendado, tem lugar na GLRP em Cascais uma reunião do Grão-Mestre com Veneráveis Mestres das várias Lojas de Norte a Sul, aliás já convocada havia algum tempo, em que toda a situação antecedente é analisada. O documento do abaixoassinado é lido, e as suas acusações são refutadas, não tendo havido nenhuma reação contrária às posições defendidas pelo Grão-Mestre. Nem os membros presentes conhecidos e identificados publicamente, como tendo subscrito o abaixo assinado, apresentaram a sua retratação ou fizeram qualquer comentário, em especial A ou B. Na ocasião é lida uma carta do ex-Grão-Mestre dirigida ao Venerável da Loja Europa, alegando doença, e mágoa por o seu nome ter sido associado ao seu desejo de retomar o poder da GLRP, e anunciando o seu adormecimento, ou afastamento. Ato contínuo, para surpresa dos presentes, J.M. Moreira, (que entretanto já fora reconfirmado Pró-Grão-

Mestre), anuncia que, em virtude deste "novo" fato, "assumia" o cargo de responsável pelo Arco Real, e, consequentemente, por incompatibilidade, abandonava o cargo de Pró-Grão-Mestre...

Na mesma data, num jantar do Rito Escocês Retificado, em Sintra, o Grão-Mestre vê-lhe manifestada a mais ampla solidariedade pelos Maçons presentes face aos acontecimentos descritos.

Ficou frustrada a intimidação e o cerco, face à inabalável postura do Grão-Mestre, de se manter fiel aos Juramentos Maçônicos, Tradições e Regulamentos.

Durante a semana seguinte realiza-se em São João do Estoril uma reunião de Grão-Mestrado para conselho prévio ao Grão-Mestre, na recomposição do Soberano Colégio de Oficiais, e para a elaboração de vários inquéritos disciplinares, tendo em vista a aplicação da justiça maçônica a quem tão gravemente tinha violado os deveres maçônicos de lealdade para com o Grão-Mestre.

Inesperadamente, e nesse período de tempo, o ex-Grão-Mestre telefona a alguns Maçons, entre eles o Grão-Prior do Grande Priorado Independente da Lusitânia, anunciando o propósito de ocupar as instalações de Cascais à força, se necessário for. Registram-se também telefonemas de outras pessoas com várias ameaças soezes a outros Maçons também. Todavia o despropósito, e o tom exaltado destes telefonemas foram levados à conta de desabafos e de nervosismo, mas não reveladores de uma real intenção de levar tais ameaças à prática.

Em 5 de Dezembro, 5ª feira, reúne em cascais a Loja Gomes Freire de Andrade, com um Venerável designado interinamente, por suspensão do anterior, à qual assistiram vários visitantes. À mesma hora, no restaurante de um hotel do Monte Estoril, o Venerável suspenso, J.B. Gonçalves, reúne em jantar provocativo vários membros da Loja de que tinha sido suspenso, na presença de J.J. Zoio, e ao ser visitado por uma delegação de Irmãos da sua Loja, evidencia estarem em preparação planos de subversão e contestação agressivos. Por esse mesmo motivo são pedidas, e por escrito, rondas à PSP de Cascais junto das instalações de Cascais.

Nesta seqüência, assume-se a crise e tomam-se as medidas adequadas: recomposição de alguns órgãos maçônicos, instauração de processos disciplinares, alerta escrito, por fax, em 5 de Dezembro, à PSP de Cascais, para a eventualidade de se confirmarem rumores de um possível assalto às instalações.

Face à falta de apoio encontrada entre os Maçons, seguiu-se pela parte dos conspiradores, o efetivo recurso à **força de segurança privada** na ocupação das instalações de Cascais da GLRP, na madrugada de Sábado dia 7 de Dezembro, do rasgar da Constituição e regulamentos, da remoção de dossiers e da pseudo destituição do Grão-Mestre.

Assim, na noite de 6 de Dezembro, 6ª feira, estando reunida em Cascais a Loja V Império, cujos trabalhos se prolongaram até de madrugada, bate à porta J.J. Zoio pelas 3h., que se surpreende por ainda estarem presentes vários irmãos, e, após trocas de palavras, retira-se. Sabe-se posteriormente que teria havido nessa noite um jantar em casa do ex-Grão-Mestre, onde tinha ficado decidida a operação paramilitar da ocupação das instalações, e atos subsequentes de traição maçônica, liderada por aquele no termo.

Entretanto, a visita do Grão-Mestre, agendada para Sábado, dia 7, a uma Loja no distrito de Castelo Branco, é cancelada por causa de um nevão. Cerca de 100 Maçons e seus familiares estavam num jantar de Natal em Tomar, e outros Irmãos tinham partido para Londres para participar na sessão da Loja Oldest Ally, enquanto outros estavam em Paris para assistirem à sessão da Grande Loja Nacional Francesa, em representação da Grande Loja Regular de Portugal. O ambiente de dispersão tinha sido considerado favorável para o golpe de mão...

Em 7 de Dezembro, Sábado, pelas 12h, tem-se conhecimento que as instalações de Cascais se acham ostensivamente guardadas por uma força de segurança privada uniformizada com boinas e aspecto paramilitarizado. O Grão-Mestre, alertado para o efeito, tenta sem sucesso esclarecer a situação com o então Grande Secretário F. Gomes, e nessa impossibilidade desloca-se pessoalmente ao local; é-lhe impedida a entrada, e questionando pelo responsável, aparece-lhe X, que se achava já suspenso, e objeto de inquérito disciplinar. Tal fato bastou para confirmar que todos os antecedentes tinham de fato sido encadeados como preparatórios de um golpe de mão, anti-democrático e anti-maçônico. Restava ao Grão-Mestre alertar o maior número de Irmãos para o fato, e para quem entendia, e mal, que os fins justificam os meios.

Porém o Grão-Mestre tinha-se colocado sob a proteção do Grande Arquiteto do Universo. Nada o movia senão o valor dos seus Juramentos, nada o apoiava senão a convicção do seu percurso interior iniciático, percorrido não apenas nas lojas azuis, como no Arco real, como nos Altos Graus do Rito Escocês Retificado, sob a abóbada de aço, como também na sua iniciação ao grau 33°, tendo bem presente o significado da cerimônia do anel, só conhecido dos seus Pares deste Segredo. '

Entretanto a posição dos ocupantes da Casa do Sino, subscrita pela "troika" Fernando Teixeira, J. Medeiros e J.M. Moreira, chega aos meios de comunicação, alertando entretanto a TVI e a Capital. No noticiário da TVI passam imagens e comentários negativos à ocupação, ao autodenominado "governo" constituído pela "Junta", que se reclama da autoridade maçônica suprema na GLRP, e que declara a destituição do Grão-Mestre por "insanidade Maçônica", em comunicado que chegou à comunicação social, através da Agência Lusa.

O Grão-Mestre, solicitado insistentemente pela comunicação social, recusa-se a prestar declarações para além de manifestar a sua surpresa e a considerar a ação descrita como antidemocrática e antimaçônica, numa breve declaração telefônica à TVI, recusando-se a ser filmado para evitar a polémica, e a exploração mediática que inevitavelmente se iria seguir de forma descontrolada.

Em 8 de Dezembro, domingo, a Capital descreve longamente a situação com recolha de vários depoimentos, e transcrição de excertos do referido comunicado, seguindo-se toda a semana diversas reportagens da comunicação social, sendo de notar pela sua simpatia com o movimento antimaçônico o Diário de Notícias (que cita fantasiosos e inexistentes apoios estrangeiros aos assaltantes) e a Revista Valor, que transmite imaginativas conjecturas de alianças maçônicas de regulares, irregulares e mulheres Maçons...

Em 9 de Dezembro, 2a feira, o Grão-Mestre recebe uma nota datada de 7 de Dezembro, proveniente da Casa do Sino, de um auto intitulado Grande Secretário (X, suspenso, e com processo disciplinar em curso), a informar que tinha sido suspenso, e que o processo de inquérito às suas atividades se achava a cargo do "novo" Porta Gládio (M.V Matos, ex-empregado e advogado de Fernando Teixeira, suspenso e também com processo disciplinar em curso).

Todavia, nessa data reúne-se uma assembléia "ad hoc" sob convocação ilegal, de composição desconhecida, com cerca de 32 presenças, que ratifica uma nota de acusação, e pseudo-destituição do Grão-Mestre, sem seu conhecimento, e obviamente sem sua audição. Este recebe entretanto e por escrito, uma carta do ex-Grão-Mestre, em resposta a uma sua última diligência para obter a reposição da legalidade e devolução das instalações, em que aquele declara que a segurança privada é de sua responsabilidade, que as instalações estão em seu nome, sendo o seu único arrendatário, e que a GLRP está lá instalada por seu consentimento. Pese embora os cheques das últimas rendas pagas serem da GLRP, graças às quotizações de todos os Irmãos, o ex-Grão-Mestre assumia-se proprietário a título pessoal dos bens da Grande Loja, que se encontravam no interior da Casa do Sino, seu único titular e decisor onipotente...

Mas o Grão-Mestre não estava sozinho. Tinha consigo a Obediência de que todos fazemos parte, e assim, logo desde o primeiro minuto do atentado à Maçonaria Regular, os Irmãos fiéis e regulares uniram-se numa cadeia de união espontânea de Norte a Sul do País. Reforçaram essa cadeia e permitiram que as palavras redentoras ganhassem dimensão - a regeneração da Maçonaria Regular em Portugal, enfim, a preservação legal da Maçonaria.

No curtíssimo espaço de uma semana, apesar da surpresa e da ocupação da secretaria, destruído o acesso a ficheiros e a contatos, a perda de todas as contas bancárias (tinham assinaturas acreditadas no banco o ex-Grão-Mestre, o seu sogro, então Grande Secretário, e o seu cunhado...), o processo de autodefesa da Obediência, e de salvaguarda da regularidade desenvolveu-se num ápice: logo no domingo, dia 8 reuniram-se Mestres e Veneráveis com o Grão-Mestre, nas instalações da Associação sem fins lucrativos Albert Pike, em Lisboa; criou-se um secretariado de apoio.

Poucos dias depois, estavam parcialmente reconstituídos ficheiros, um mailing foi posto no correio ⁶, confirmou-se a convocatória para a Grande Loja de dia 21 de Dezembro, (apenas com a alteração do local inicialmente previsto e reservado,

⁶ Este mailing foi objeto de uma abjeta acusação de ter por base a venda de ficheiros de Maçons à Unicre entidade gestora do cartão Unibanco. Na realidade, nunca alguma vez as fichas ou os endereços dos Maçons que pretendem manter reservada a sua condição de Maçons (direito aliás constitucionalmente consagrado no âmbito do princípio da intimidade da vida privada) foram divulgados. Apenas se verificou que ao abrigo de um protocolo perfeitamente legítimo, entre uma Associação de solidariedade social e a Unicre, se

um hotel de Cascais), informaram-se as Lojas, contataram-se telefonicamente e por escrito as Obediências estrangeiras mais significativas, e com as quais havia relações habituais, começaram a receber-se os primeiros apoios internacionais. Perante a estupefação generalizada, esclareceram-se jornalistas não comprometidos, informaram-se as autoridades democráticas do Estado, enfim elaborou-se um boletim informativo, "O Aprendiz", e lançaram-se as bases jurídicas do prosseguimento das atividades das Lojas, e da Grande Loja.

O atentado produziu um inesperado efeito de "boomerang".

Primeiro, pôs em causa antes de mais, a regularidade da Grande Loja, e o seu reconhecimento internacional, pelo uso à força de profanos, pela violação do segredo maçônico com a identificação pela segurança privada de quem se dirigia às instalações de Cascais, pelo desrespeito da Constituição e regulamentos, pela desobediência à justiça maçônica em curso, pelo desrespeito ao Grão-Mestre eleito e em funções, enfim pela marginalização do Soberano Colégio de Oficiais, das Respeitáveis Lojas e dos Veneráveis Mestres eleitos. ("Shocking!" foi a reação do Grande Secretário da United Grand Lodge of England e "They don't read the Constitution" foi a exclamação dos americanos da Califórnia e de Washington).

Entretanto, centenas de Irmãos receberam um "mailing", **com remetente** da "Casa do Sino" na ocasião amplamente mediatizada com essa designação pela comunicação social - designadamente com imagens do portão da entrada, na TVI. Muitos segredos da condição maçônica de tantos Irmãos foram, então sim, revelados pelo País.

Em segundo lugar, o atentado antimaçônico, levado pelos próprios autores ao conhecimento público por um comunicado, em que se anunciava a "destituição do Grão-Mestre Luís Nandin de Carvalho por insanidade maçônica", provocou uma natural estupefação generalizada pela comunicação social não condicionada, e atraída por tão insólitos acontecimentos ⁷.

Simultaneamente verificaram-se manifestações de simpatia e solidariedade de profanos, homens de boa vontade, que espontaneamente se dirigiram à nova secretaria e ao Grão-Mestre, evidenciando a sua solidariedade e até o interesse pela Maçonaria, se esta viesse a regenerar-se, como lhes parecia estar a acontecer. De fato, aumentou o número de petiçãoários desejosos de ingressarem na Maçonaria, que sentiram em perigo.

Em terceiro lugar, o assalto à Casa do Sino desencadeou um natural movimento de fraterna mobilização de norte a sul do País, e também de Bruxelas, da Guiné e de Maputo, entre os Maçons portugueses, e envolvendo todos os corpos maçônicos, e os Altos Graus. Irmãos que mal se conheciam estreitaram relações, aprendizes recém chegados colaboraram lado a lado com Companheiros e Mestres. Os ideais de harmonia, de Paz, de tolerância, de fraternidade, e de solidariedade na crença do Grande Arquiteto do Universo conheceram um forte impulso.

A reconstrução do Templo ficou assegurada. A continuidade da Obra ganhou a garantia de que sobreviverá ao seu fundador, e às maiores vicissitudes.

Resta concluir estas páginas negras de relato da ação contra a Maçonaria Regular em Portugal.

Entende esta Grande Loja que caberá ao Grão-Mestre defender-se perante a opinião pública e perante os seus Irmãos, das acusações e das desinformações de que tem sido alvo?

Não. O Grão-Mestre não pode ser permissivamente tolerante perante fatos intoleráveis que ofendem a Obediência, e que a coloca em grave situação de irregularidade pela violação da Constituição, regulamentos e "Landmarks". Mas o que está em causa não é defender-se pública e pessoalmente, mas sim dar uma resposta institucional, aos que dentro e fora da Grande Loja acompanham com preocupação esta situação.

utilizaram envelopes daquela instituição, etiquetadas em local e por elementos sob controlo da Obediência, e que capearam diversa informação quer sobre o cartão Unibanco, quer sobre a associação e outras entidades que com ela mantinham um protocolo de colaboração. Vejam-se as atoardas publicadas no Independente de 27 de Dezembro, imediatamente contrariadas e desmentidas no Expresso de 28 de Dezembro de 1996, e objeto de esclarecimento publicado nas "cartas ao diretor" da edição seguinte do "Independente".

⁷ Entretanto os jornais já noticiaram que existe uma participação -crime de difamação, em investigação pela polícia judiciária, contra os autores do referido comunicado mandado difundir pelos seus autores pelos órgãos de comunicação social, no intuito evidente de atentarem contra o bom nome e imagem do visado. A expressão insanidade maçônica não tem qualquer conteúdo ritual ou maçônico, e por isso é tão ofensiva quanto a expressão insanidade jornalística se reportada a um jornalista, insanidade militar se aplica a um militar ou insanidade judicial se referida a um juiz.

O Grão-Mestre, investido dos poderes que legitimamente lhe assistem, não tem que se defender de quem se auto-excluiu da Maçonaria Regular, antes deve **acusar e denunciar**⁸.

Denuncia e acusa, aqueles que insinuem que o Grão-Mestre pretendeu transferir o Arco Real do sistema americano de altos graus para o sistema inglês de graus de perfeição. Em Despacho Normativo clarificou-se uma situação de confusão criada pelo próprio ex-Grão-Mestre, quando anunciou que haveria inerência de funções entre Sumo Sacerdote do Arco Real, e Grão-Mestre da Grande Loja, e ainda quando, perante várias testemunhas, mencionou ao actual Grão-Mestre que "após 28 de Setembro (data da sua instalação), este avental de Sumo Sacerdote será teu"...

Denuncia e acusa aqueles que pretendem imputar ao Grão-Mestre ter pretendido destituir o Sumo Sacerdote do Arco Real, quando o que se solicitou foi precisamente informação internacional sobre a situação, que ficou amplamente clarificada como já se referiu atrás, e consta em detalhe do Despacho Normativo do Grão-Mestre. Aliás, face aos graves acontecimentos descritos, e pouco depois destes, o Sumo Sacerdote do Real Arco Internacional assumiu os poderes em Portugal do respectivo Capítulo, desautorizando assim totalmente quem ocupava funções, precisamente, e por "coincidência", os três elementos que integram a "Junta" que assumiu o poder na Casa do Sino, e usurpou as instalações e património da Grande Loja. Denuncia e acusa aqueles que pretendem simultânea e contraditoriamente o Grão-Mestre de ser contra o Grande Oriente Lusitano e os Maçons irregulares, e depois insinua que se pretende uma fusão com o GOL, e os que invectivam o Grão-Mestre de ser contra a maçonaria feminina e simultaneamente, insinua uma fusão com uma Organização Feminina. Curiosamente, no lançamento do seu livro "A Maçonaria, as Mulheres e a Internet", onde o atual Grão-Mestre reafirma a posição tradicional de não admissibilidade de mulheres na Maçonaria Regular, foi Fernando Teixeira quem referiu, para surpresa de muitos, que esse landmark teria deser revisto.

Denuncia e acusa aqueles que insinuem que o Grão-Mestre pretende aproximar-se de Inglaterra, em desfavor das demais relações internacionais, por interesses próprios profissionais, quando foi precisamente o fato de o Grão-Mestre ter relações antigas e privilegiadas, e independentemente de relações maçônicas, com Maçons ingleses altamente colocados, que muito favoreceu a obtenção da regularidade da GLRP (em especial ser reconhecida pela United Grand Lodge of England), quando o fato de o ex-Grão-Mestre ter, na altura, um processo pendente numa queixa na Polícia Judiciária (caso Papamikail), era de molde a fazer perigar aquela relação, e a obtenção do reconhecimento.

Denuncia e acusa aqueles que consideram ser-lhe imputável uma sessão "selvagem" de consagração da Loja Miramar, no Porto, em 16 de Novembro, da qual esteve ausente, e que contou com a presença do então Pró-Grão-Mestre, J.M. Moreira, sem que este tivesse levantado algum problema ou questionado a irregularidade do acto, onde foi interveniente activo.

Denuncia e acusa aqueles que consideram que o Sumo Sacerdote do Arco Real, então Fernando Teixeira, deveria ter sido "convocado" para uma reunião de simples coordenação de informação maçônica, quando aquele, por ser ex-Grão-Mestre fora expressamente convidado, para um jantar particular, em casa do Grão-Mestre, para o dia seguinte ao da referida reunião, na companhia de J. Medeiros, também com funções no mesmo Arco Real, para que, tendo em conta a cortesia e a deferência que lhe pareciam merecer o ex-Grão-Mestre, os assuntos maçônicos pudessem ser abordados tranquilamente.

Denuncia e acusa aqueles que consideram intimidatório o pedido de relato do acontecido na Loja Gomes Freire de Andrade, a X, quando este foi o autor de uma moção que violava a harmonia da Loja, a lealdade ao Grão-Mestre, e em geral os deveres maçônicos de fraternidade e solidariedade entre irmãos, como se o Grão-Mestre não tivesse o direito e o dever de exercer os poderes necessários para determinar a instauração de processos disciplinares a quem transgredia a Constituição e regulamentos da Grande Loja...

Denuncia e acusa aqueles que despudoradamente qualificaram a sua atividade de Grão-Mestre como pouco honrosa, pouco digna, e lesiva dos interesses e bom nome da GLRP, de terem claramente profanado e conspurcado com segurança privada,

⁸ A decisão de publicar este texto, inicialmente apenas elaborado para conhecimento interno da Obediência, justifica-se que agora se faça perante um público mais vasto, que embora inclua os tradicionais detratores da Maçonaria, não deixará de com a possível transparência, neste momento, fornecer aos que legitimamente se interessam pela Maçonaria a visão correta dos acontecimentos, que, espera-se não mais se repetirão, e que são essenciais para se ajuizar que o verificado se ficou a dever, a quem não pode ser efetivamente ser considerado maçom... nem por palavras, nem por pensamentos, nem por obras...

ocupando instalações maçônicas, a Grande Loja, afastando Regulamentos e *Landmarks* e dando um espetáculo público inaudito antimaçônico, e de antidemocraticidade.

Denuncia e acusa aqueles que especulam com a publicação de uma fotografia na Capital de 29 de Novembro, que não revela nenhum segredo maçônico, e em que apenas se vislumbram estrangeiros. Aliás, existem mais de 90.000 livros que “revelam” “segredos maçônicos”, entre os quais os do fundador e Grande Oficial Ad Vitam da GLRP, Daniel Laurent, disponível em muitas livrarias francesas e que esteve à venda na GLRP, bem como o vídeo da United Grand Lodge of England das cerimônias solenes da Grande Loja por ocasião dos seus 275 anos, comercialmente, denúncia e acusa aqueles que revelaram à imprensa que tal foto “revelava” segredos maçônicos.

Denuncia e acusa aqueles que pretendem que o Grão-Mestre, como qualquer cidadão, não se possa corresponder com quem quer que seja, incluindo o Presidente dos EUA sobre questões mundiais da Paz, em Angola, Moçambique ou Timor, e que parecem pretender que o Grão-Mestre deveria Ter recusado receber um cartão de votos de feliz aniversário que o Presidente Clinton lhe endereçou. E será que o Grão-Mestre não se devia Ter solidarizado com o Presidente da CML, por ocasião do incêndio, e tendo-o feito, deveria recusar uma carta de agradecimento que lhe foi dirigida? Não podia ter convidado o Padre Vitor Milícias a realizar uma conferência num jantar debate, à semelhança de tantos outros que já organizara?, e não deveria o Grão-Mestre convidar o Padre Vitor Feytor Pinto para a bênção do pão do jantar da Grande Loja, e tendo recebido uma carta de agradecimento, não deveria tê-la agradecido? Nem a Ter mostrado aos seus Irmãos para que estes comprovadamente confirmem que o Grão-Mestre tudo, mas tudo faz a bem da dignidade e prestígio da Grande Loja? Será que o Grão-Mestre também não deveria ter escrito ao Presidente da República, desejando-lhe a recuperação da grave intervenção cirúrgica de que foi alvo, e que igualmente deveria Ter recusado receber uma carta de cortesia em que se agradece esse fato? E não devem os Irmãos ter disso conhecimento? E serão estas atitudes institucionais sintoma de insanidade maçônica ou de protagonismo mediático?

Denuncia e acusa aqueles que lhe imputam a afirmação, de ter dito que a maçonaria irregular tinha intenções de "enforcar o último rei nos intestinos do último padre", quando a frase é do Bispo de Olinda, Brasil, (transcrita da pág. 60 do seu livro da edição D. Quixote), e citada, no programa de rádio de Carlos Pinto Coelho, como exemplo da intolerância e das acusações sectárias que no século XIX levaram ao antagonismo entre Igreja e Maçonaria, e que, salientou na altura, se acham hoje ultrapassadas.

Denuncia e acusa aqueles que confundem a posição de arrendatário de uma casa, com o direito de esse arrendatário formal (já que não pagava renda ao senhorio), se considerar, apesar de Irmão Maçom, dono todo poderoso de uma organização que legitimamente era sublocatária, e autorizada pelo próprio senhorio e por escrito, a desenvolver aí as reuniões da Maçonaria e a promover jantares para ações filantrópicas e de solidariedade social, suportando o respectivo encargo de rendas...

Denuncia e acusa aqueles que, não tendo sequer tido acesso à última (do ex-Grão-Mestre...) versão do Regulamento da GLRP, aliás nunca aprovada em Grande Loja, e portanto nunca publicitada na Obediência, aceitem o princípio de que o ex-Grão-Mestre (Jubilado), possa ter prerrogativas (isto é, direitos honoríficos) de tipo *sui generis*, sendo iguais, ou até superiores, aos do Grão-Mestre eleito, pois que lhe permitiria... depor este! Isto é, denuncia os que pretendem subscrever a ideia de que existe um Grão-Mestre-do-Grão-Mestre, ou mesmo dois Grão-Mestres, quando, nos termos dos Regulamentos, e da Tradição, Usos e Costumes maçônicos, o Grão-Mestre eleito é o Chefe Supremo da Grande Loja. Na realidade, ter "prerrogativas inerentes ao cargo", só poderia referir-se ao cargo honorífico de Grão-Mestre Jubilado ou ex-Grão-Mestre, e não de Grão-Mestre eleito, como fica totalmente clarificado.

Denuncia e acusa aqueles que esquecem que Fernando Teixeira, ex-Grão-Mestre, em carta dirigida ao então Venerável Mestre da Loja Europa, em 28 de Novembro ⁹, escreveu: "Sem que para tal tivesse feito fosse o que fosse, sou desrespeitado, insultado e caluniado, sendo-me atribuídos propósitos de reconquista de um poder de que abdiquei voluntariamente" quando por outro lado, se arrogou numa interpretação fantasiosa do Regulamento de ser o Grão-Mestre

⁹ Posteriormente expulso na sessão de Grande Loja, que reuniu em 21 de Janeiro, após conclusão do processo disciplinar que lhe foi instaurado, bem como aos demais referenciados como agentes da conspiração e atentado descritos.

do Grão-Mestre, com ilimitados poderes autoritários de "diktat", discricionários e absolutos, só de si conhecidos, para pôr e dispor da Obediência.

Denuncia e acusa aqueles que malevolamente impediram que mais de dois meses após a cerimônia da instalação ainda não tinham feito chegar a todos os Irmãos da Obediência o discurso do Grão-Mestre na sua instalação, e a sua comunicação ao Encontro Mundial de Grão-Mestres, cujo teor demonstra à saciedade o evidente respeito por Fernando Teixeira, principal fundador da GLRP, o posicionamento do Grão-Mestre sobre a regularidade e a política de relações internacionais, o seu apego à defesa dos **Landmark** e do segredo ou sigilo maçônico, a ponto de ter afirmado que era favorável à reintrodução de pseudônimos maçônicos e que bem compreendia as ausências a reuniões da Grande Loja, quando estas se efetuavam em locais não ocultos a profanos (e mediatizadas pela televisão, por decisão única e exclusiva, e sem consultar os Irmãos, do anterior Grão-Mestre).

Denuncia e acusa aqueles que despudoradamente rasgam a Constituição, os Landmark e o regulamento e "ad-hoc", de forma selvagem o viciam, criando imprevistos "Governos da Grande Loja", auto designados, criam infrações inexistentes como a de "insanidade maçônica", e decidem impedir a entrada do Grão-Mestre nas instalações; destituem-no sem ninguém consultar, promovem uma assembléia "popular" para o julgar, sem ser ouvido, e do fato divulgam comunicados e transmitem falsidades e calúnias para a comunicação social, num protagonismo mediático inédito, que só pode causar prejuízos à Maçonaria Regular, e à própria imagem de Portugal no estrangeiro ¹⁰.

Denuncia e acusa aqueles que subscrevem comunicados, detalhados no insulto, e embora internos para a obediência, com ampla divulgação, incluindo a comunicação social, já após os fatos atrás relatados, e que acusam de forma paranóica o Grão-Mestre de "funcionamento projectivo", delírio megalômico, "delírio persecutório", "abuso de poder", "irregularidades diversas", "comportamento antimaçônico grave", "idiota útil", quando o que é certo é que o atual Grão-Mestre tudo fez e tem feito para preservar a regularidade maçônica gravemente afetada pelos atos irresponsáveis verificados a partir da madrugada de 7 de Dezembro, e tem sido extremamente contido perante a comunicação social, que aliás, de forma normalmente esclarecida, e maioritária, não tem deixado de se colocar do lado da legalidade democrática e da legalidade maçônica, mesmo em programas humorísticos, como o da Contra Informação na RTPL.

Denuncia e acusa aqueles que num último repentismo de paranóia o apelidam de anti-Grão-Mestre, inventam mensagens gravadas de "ameaças", obviamente não transcritas, inventam telefonemas anónimos ameaçando invasão de instalações, e caem mesmo no ridículo de querer fazer crer a incautos haver "intrusão de elementos provocatórios" (quais?, quando?), que automóveis, a altas horas disparam tiros "intimidatórios para o ar", passando velozmente pelas instalações da Casa do Sino!

Denuncia e acusa aqueles que pretendem fazer crer que o Grão-Mestre inventou um "órgão soberano" (?), o Grão-Mestrado, nome tradicional dado às reuniões de aconselhamento promovidas pelo Grão-Mestre com alguns Grandes Oficiais, para assuntos específicos - Grande Secretário, Grande Tesoureiro, Vice-Grão-Mestre, Grande Chanceler, Adjunto do Grão-Mestre e Assistentes do Grão-Mestre - e que por ser informal e consultivo, em nada viola o Regulamento, e ao qual podem comparecer, a convite, quem se entender útil, em função dos assuntos agendados, incluindo representantes dos Altos Graus.

Finalmente, denuncia e acusa aqueles que, desenvolvendo de forma tão sistemática e premeditada o terrorismo psicológico e tais atitudes antidemocráticas, ainda mintam despudoradamente, e afirmem que os "mediadores" J.M. Moreira e J. Medeiros lhe solicitaram que convocasse o Soberano Colégio de Grandes Oficiais, quando tal nunca o fizeram, antes de forma insidiosa e traiçoeira, em vez de mediar um conflito, lhe transmitiram um ultimatum inaceitável. Se o objetivo último era preservar o aparente investimento imobiliário de alguém na Casa do Sino, não teria sido necessário o ataque à Maçonaria Regular. Se o objetivo último era decapitar a GLRP do seu Grão-Mestre, ou instrumentalizá-lo, como figura decorativa para

¹⁰ Muito posteriormente ao texto, os factos vieram dar infelizmente razão ao que antecipadamente se previa: hasta ler o conjunto de reportagens do jornal Tal e Qual de 30, 16 e 2 de Maio, a propósito da Casa do Sino, identificada infelizmente pela sigla GLRP, e qualificada impropriamente por maçonaria regular, e a referência despudorada a nomes de pessoas que são identificadas como Maçons (serão?), a inquéritos da Polícia Judiciária e do SIS a acontecimentos que nada têm a ver com autênticos e verdadeiros Maçons, nem com a Maçonaria regular, reconhecida universalmente. Felizmente que a Grande Loja Legal de Portugal/GLRP nada tem a ver com tais notícias.

captar negócios obscuros tipo "P2", então, o ataque à Maçonaria Regular foi frustrado. Se o objetivo foi a tentativa de assassinio da GLRP, os seus autores suicidaram-se maçonicamente de forma irreversível.

Resta desmontar a acusação invejosa de protagonismo mediático feita ao Grão-Mestre. Como, se este não se exhibe em colunas sociais, nem aparece a escrever artigos mundanos, políticos ou maçônicos na comunicação social? O Grão-Mestre tem-se limitado a corresponder a entrevistas sérias que lhe foram colocadas: pelo DN em 27/9; pela TVI em 28/10; por alguns programas de rádio, que aliás, tiveram o efeito útil de desencadear muitos pedidos de interessados a pedir informações sobre a Maçonaria. Quem mediatizou recentemente a GLRP, e sob direta orientação do ex-Grão-Mestre, Fernando Teixeira, foi o Encontro Mundial de Grão-Mestre, e a ocupação das instalações, seguida do comunicado relativo à "insanidade maçônica" do Grão-Mestre!!! É verdade, porém, que o Grão-Mestre eleito e em funções foi o único Maçom regular a publicar dois livros sobre maçonaria no espaço de um ano, apresentados sempre em conferências de imprensa que contaram com a presença do ex-Grão-Mestre Fernando Teixeira, e se mais Irmãos não se assumem publicamente como Maçons, tal fato não lhe deve ser imputado.

Não houve, porém, cisão, nem dissidência.

A GLRP continua como Obediência Iniciática e simbólica, apenas tem um novo número de contribuinte, um novo cartão de pessoa coletiva como Grande Loja Legal de Portugal/GLRP-Associação, nas termos da lei - tudo para evitar a ligação aos atos ilegais e sujeitos a implícito judicial que ocorreram com a ocupação da Casa do Sino. Todos nós, Maçons regulares, continuamos na mesma Obediência onde fomos iniciados, e através dela mantemos e vamos manter as relações e reconhecimentos internacionais.

O que há, em vez de uma anunciada cisão, é uma auto-exclusão da Maçonaria de quem se mostrou maçonicamente e publicamente indigno de ser considerado maçom, quer em Portugal, quer em todo o Universo, e basicamente por uma razão: terem abjurado do Grande Arquiteto do Universo, terem consequentemente cometido traição, e por isso grave perjúrio.

Que deles não haja mais memória entre nós, até que o Oriente Eterno os receba e lá sejam absolvidos.

Nós, Irmãos Maçons regulares, temos por diante a tarefa urgente e ingente da Regeneração da Maçonaria Regular, em Portugal, tarefa do presente e com um futuro promissor, conforme o programa para cinco anos que apresentei no momento da instalação como Grão-Mestre. Programa da maior utilidade para a cooperação lusófona e para a sociedade portuguesa, que se acha extremamente fragilizada, em vários setores sociais como todos os dias nos damos conta, e que por isso muito tem a esperar de positivo, da elite que é, e deve ser a Maçonaria.

Apenas recorde, a concluir, o que repeti e escrevi várias vezes que nunca desejei ser Grão-Mestre; que sempre me opus à renúncia do meu antecessor, (que aliás várias vezes substituí temporariamente por motivo de doença), e que não me move nenhuma ambição ou desejo de poder. Porém, uma vez eleito, instalado e consagrado como Grão-Mestre, por cinco anos, cumpro com os meus juramentos, e nesta posição me mantereirei até que por convicção pessoal livre, ou por termo de mandato, for nos termos da nossa Constituição substituído por um Grão-Mestre legitimamente eleito. É que o poder da Maçonaria é um poder espiritual, e como tal inatingível, alheio a manobras obscuras de bastidores que visam desvirtuar uma herança ancestral, deísta, iniciática e simbólica, de caráter Universal, que é de todos nós. Que a todos nós cumpre valorizar em Fraternidade.

'A Glória do Grande Arquiteto do Universo!'

Estão apresentados os fatos, lamentáveis para mim. Mas eu não lamento por mim, pois sou historiador profissional; lamento por nós, os maçons!

Or.: do Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 1999

Meu caro Mano Almeida,

O que acrescentaria era o trabalho em questão. Nada mais a falar e, como dissemos, que fiquem os fatos para a história.

8. Leis Antimaçônicas

Frederico Guilherme Costa e
José Carlos de Araújo Almeida Filho

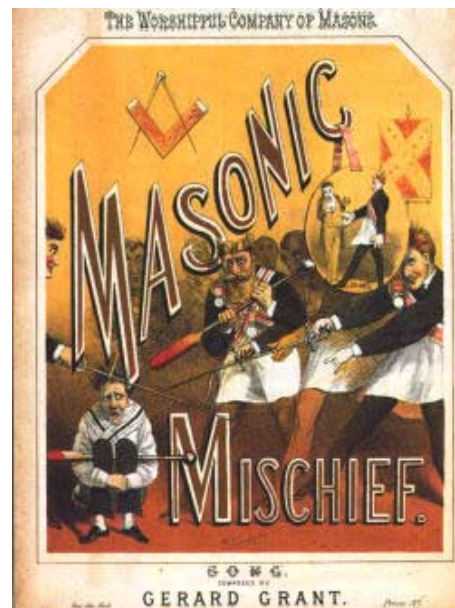
Or.: de Petrópolis, 12 de dezembro de 1999

Meu Querido Irmão Frederico,

O tema antimaçonismo interessa-me por demais, diante das aleivosias cometidas pelos antimaçons.

Neste texto envio-lhe algumas leis antimaçônicas que consegui. Antes, porém, deixo algumas gravuras de igual teor.





8.1. Na Itália

Art. 1. As associações, entidades e instituições constituídas e que funcionam no Reino estão obrigadas a comunicar à autoridade do P.S. a ata constitutiva, os estatutos e regulamento interno; o elenco nominal dos cargos sociais e dos sócios e outras informações relativas a sua organização e atividade, tantas vezes quantas lhes sejam solicitados pela autoridade dos Prefeitos por razões de ordem e segurança pública. A obrigação da comunicação pertence a todos quantos têm funções diretivas e de representação das associações, entidades ou instituições nas sedes centrais e locais e deve ser realizada dentro de dois dias da petição. Os contraventores serão castigados com um arresto não inferior a três meses e com a multa de 2.000

a 6.000 libras. Quando forem dadas, deliberadamente, informações falsas ou incompletas, a pena será de reclusão não inferior a um ano e multa de 5.000 a 30.000 libras, além da proibição de exercer cargos públicos durante cinco anos. Em todos os casos nos quais se omita, falsifique ou fique incompleta a declaração, as associações poderão ser dissolvidas por decreto do Prefeito.

Art. 2. Os funcionários, empregados e agentes de qualquer ordem que seja, do Estado, província, municípios ou das Instituições que por lei estão sob a tutela do Estado, províncias ou municípios, não podem pertencer, nem sequer na qualidade de simples sócios, às associações, entidades e instituições constituídas e que funcionam no Reino de modo clandestino ou oculto e cujos sócios estão comumente vinculados ao segredo, sob pena de destituição. Os funcionários, empregados e agentes, atualmente em serviço, devem obedecer as disposições da presente lei dentro dos quinze dias de sua publicação.

Art. 3. A presente lei entrará em vigor no dia seguinte de sua publicação na Gazeta Oficial do Reino.

8.2. Em Portugal

Aprovada e promulgada oficialmente em 21 de maio de 1935, a lei 1.901 foi tornada pública pelo Ministro da Justiça "em nome da nação" e por decreto da Assembléia Nacional.

Art. 1. As associações e instituições que exercem sua atividade em território português estão obrigados a apresentar aos governadores civis dos distritos onde tenham sua sede, seções ou delegacias, a cópia de seus estatutos e regulamentos, a lista de seus afiliados com a indicação dos cargos sociais e das pessoas que os ocupam, dar todas as informações complementares a propósito da organização e da atividade respectiva, cada vez que, por razões de ordem ou segurança pública, sejam exigidos por esses magistrados.

1) As pessoas que exerçam as funções de direção ou de representação nas associações ou instituições mencionados neste artigo estão obrigadas a fazer a comunicação em um prazo de cinco dias, a partir da data em que o pedido tenha sido notificado.

2) Os que descumprirem o preceito estabelecido no parágrafo anterior serão castigados com a pena de prisão correccional por um tempo jamais inferior a três meses, uma multa de pelo menos 3.000 escudos e a suspensão de seus direitos políticos por cinco anos.

3) Os que intencionalmente darem informações falsas ou incompletas serão castigados com a prisão correccional por um tempo jamais inferior a um ano, perda das funções públicas, se as exercem, perda da pensão de aposentadoria ou invalidez, se gozam delas; multa de pelo menos 6.000 escudos e a impossibilidade de exercer as funções públicas durante um período de cinco anos.

Art. 2. São consideradas secretas e devem ser dissolvidas pelo Ministério do Interior:

- a) As associações e instituições que exerçam sua atividade, total ou parcialmente, de uma forma clandestina ou secreta.
- b) Aquelas cujos afiliados se impõem, de qualquer forma, a obrigação de ocultar à autoridade pública, total ou parcialmente, as manifestações de sua atividade social.
- c) Aquelas cujos diretores ou representantes, após terem sido solicitados, nos termos do artigo 1, ocultarem à autoridade pública seus estatutos e regulamentos, a lista de seus afiliados com a indicação dos diferentes cargos e das pessoas que os exerçam, o objetivo de suas reuniões e sua organização interna, ou que deram intencionalmente informações falsas ou incompletas sobre tais pontos.

1) As pessoas que, mediante uma remuneração ou sem ela, exercem as funções de direção, administração ou conselho das associações ou instituições a que se refere este artigo, serão castigadas com a pena de prisão correccional com uma

duração jamais inferior a um ano, perda das funções públicas, se as exercem, da pensão de aposentadoria ou invalidez, se as desfrutam, de uma multa de pelo menos 6.000 escudos e suspensão dos direitos políticos por cinco anos.

2) Os simples afiliados a estas associações ou instituições serão castigados com a prisão correccional de pelo menos seis meses, perda de suas funções públicas, se as exercem, da pensão de aposentadoria ou invalidez, se as desfrutam, de uma multa de pelo menos 2.000 escudos e a suspensão dos direitos políticos por cinco anos, exceto se provarem que ignoravam o caráter secreto da associação ou instituição.

3) Os reincidentes nas infrações previstas nos itens 1 e 2 incorrerão nas penas previstas nos citados itens e serão expulsos do território da República sem limite de tempo, ou por um tempo determinado, segundo o juízo que pareça mais conveniente à situação daquele que tenha cometido a infração.

Art. 3. Nenhuma pessoa poderá dispor de cargo público, civil ou militar do Estado, ou dos corpos e corporações administrativas, sem ter apresentado um documento autenticado ou lavrado ata ante o chefe de serviço em questão, com a declaração, pela honra, de que não pertence nem pertencerá jamais a nenhuma das associações ou instituições previstas no artigo 2.

1. Os funcionários e contratados do Estado e dos corpos e corporações administrativas estão obrigados, sob pena de demissão ou de suspensão do contrato, a declarar, num prazo de 30 dias a partir da publicação desta lei, pela honra e por escrito, que não pertencem nem pertencerão jamais a nenhuma das associações ou instituições previstos no artigo 2.

2. A omissão da declaração a que se refere o parágrafo 1 é considerada e castigada com a perda do cargo, nos termos do artigo 36 do regulamento de 22 de fevereiro de 1913.

3. As declarações a que se refere este artigo e seu item 1 serão juntadas ao processo de admissão do funcionário; em caso de perda, serão substituídas por outras nos mesmos termos, datadas, a primeira, em um dos cinco dias anteriores ao diploma ou ata de nomeação e a segunda, em um dos dias do prazo fixado no item 1.

4. No caso de declarações falsas, a que se refere este artigo e seu item 1, se aplicará ao declarante, em processo disciplinar, a demissão e, em processo penal, a pena estabelecidas no artigo 238 do Código Penal.

Art. 4. Os bens das associações e instituições dissolvidas, nos termos do artigo 2, serão confiscados e vendidos em leilão e seu produto se destinará à Assistência Pública.

Art. 5. O Ministro das Colônias aplicará às províncias de Ultramar, nos termos estabelecidos no artigo 28 do Ato Colonial, a doutrina desta lei.

Que seja publicada e aplicada como se tem dito.

Palácio do Governo da República, 21 de maio de 1935.

Antônio Oscar de Fragoso Carmona

Antonio de Oliveira Salazar

Manuel Rodrigues Junior.

8.3. Na França de Pétain

Lei de 13 de agosto de 1940.

Art. 1. Ficam dissolvidas de pleno direito a partir da promulgação da presente lei:

1. Toda ação ou agrupamento cuja atividade seja exercida, inclusive pessoalmente, de forma clandestina ou secreta.

2. Toda associação ou agrupamento cujos filiados se imponham da forma que seja a obrigação de ocultar à autoridade pública, inclusive parcialmente, as manifestações de sua atividade.

3. Toda associação e agrupamento que recuse ou evite levar ao conhecimento da autoridade pública, depois de ter sido requerido, seus estatutos e regulamentos, sua organização interior, sua hierarquia, a lista de seus membros com indicação dos cargos que ocupam, o objetivo de suas reuniões, ou que apresente intencionalmente informações falsas ou incompletas sobre estes assuntos.

Art. 2. A nulidade dos agrupamentos ou associações aludidos no artigo precedente será confirmada por decreto.

Art. 3. Todos os arquivos, papéis, bibliotecas e outros objetos que tenham caráter histórico, documental ou ritual serão remetidos à Biblioteca Nacional, que poderá retrotrair tudo ou parte às bibliotecas departamentais ou municipais.

Art. 4. Será castigado com prisão de seis meses a dois anos e uma multa de 16.000 a 5.000 francos todo aquele que participe na manutenção ou reconstrução direta ou indireta das associações ou agrupamentos dissolvidos.

As penas previstas pelo artigo 42 do Código Penal poderão, além do mais, serem pronunciadas pelo tribunal.

Se o culpado é um estrangeiro, o tribunal deverá, ademais, pronunciar a proibição do território francês.

Art. 5. Ninguém poderá ser funcionário, agente do Estado, dos departamentos, comunidades, estabelecimentos públicos, coloniais, países de protetorado e territórios sob mandato francês; ninguém poderá ser empregado como concessionário de serviço público em uma empresa subvencionada pelo Estado ou por uma das coletividades públicas citadas:

1. Se não declara sobre sua honra jamais ter pertencido a alguma das organizações definidas no artigo 1, ou de ter rompido toda relação com ela.

2. Se não se compromete sob sua honra a jamais aderir a tais organizações no caso de se reconstruírem no futuro.

A declaração e compromisso expressos no presente artigo serão comprovados por escrito.

Todo aquele que faça uma declaração falsa será declarado demissionário automaticamente e castigado com as penas previstas no artigo 4.

Todo aquele que tenha faltado ao compromisso previsto no parágrafo 2 do artigo 5 será destituído de suas funções e a pena será dobrada.

Decreto de 19 de agosto de 1940, que confirma a nulidade da Grande Loja da França" e do "Grande Oriente da França" e de todas as agremiações dependentes deles, situadas na França e Argélia, nas colônias, países de protetorado e territórios sob mandato.

Decreto de 6 de novembro de 1940, confirmando a nulidade da "Loja Fraternidade Número 202 do Direito Humano", em Madagascar: do "Patronato Laico" e de "A Emancipação Feminina", e da Sociedade "Direito e Justiça", na Martinica.

Decreto de 27 de fevereiro de 1941, que torna nula a "Grande Loja Nacional Independente da Federação Francesa do Direito Humano", a "Sociedade Teosófica", e de todas as agremiações dependentes delas.

8.4. Na Espanha

Art. 1. A Franco-Maçonaria e outras associações clandestinas são declaradas contrárias à lei. Todo ativista que permaneça nelas após a publicação do presente edital será considerado como crime de rebelião.

Art. 2. A cobrança e pagamento de cotas em favor de tais associações serão considerados como crime de rebelião, sem prejuízo da multa de 5.000 pesetas que pode ser, além do mais, imposta pela Junta de Defesa Nacional.

Art. 3. Todo documento de identidade, recibos, correspondências, emblemas, etc., deverão ser queimados por seus possuidores nos três dias seguintes à publicação do presente edital; passado este prazo, a descoberta de tais objetos, seja na pessoa dos interessados, seja em sua casa, será considerado como crime grave de desobediência, sem prejuízo da multa de 10.000 pesetas fixadas pela Junta por este motivo.

Art. 4. Os escritos de propaganda relativos às associações em questão serão considerados incursos no artigo 6 do decreto de 3 de setembro último e deverão ser destruídos num prazo máximo de três dias por seus possuidores.

Art. 5. Os imóveis pertencentes às supracitadas associações serão confiscados por seus representantes e aplicados no uso que eles determinem. As casas alugadas serão igualmente evacuadas e postas à disposição de seus respectivos proprietários.

Sua ação mais contundente, no entanto, foi com a lei de 1 de março de 1940, sobre repressão da Maçonaria e do comunismo, que se inicia com um interessante preâmbulo:

Nenhum fator por acaso, entre os muitos que têm contribuído para a decadência da Espanha, influiu tão perniciosamente na mesma e frustrou com tanta freqüência as saudáveis reações populares e o heroísmo de nossas Armas, como as sociedades secretas de toda ordem e as forças internacionais de índole clandestina. Entre as primeiras, ocupa o posto principal a Maçonaria e entre as que, sem constituir uma sociedade secreta propriamente dita, relacionam-se com a Maçonaria e adotam seus métodos à margem da vida social, figuram as múltiplas organizações subversivas, em sua maior parte assimiladas e unificadas pelo comunismo.

Na perda do império colonial espanhol, na cruenta guerra da Independência, nas guerras civis que assolaram a Espanha durante o século passado e nas perturbações que aceleraram a queda da Monarquia constitucional e minaram a etapa da Ditadura, assim como nos numerosos crimes de Estado, descobre-se sempre a ação conjunta da Maçonaria e das forças anarquistas movidas, por sua vez, pelos ocultos recursos internacionais.

Estes graves danos desferidos à grandeza e bem-estar da Pátria se acentuam durante o decênio passado e culminam na terrível campanha atea, materialista, antimilitarista e anti-espanhola que se propôs fazer de nossa Espanha satélite e escrava da criminoso tirania soviética. Ao levantar-se em armas o povo espanhol contra aquela tirania, não recuam a Maçonaria e o comunismo em seus esforços. Proporcionam armas, simpatias e meios econômicos aos opressores da Pátria; difundem, sob o manto de falso humanitarismo, as mais atrozes calúnias contra a verdadeira Espanha; calam e observam os crimes perpetrados pelos vermelhos, quando não são cúmplices em sua execução e, valendo-se de toda sorte de ardis e propagandas, retardaram nossa vitória final e prolongaram o cativeiro de nossos compatriotas.

São muito escassas e de reduzido alcance as ordens e dispositivos legais adequados para castigar e vencer essas maquinações. O Decreto de dezanove de julho de mil novecentos e trinta e quatro tornou-se ineficaz por sua indefinição ao enunciar o delito ou por circunscrever-se a um determinado setor.

Sem que por ora se pretenda estabelecer a norma definitiva e total sobre esta matéria, faz-se já indispensável determinar a qualificação jurídica e sanções que merecem os que ainda secundam a Maçonaria ou o comunismo e demais sociedades secretas e organizações contrárias à ordem social. Com isso põe-se um obstáculo mais firme aos últimos estertores das forças secretas estrangeiras em nossa Pátria e inicia-se a condenação social das organizações mais perniciosas para a unidade, grandeza e liberdade da Espanha.

Mas nestas disposições não se deve olvidar a conduta dos que, tendo pertencido ocasionalmente às ditas entidades, reagiram a tempo e romperam com elas para entregar-se denodadamente ao serviço da Pátria, lavando, às vezes com sangue heróico, os erros cometidos. Acolhendo tais postulados, não fazemos mais que mantermo-nos fieis aos princípios cristãos e à generosidade do Movimento Nacional.

Em conseqüência,

DISPONHO:

Artigo Primeiro. - Constitui figura de delito, castigado conforme as disposições da presente Lei, pertencer à Maçonaria, ao comunismo e demais sociedades clandestinas a que se referem os artigos seguintes. O Governo poderá acrescentar às citadas organizações as ramificações ou núcleos auxiliares que julgue necessário e aplicar-lhes as mesmas disposições desta Lei devidamente adaptadas.

Artigo Segundo. - Dissolvidas as organizações indicadas, que ficam proibidas e fora da Lei, seus bens são declarados confiscados e compreendidos postos à disposição da jurisdição de responsabilidades políticas.

Artigo Terceiro. - Toda propaganda que exalte os princípios ou pretensos benefícios da Maçonaria ou do comunismo ou semeiem idéias desagregadoras contra a Religião, a Pátria e suas instituições fundamentais e contra a harmonia social será castigada com a supressão dos jornais ou entidades que a patrocinem e expropriação de seus bens, com pena de reclusão maior para o principal ou principais culpados e de reclusão menor para os colaboradores.

Artigo Quarto. - São maçons todos os que ingressaram na Maçonaria e não foram expulsos ou não pediram baixa da mesma ou não romperam explicitamente toda relação com ela e não deixam de sê-lo aqueles a quem a seita concedeu sua autorização, anuência ou conformidade, sob qualquer forma ou expediente, para aparentar afastamento da mesma. Para os efeitos desta Lei consideram-se comunistas os agitadores, dirigentes e ativos colaboradores da tarefa ou propaganda soviética, trotskistas, anarquistas ou similares.

Artigo Quinto. - A partir da publicação desta Lei, os delitos de Maçonaria e comunismo definidos no Artigo Quarto serão castigados com a pena de reclusão menor. Se concorrer alguma das circunstâncias agravantes expressas no Artigo Sexto, a pena será de reclusão maior.

Artigo Sexto. - São circunstâncias agravantes, dentro da qualificação maçônica, ter obtido algum dos graus de dezoito a trinta e três, ambos inclusive, ou ter tomado parte nas assembléias da associação maçônica internacional e similares, ou nas assembléias nacionais do Grande Oriente Espanhol, da Grande Loja Espanhola ou de outras quaisquer organizações maçônicas residentes na Espanha ou ter desempenhado outro cargo ou comissão que incorra numa confiança especial da seita à pessoa que a recebeu.

São circunstâncias agravantes, dentro do comunismo, figurar nos quadros de agitação, nas chefaturas e nos núcleos de conexão com as organizações estrangeiras e ter participado ativamente nos congressos comunistas nacionais ou estrangeiros.

Artigo Sétimo. - Quem em tempo anterior à publicação desta Lei tenha pertencido à Maçonaria ou ao comunismo, nos termos definidos pelo Artigo Quarto, ficam obrigados a formular ante o Governo uma declaração-retratação no prazo de dois meses e conforme o modelo que as disposições regulamentares estabeleçam, na qual se faça constar aquele fato, assim como as circunstâncias que julguem pertinentes e, assinaladamente, se concorrerá algumas delas, nas determinadas nos Artigos Sexto e Décimo.

Artigo Oitavo. - Sem prejuízo da persecução de outros delitos que tiverem cometido as pessoas compreendidas no Artigo anterior, aquelas em que não se reconheça alguma excusa absolutória, ficarão afastadas definitivamente de qualquer cargo do Estado, Corporações públicas ou oficiais, entidades subvencionadas e empresas concessionárias, gerências e conselhos de administração de empresas privadas, assim como cargos de confiança, mando ou direção nas mesmas, decretando-se, além do mais, seu confinamento ou expulsão. Ainda assim, serão submetidos a procedimento para imposição de sanção econômica, conforme a Lei de nove de fevereiro de mil novecentos e trinta e nove.

Considerar-se-á circunstância atenuante fornecer informação ou dados interessantes sobre atividades da seita, sobre os que iniciaram ou foram chefes ou companheiros do declarante nela e, em geral, sobre outros assuntos que possam servir com eficácia ao propósito da presente Lei.

Artigo Nono. - Se não apresentarem a declaração-retratação a que se refere o Artigo Sétimo, dentro do prazo indicado, ou forneçam dados falsos ou ocultem aqueles outros que, conhecidos pelo interessado, tivesse esta obrigação de declarar, ficarão sujeitos às sanções previstas no Artigo Quinto, sem que possam beneficiar-se das excusas absolutórias a que se refere o Artigo seguinte.

Artigo Décimo. - Sem prejuízo da obrigação de apresentar a declaração-retratação prevista no Artigo Sétimo, poderão considerar-se excusas absolutórias que eximam das medidas e sanções do Artigo Oitavo, as seguintes:

- a) Ter servido como voluntário, desde os primeiros momentos em que tivesse sido possível, nas frentes de guerra, durante mais de um ano, seja nos Exércitos nacionais, seja nas Milícias, com qualquer grau, observando-se, ademais, conduta exemplar em todas as posições, a juízo de seus chefes e, em caso deles, de seus companheiros de armas. No caso de se tratar de pessoal a quem haja concorrido esta circunstância, com caráter distinto do de voluntário, como profissionais ou mobilizados, poder-se-á apreciar a excusa absolutória se, além do mais, tiver se distinguido especialmente na frente de batalha, a juízo também de seus chefes e de seus companheiros de armas, no caso deles.
- b) Ter-se juntado à preparação ou realização do Movimento Nacional com risco grave e perfeitamente comprovado.
- c) Ter prestado serviços à Pátria que, por irem além do normal, mereçam o citado título de excusa.

Artigo Décimo-Primeiro. - Para decretar as medidas a que se refere o Artigo Oitavo, assim como para apreciar a concorrência de excusas absolutórias do Décimo, quando se trate de militares profissionais de categoria igual ou superior ao de Oficial dos Exércitos de Terra, Mar e Ar, serão competentes os Tribunais de Honra, constituídos e funcionando conforme as normas de suas respectivas Instituições. As atas de tais Tribunais serão elevadas ao Conselho Superior do Exército para sua aprovação para os efeitos, não só de manter a pureza de procedimento, mas também a necessária unidade de critérios quanto à profundidade, podendo, por este motivo, submeter as falhas à revisão de um Tribunal misto, constituído por representações dos Exércitos de Terra, Mar e Ar. Para os fins deste Artigo o Conselho Superior do Exército funcionará ampliado e com um representante do de Mar e outro do de Ar.

Artigo Décimo-Segundo. - Quando se tratar de outras pessoas não compreendidas no Artigo anterior, decretar as medidas indicadas e apreciar a concorrência de excusas absolutórias corresponderá a um Tribunal Especial presidido por quem livremente designe o Chefe de Estado e constituído além do mais por um General do Exército, um graduado da Falange Espanhola Tradicionalista e das J.O.N.S. e dos peritos em lei, nomeados todos do mesmo modo. Não obstante, a apreciação da concorrência das circunstâncias previstas nos itens b) e c) do Artigo Décimo, corresponderá ao Conselho de Ministros, por proposta do Tribunal.

O Tribunal poderá delegar a instrução de expedientes e resumos aos juízes da jurisdição ordinária e aos do Exército, Marinha e Aeronáutica que se lhe adscrevem para tal efeito. Prévia celebração de juízo, com audiência de um fiscal e do interessado, ditará sentença. Contra ela poderá interpor-se recurso no prazo de dez dias, ante o Conselho de Ministros, por quebra de forma, erro de fato ou injustiça notória.

Artigo Décimo-Terceiro. - A persecução dos delitos compreendidos nos Artigos Terceiro, Quarto e Nono da presente Lei conciliar-se-á em todos os casos às normas de competência e procedimento assinalados no Artigo Décimo-Segundo.

Artigo Décimo-Quarto. - Ficam revogadas todas disposições que se oponham aos artigos que antecedem.

Assim o disponho pela presente Lei, dada em Madri a primeiro de março de mil novecentos e quarenta.

Francisco Franco.

Or.: do Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1999

Meu estimado e erudito irmão:

Estou convencido da sua “ gana” em apresentar a maçonaria como uma fonte que transborda grandeza e dignidade. Também comungo dos altos ideais da Instituição. Por isto mesmo creio ser oportuno tratar do antimaçonismo, dentro de um contexto teórico-metodológico. Para tanto apresentarei os pontos fundamentais de um recentíssimo trabalho a respeito deste assunto. Espero que o mano aprecie o texto.

Jerôme Rousse-Lacordaire acaba de publicar uma interessante obra a respeito do antimaçonismo ¹. O trabalho está metodologicamente centrado justamente onde assentam as acusações contra a Maçonaria: **segredo**, **subversão** e **desvio**. Os inimigos da Arte Real a consideram secreta, de malíssima índole e perversamente ocultista, tendo como meta principal o domínio do mundo.

Duas grandes correntes estariam alimentando o antimaçonismo: uma corrente política e outra doutrinal. A primeira desenvolve o aspecto de conspiração oculta; a segunda desdobra-se num antimaçonismo religioso que vê essencialmente na Maçonaria uma contra-religião satânica, e um antimaçonismo **tradicional** que censura o desvio dos princípios originais.

Meu propósito, nesta resenha, será discutir esta interessante questão teórica, tão bem lastreada em documentos de diversas proveniências sobre tão discutido meio de sociabilidade: a Maçonaria.

Desde 1698, um panfleto antimaçônico circulava em Londres, alertando os cristãos contra a **seita diabólica** ², o que caracteriza o fato da Maçonaria e o antimaçonismo estarem ligados, ou seja, é preciso uma Maçonaria para que exista um antimaçonismo ³. Dizia o tal folheto:

“ Eles são o Anti-Cristo que devia vir para afastar os homens do temor a Deus. Por que outra razão se reuniriam homens em lugares secretos e se assegurariam através de sinais secretos que ninguém os observa, se fosse para fazer a obra de Deus, não são essas as vias daqueles que praticam o mal? ”

Neste folheto temos apontadas as categorias trabalhadas pelo autor: o **segredo**, que é sem a menor dúvida o eixo principal do antimaçonismo; a **subversão** da autêntica religião, do governo justo, na direção da dominação mundial pelos judeus, pelos comunistas ou ainda pelo capitalismo apátrida; o **desvio**, categoria que não considera a Maçonaria subversiva, mas subvertida, pois a Instituição na sua origem era sã, mas foi desnaturada e afastada dos seus objetivos iniciais por manobreadores de todas as ordens ⁴.

A teoria da conspiração leva a Maçonaria para o campo de batalha da Revolução Francesa. O seu sentido oculto fará Pio VII inserir na *Ecclesiam a Jesu Christo* -13/09/1821- a declaração de que a “ Franco-Maçonaria é talvez um lobo feroz disfarçado de cordeiro, mas os seus dentes, demasiado grandes, tornam-se visíveis ” ⁵.

O autor distingue o **antimaçonismo político**, baseado na estrutura da sociedade maçônica como sociedade secreta, do **antimaçonismo doutrinal**. Este último distinto em duas formas doutrinal: um **religioso** que vê na Maçonaria o adversário da **vera religio** ; outro **tradicional**, que critica a Moderna Maçonaria por ter se desviado dos princípios originais. Neste ponto estão pontuadas duas categorias importantes: o antimaçonismo e o contra-maçonismo. O primeiro composto por aqueles que combatem a Maçonaria pelas suas supostas atuações; o segundo, composto inclusive por muitos maçons tradicionais, que criticam a sua doutrina.

Em um determinado momento o autor trata daquilo que ele chama de antimaçonismo político: a luta da Maçonaria contra o Trono, dentro da categoria da conspiração. Este antimaçonismo acusa a Maçonaria de tentar estabelecer o domínio mundial através de uma série de atividades subversivas e secretas. Teria assegurado o domínio dos stuartistas; corroído os fundamentos do protestantismo e da república americana; apoiado os alemães nazistas. Ao advogar a causa aliada e a dos judeus, buscava instaurar o império judaico sobre as ruínas da civilização cristã. Seria também a responsável pela instauração da ditadura socialista ⁶.

O antimaçonismo político é anterior às primeiras condenações eclesiásticas. Assim, os governos da Holanda, Suíça, França, Alemanha, Itália, Portugal, Áustria, entre outros, anteciparam-se à famosa Bula *In Eminenti* de Clemente XII ⁷.

¹ Jérôme Rousse-Lacordaire. *Ba-ba do Antimaçonismo*, Lisboa: Hugin Editores, Ltda, maio de 1999.

² Esta afirmação do autor, logo no início do seu trabalho citado, p. 7, está embasada em Dougla Kmnoop, Douglas Hamer, *Early masonic pamphlets, Manchester: Manchester University Press, 1945, p. 35.*

³ P. 8.

⁴ Para o autor, p. 10, através destas três grandes orientações do antimaçonismo, passa um mesmo fio condutor: a **conspiração**.

⁵ P. 11.

⁶ P. 13.

⁷ Frederico Guilherme Costa. *Maçonaria Um Estudo da Sua História*, p. 25, Londrina: Editora Maçônica A Trolha, 1991.

Contudo, aponta o autor, que é essencialmente com a Revolução Francesa que o antimaçonismo atinge o seu apogeu. Apresenta dois magníficos documentos que transcrevo. O primeiro, uma carta, datada de fevereiro de 1781, da Rainha Maria Antonieta à sua irmã Maria Cristina; o segundo, uma publicação da *Gentleman's Magazine*, de Londres, datada de junho de 1794:

“Creio que vos afligis demasiado com a Franco-Maçonaria. No que diz respeito à França, está longe de ter aqui a importância que poderá ter noutras partes da Europa uma vez que todas as pessoas pertencem à Franco-Maçonaria, sabe-se, deste modo, tudo o que se passa lá dentro, por isso, qual é o perigo...? Teríamos razão para nos preocuparmos caso se tratasse de uma sociedade política secreta. A Arte do governo é, ao contrário, de a deixar apagar-se, e não é mais do que é na verdade, uma sociedade de beneficência e de prazer –come-se muito, fala-se e canta-se, o mesmo é dizer ao rei que as pessoas que cantam e bebem não conspiram. Não é, de modo algum, uma sociedade de ateus declarados, pois me informaram que Deus está presente em todas as bocas; fazem-se muitas obras de caridade, criam-se as crianças dos membros pobres ou falecidos, casam-se as filhas, não há mal em tudo isto. Nestes últimos dias, a princesa de Lamballe foi nomeada Grã-Mestra numa das lojas, ela contou-me todas as coisas bonitas que lhe disseram, mas esvaziaram-se mais copos que estrofes foram cantadas, brevemente deveremos dotar duas raparigas. Creio, no entanto, que poderíamos praticar o bem sem tantas cerimônias, mas devemos deixar a cada um o seu modo de agir, desde que se pratique o bem, que importa ” ⁸

Este documento mostra a preocupação da irmã da rainha, anteendo a fúria revolucionária associada, supostamente, à Maçonaria. Esta visão revolucionária do antimaçonismo político impressionou o correspondente londrino da *Gentleman's Magazine* que, em Junho de 1794, publicava a opinião corrente relativa à Revolução Francesa:

“ O ponto de vista em questão é que, num país vizinho [a França], os mistérios da Franco-maçonaria contribuíram, em grande medida, para estas alterações no sentimento e na moralidade, assim como no governo, que as nações vizinhas vêem com grande espanto ” ⁹

Prossegue o autor o seu estudo a respeito do antimaçonismo contra-revolucionário, tratando da conspiração dos iluminados, denunciatória da Maçonaria como autora principal da subversão. Utiliza-se dos escritos de Augustin Barruel, John Robison e Joseph de Maistre para concluir que o antimaçonismo contra-revolucionário não dedica atenção unicamente à Revolução Francesa, mas em todas as contestações ou revoluções.

No segundo capítulo da Primeira Parte do seu estudo, o autor trabalha exaustivamente com uma nova categoria: o Antimaçonismo Democrático. Aqui a crítica mais uma vez está centrada no *segredo*. Uma sociedade democrática não pode aceitar a existência de domínios opacos desde que estes influam na esfera pública ¹⁰. O grande palco deste antimaçonismo democrático seria a América do Norte. Menciona o famoso Caso Morgan, os Jesuítas Vermelhos e os Políticos envolvidos em negócios.

No terceiro capítulo desta parte inicial, estuda a Maçonaria nos Estados Totalitários. Aprofunda o seu estudo até o limite do entendimento de alguns católicos conservadores, como René Bergeron e o seu prefaciador Dom Crenier, que vêem no comunismo, no nazismo e na Franco-Maçonaria, as manifestações contemporânea da única religião de satã.

Cita o maçom E. McLoughin com as devidas e merecidas reservas no que diz respeito à Maçonaria alemã do início do nacional-socialismo, à Maçonaria italiana do período fascista e à Maçonaria cubana. Entretanto, não como negar a hostilidade dos regimes autoritários para com a Maçonaria. Eis o texto de McLoughin:

“O percurso da Franco-Maçonaria no século XX é incomparavelmente mais calmo do que durante os séculos XVII e XIX. Todavia, a interdição da Maçonaria nos nossos dias, em todas as ditaduras modernas, mostra

⁸ Extraído pelo autor de Paul Vogt d'Hunolstei, p. n, *Correspondance inédite de Marie-Antoniette publiée sur les documents originaux*, Paris: E. Dentu, pp. 95-96.

⁹ *The Gentleman's magazine*, v. 64, 1794, p. 491-493 (491).

¹⁰ P. 24.

que a Maçonaria ensina a liberdade individual. Foi assim com Mussolini, Adolf Hitler e com todos os dirigentes comunistas. E assim continuará com Franco em Espanha e com Salazar em Portugal” ¹¹

Cabe transcrever a determinação da Quarta Internacional relativamente aos maçons franceses, comentada pelo jornal *L'Humanité*, em 24 de dezembro de 1922. que qualificava a Maçonaria de “ chaga no corpo do comunismo [que] é necessário (...) cauterizar com ferro em brasa”. Eis a resolução:

“ O Congresso encarrega o comitê diretor do Partido comunista francês de acabar antes de 1 de janeiro de 1923, com todas as ligações do partido, na pessoa de alguns dos seus membros e grupos, com a Franco-Maçonaria. Aquele que, até 1 de Janeiro, não tiver declarado abertamente à sua organização e tornado público através da imprensa do partido a sua ruptura com a Franco-Maçonaria será, em consequência, automaticamente expulso do partido comunista sem o direito de nova adesão, em momento algum. A dissimulação por quem quer que seja de ligações à Franco-Maçonaria será considerada como uma infiltração do inimigo no partido e desonrará o indivíduo em questão com uma mácula de ignomínia perante todo o proletariado ” ¹²

Com esta determinação da Quarta Internacional a Maçonaria desapareceu na União Soviética, até a queda do muro de Berlim, mas será, fundamentalmente, após o término da Segunda Guerra que será julgada reacionária pela acusação de conluio com os sionistas. Entretanto, acomodou-se muito bem dentro do regime cubano.

Informa o nosso autor que na Itália, a Maçonaria foi um dos motores principais do *Risorgimento* e do movimento pela união do país, reforçando a hostilidade do Vaticano. Para além disso, os acordos de Latrão, entre Mussolini e a Santa Sé, foram acompanhados da supressão do reconhecimento legal da Franco-Maçonaria. Admite que o regime fascista e a Maçonaria italiana mantinham inicialmente boas relações, sendo que um número significativo de maçons italianos apoiava Mussolini. Vários dignitários do regime teriam pertencido às obediências de Itália, especialmente à Grande Loja de Itália de Raol Palermi, muito adversa ao Grande Oriente de Itália. ¹³Existe, inclusive, um telegrama de homenagem a Mussolini por ocasião da marcha de Roma enviado pelo Grão-Mestre do Grande Oriente. A retribuição veio logo do governo fascista: ele e o adjunto Giovanni Amendola foram presos e deportados em 1927. Logo após a dissolução da Maçonaria, em 1925, o Sr. Raoul Palermi abandonou a Ordem e jurou fidelidade total ao fascismo e Mussolini utilizou-o como intermediário com as lojas estrangeiras ¹⁴ . Será apenas a partir de julho de 1943, sob a proteção do Grande Oriente de Itália, que irá se organizar *piano, piano*.

Com relação ao nazismo, a contribuição do autor é ainda mais interessante, pois na Alemanha, a denúncia da Maçonaria como grupo conspirador encontra-se já no século XIX e associa-se depressa às denúncias de conspiração judia ¹⁵.

Em 1911, ativistas *Völkisch*, que consideravam positivamente o modelo maçônico mas julgavam que, de essência germânica, este tinha sido corrompido pelo judaísmo, criaram a Loja *Wotan* e posteriormente, uma Grande Loja batizada no ano seguinte de *Germanenorden*. Este sistema, que misturava racismo e mitologia Wagneriana com uma inspiração maçônica, instalou-se no Norte e Leste alemães. Entretanto, apesar da Maçonaria alemã ter se “ adaptado ” à cultura nacional-socialista, não se consegue conciliar com a maioria dos nacionalistas, não escapando às condenações nazistas: em 1935, a Maçonaria alemã, incluindo os diferentes ramos *prussianos velhos* ¹⁶ , foi dissolvida por lei ¹⁷.

¹¹ Extraído de Emmit macLoughlin, *Na introduction to Freemasonry*, em Arthur Edward Waite, *A new encyclopaedia of Freemasonry*, New York: Wings Books, 1966, p. XXXIII-XXXVI.

¹² Esta determinação do Partido Comunista só foi revogada em Novembro de 1945, a pedido do Grande Oriente da França. Cif, p. 30.

¹³ Pp. 31-32.

¹⁴ P. 32.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Por volta de 1916, sempre na mesma perspectiva da corrente völkisch, desenvolve-se uma Maçonaria dita “prussiana” oposta às lojas “ humanitárias”, tidas como pacifistas e cosmopolitas. Pretendia-se que as lojas “ prussianas velhas” fossem como o Germanenorden, arianas, anti-semitas e nacionalistas. Juntamente com a Grande Loja de Saxe, as “ prussianas velhas” defendiam um cristianismo alemão consagrado ao culto das Luzes, Cif. Pp. 32-33.

¹⁷ P. 33.

Foi em França, segundo aponta o autor, que o antimaçonismo conheceu um grande desenvolvimento no Estado, durante o governo de **Vichy**. A 13 de agosto de 1940, foi promulgada uma lei que interditava as sociedades secretas, acompanhada por uma série de disposições antimaçônicas: nulidade jurídica do Grande Oriente, da Grande Loja, do Direito Humano e da Sociedade Teosófica; declaração dos funcionários de que não pertenciam à Franco-Maçonaria; publicação no Jornal Oficial do nome dos dignitários maçons; criação de uma polícia das sociedades secretas; etc...¹⁸

Exatamente como os nacionalistas alemães após a Primeira Guerra Mundial, os antimaçons de Vichy atribuíram a derrota de 1940 aos maçons, cujos compromissos tinham enfraquecido e corrompido o vigor francês. Afirmava o Marechal Petain:

“A Franco-Maçonaria é a principal culpada dos nossos problemas; foi ela que mentiu aos franceses e os habituou à mentira. Pois foi a mentira que nos trouxe até onde nos encontramos”

Na Segunda Parte da obra, o autor trata do antimaçonismo religioso; da questão da luta da Maçonaria contra o Altar. Mostra que a distinção entre o antimaçonismo político do antimaçonismo doutrinal, consiste em que o primeiro vê a Maçonaria como um instrumento a serviço dos interesses que poderão perfeitamente ser servidos de outra maneira. Ataca essencialmente a Maçonaria enquanto sociedade secreta e, por isso, provavelmente conspiradora e subversiva. O antimaçonismo político se apoia numa doutrina política, pouco se interessando pelos fundamentos ideológicos da Maçonaria enquanto tal ¹⁹.

O antimaçonismo doutrinal, pelo contrário, sobretudo na sua variante religiosa, entende que deve contestar mesmo a essência da Maçonaria, concedendo grande crédito ao ideário maçônico ²⁰. Considera a Maçonaria uma heresia em todas as suas manifestações.

O AUTOR CONSIDERA O ANTIMAÇONISMO CATÓLICO O MAIS IMPORTANTE E O MAIS CONSTANTE. Trata deste assunto no Primeiro Capítulo desta segunda parte. Cuida das primeiras condenações romanas. A construção mental de um Exército de Cristo contra o de Satanás. Não esquece as *traquinagens* de Léo Taxil.

No Segundo Capítulo temos o Antimaçonismo Protestante, discutido a mãos cheias, passando pelo maçonismo e antimaçonismo mórmon.

No Terceiro Capítulo o autor mostra a posição das Igrejas orientais com relação à Maçonaria: o Grande Oriente visto do Oriente.

Finalmente, a grande contribuição historiográfica do autor encontra-se na Terceira Parte, quando trata do Antimaçonismo Tradicional: A Maçonaria contra a Maçonaria:

“ Podemos distinguir três *idades do ouro* ou três estados idílicos da Franco-Maçonaria, dos quais os antimaçons tradicionais se dizem defensores: um estado pré-Anderson; um estado andersoniano, inglês e regular; um estado próximo da Tradição. Os dois primeiros são essencialmente religiosos –cristão primeiro, depois teísta-; o último é esotérico” ²¹

Em suas conclusões podemos verificar uma categoria nova, um novo tipo de maçonismo liderado pelos próprios maçons, o contra-maçonismo. A conhecida luta dos “antigos” contra os “ modernos” de Londres, por exemplo.

Este antimaçonismo tradicional está representado naqueles maçons que se consideram herdeiros de uma tradição milenar, esotérica, mágica e ocultista, assim como aqueles que vão se refugiar nos escritos de René Guénon e de Julius Evola contra as liberalidades da Maçonaria Moderna.

Considero a obra de fundamental importância para todo pesquisador interessado no estudo sério e sistemático da Maçonaria. Como disse o autor, enquanto existir a Maçonaria, existirá a sua contra- parte, o antimaçonismo em sua diversas

¹⁸ Idem.

¹⁹ P. 35.

²⁰ Idem.

²¹ P. 71.

representações. Ou ainda: “o *desvio*, categoria que não considera a Maçonaria subversiva, mas subvertida, pois a Instituição na sua origem era sã, mas foi desnaturada e afastada dos seus objetivos iniciais por manobreadores de todas as ordens”.

Boa leitura!

9. Onomástica Maçônica



Frederico Guilherme Costa e
José Carlos de Araújo Almeida Filho



Quando começamos a trocar nossas correspondências, eu e Fred, jamais imaginávamos em lançar um livro – e é por esta razão que seu título é **DIÁLOGO DE MAÇONS**.

No decorrer desta obra, lançamos nomes históricos, sendo certo que muitos foram maçons. Aproveitamos, assim, para lançarmos nossa pequena biografia para o mundo não-maçônico, posto que esta onomástica maçônica não poderia deixar de nos incluir, por sermos maçons.

Chegamos ao final de um pequeno trabalho, iniciado com correspondências, em verdadeiro **DIÁLOGO DE MAÇONS**. Esperamos que o leitor tenha gostado do que até aqui lançamos e esperamos mais: continuar com nossas “conversas históricas”.

À tudo isto, somente podemos chegar a uma conclusão: A MAÇONARIA É UMA FONTE INESGOTÁVEL DE SABER.

A

Almeida Filho, José Carlos de Araújo – p. 4

Anderson, James – p. 11

Aslam, Nicola – p. 15, 20, 22

B

Barbosa, Rui – p.22, 37



Bonifácio, José – pp. 8, 10, 41



1

Brás, Wenceslau – 22

¹ Capa do Livro do Ir. José Castellani

Branco, Visconde do Rio, p. 35, 41, 44, 45



C

Carvalho, Luiz Nandin de – p. 59, 62-79



Castellani, José – p. 4, 20

Constant, Benjamin – p. 18

Coruja, Antônio Alves Pereira - 41

Costa, Frederico Guilherme – p. 3

D

D. Pedro, I – p. 10



2

² Coroa de Dom Pedro II – Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis/RJ

F

Fonseca, Deodoro da p. 18, 19, 20, 25



Fonseca, Hermes da – p. 22, 23



L

Ledo, Joaquim Gonçalves – p. 52

Luiz, Washington – p. 22

M

Marques, Oliveira, p. 9, 56



Morais, Prudente de – p. 20, 21

N

Nabuco, Joaquim p. 17

Naudon, Paul – p. 13

P

Peçanha, Nilo – p. 22



Peixoto, Floriano – p. 19, 20, 21

Pessoa, Epitácio – p. 22, 23, 26 (anexo II)

Pinto, Francisco Murilo – p.4

Q

Quadros, Jânio, p. 30



S

Salles, Campos – p. 18, 21

Orientação Bibliográfica

Frederico Guilherme Costa e
José Carlos de Araújo Almeida Filho

Apesar de se tratar de um “ DIÁLOGO ENTRE MAÇONS”, entenderam os autores destes colóquios de propor esta orientação bibliográfica. É claro que a relação das nossas fontes é insuficiente diante da historiografia maçônica.

Segundo nos informa Benimeli¹, o alemão August Wolfstieg, em 1911, levantou um total de 50.000 títulos sobre a Maçonaria. Apesar deste número ter crescido consideravelmente, a maioria do público continuava ignorando a franco-maçonaria, formando uma imagem estranha dela, contribuindo para uma literatura comercial, sem nenhuma preocupação com o rigor metodológico². No Brasil temos na Editora Maçônica “A Trolha”, Londrina, Paraná, com seus mais de 100 títulos publicados em apenas 7 anos, um grupo de empresários interessados na pesquisa séria da Instituição dos chamados pedreiros livres.

Tais considerações acerca do avanço dos estudos maçônicos torna oportuna a retomada das pesquisas sobre as atividades desempenhadas pela Maçonaria brasileira- Instituição que de forma ímpar trabalhou pela Independência -, na direção da abolição lenta e gradual da escravidão, além da própria proclamação da República.³

Boa parte da nossa vida tem sido dedicada à pesquisa da Maçonaria. Esta ligação tornou-se mais efetiva quando participamos da fundação de diversos centros de estudos maçônicos e levamos para o meio universitário os resultados do nosso trabalho.

Resgatar a História da Maçonaria brasileira é uma tarefa árdua, pois trata-se de um mundo contingente, facilmente percebido através da historiografia turiferária ou antimaçônica. Temos, ainda, o complicador das fontes desaparecidas.

O que mais surpreende quando acessamos as obras que se ocupam da Maçonaria, tanto aquelas produzidas por historiadores maçons ou não, é, em geral, a insuficiência de fontes documentais e o uso quase constante de informações hipotéticas, mas não de *hipóteses*, fundamentais em um trabalho científico, como elemento de trabalho.

Isto nos obriga a trabalhar cautelosamente com determinadas fontes secundárias para tratar com esta insuficiência de fontes documentais. Assim, partimos de alguns importantes autores como Benimeli e Oliveira Marques para definir as características e importância das origens e do ideário da Maçonaria Moderna.

Existe uma metodologia que se utiliza de fontes secundárias para reconstruir uma tema. Seja ele uma Biblioteca, como demonstrou o livro do filólogo Luciano Canfora “Biblioteca Desaparecida”⁴ ou, no nosso caso, a especificidade de determinadas fontes secundárias da Maçonaria.

Acreditamos ser a primeira vez que se edita um CD a respeito da maçonaria. Esperamos que o trabalho represente um primeiro passo de muitos que deverão nos acompanhar!

¹ José A Ferrer Benimeli. Bibliografia De La Masoneria, 2ª ed., p. 19, Madrid: Fundacion Universitaria Española, 1978.

² José A Ferrer Benimeli. Bibliografia De La Masoneria, 2ª ed., p. 19, Madrid: Fundacion Universitaria Española, 1978. Benimeli nesta sua Bibliografia superou a marca dos 6.000 títulos.

³ Frederico Guilherme Costa. Breves Ensaio Sobre a História da Maçonaria Brasileira, Londrina; Editora Maçônica A Trolha, 1993, capítulo “A Maçonaria e a Proclamação da República” com os documentos apensados que comprovam a participação, pelo menos das Lojas de Campinas (SP), da Maçonaria contra o Terceiro Reinado.

⁴ Luciano Canfora. A Biblioteca Desaparecida. São Paulo: Companhia Das Letras, 1989.

1. Fontes Primárias

1.1. Fontes primárias manuscritas

1.1.1. Fundação Casa de Rui Barbosa

“Projeto de Abolição apresentado à Loja América por Rui Barbosa⁵ de 4 de abril de 1870. Manuscrito do arquivo da casa de Rui Barbosa no Rio de Janeiro”.

1.1.2. Lojas Maçônicas

“Loja Maçônica Acácia Rio Grandense, do Rio Grande do Sul e Caridade e Segredo, da Bahia, respondendo a circular das Lojas de Campinas Independência e Regeneração III a respeito da conspiração contra o terceiro reinado.

“Loja Maçônica Independência e Luz, de Barra Mansa (RJ). Diversas atas a respeito de alforrias, compreendendo o período de 1878 a 1888”.

“Loja Segredo. Sessão Magna de Posse Sem Pompa, com a presença do Grão-Mestre Saldanha Marinho. Rio de Janeiro, 29 de abril de 1876.

“Loja Maçônica Fraternidade”, de Santos. Ata de Posse, 1/03/1871. Ata de inauguração do novo Templo, 29/11/1873. Ata de 3/12/1873. Ata de 13/10/1879.

1.2. Fontes primárias impressas

1.2.1. Fontes Oficiais

“BRASIL, Imperador. Falas do Trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889, coligadas na secretaria da Câmara dos Deputados; prefácio de Pedro Calmon, Brasília, INL, 1977”.

“MENDONÇA, Hipólito José da Costa Pereira Furtado de. Diário de minha viagem para Filadélfia (1798 - 1799), Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira, 1955”.

“Projeto de Abolição Apresentado à Loja América à consideração do Grande Oriente Brasileiro do Vale dos Beneditinos in Obras Completas de Rui Barbosa, v. 1, Tomo I, Primeiros Trabalhos, Apêndice II, Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro”.

“RIO DE JANEIRO, Arquivo Nacional. SILVA, José Bonifácio de Andrada e. Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil Sobre a Escravatura in Memória Sobre a Escravidão, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1988”.

1.2.2. Fontes Oficiais da Maçonaria

“Boletim do Grande Oriente do Brasil, Rio de Janeiro: março de 1872”.

“BRASIL, Coleção das Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875”.

“Constituição do Grande Oriente do Brasil. Brasília: Poder Central, 1991”.

“Constituições De Anderson De 1723. Tradução de João Nery Guimarães, Grande Oriente do Brasil, São Paulo: Editora A Fraternidade, 1982”.

GRANDE ORIENTE DO BRASIL. Circular condenando a atitude das Lojas de Campinas, Independência e Regeneração III, contra o terceiro reinado em 15 de outubro de 1888.

⁵ Estamos inserindo o projeto, por sua autenticidade

LIVRO MAÇÔNICO DO CENTENÁRIO. Rio de Janeiro: Grande Oriente do Brasil, 1922.

LOJA MAÇÔNICA LEALDADE E BRIO. Boletim comemorativo do primeiro centenário da Loja Maçônica Lealdade e Brio. Rezende (RJ), dezembro de 1970.

LOJA MAÇÔNICA CAVALEIROS DA CRUZ. Projeto elaborado pela Loja Capitular Cavaleiros da Cruz em Sessão realizada em 10 de outubro de 1887 sobre a emancipação da escravidão no Brasil.

LOJAS MAÇÔNICAS INDEPENDÊNCIA E REGENERAÇÃO III. Circular para as demais Lojas, convocando-as a conspirar contra o terceiro reinado. Campinas, 20 de junho de 1888.

1.2.3. Periódicos

ARS Quatuor Coronatorum da Loja de Pesquisas Quatuor Coronati N° 2076, de Londres”.

“Boletim O APRENDIZ, de São Vicente, SP. “Boletins diversos do Grande Oriente do Brasil dos anos de 1871 e 1889”.

LOJA DE PESQUISAS MAÇÔNICAS BRASIL. Caderno de Pesquisas Maçônicas - 1º Encontro da Loja de Pesquisas Maçônicas Brasil. Londrina: Editora maçônica A Trolha, 1990.

2. Fontes Secundárias

2.1. Livros

AGULHON, Maurice. Pénitents et Francs-Maçons dans l'ancienne Provence. Paris: Fayard, 1968.

ALBERTON, Valerio. O Conceito de Deus na Maçonaria. Rio de Janeiro – RJ Ed. Aurora, 1980

ALMEIDA FILHO, José Carlos de A. A Maçonaria ao Alcance de Todos. Brasília – DF: Gráfica do G.:. O.:. B.:. , 1999

AMARAL, Braz. A Conspiração Republicana da Bahia de 1798 in Fatos da Vida do Brasil, Tipografia Naval, 1941.

ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Memórias Sobre a Escravidão. Rio de Janeiro, 1988.

ASLAN, Nicola. Biografia de Joaquim Gonçalves Ledo, 2º v. , Rio de Janeiro: Editora Maçônica, s/d.

ASLAN, Nicola. Grande Dicionário Enciclopédico de Maçonaria e Simbologia, 4vv., Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1975.

ASLAN, Nicola. História Geral da Maçonaria. Fastos da Maçonaria Brasileira, Rio de Janeiro: Editora Aurora, s/d.

ASLAN, Nicola. Pequenas Biografias de Grandes Maçons Brasileiros, Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1973.

BANDECCHI, Brasil (et alii) . Novo Dicionário de História do Brasil. São Paulo, 1970.

BARRETO, Célia de Barros. O Processo de Emancipação, HGCB, T. II, 1º v. , São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

BARROS, F. Borges. Primórdios das Sociedades Secretas na Bahia. Anais do Arquivo Público da Bahia, Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 1928.

BASTOS, Humberto. O Pensamento Industrial no Brasil. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1952.

BENIMELLI, J. A. F. Masoneria Iglesia e Ilustracion, 2ª ed. , 4 vv. , Madrid: Fundacion Universitaria Española, 1983.

BENIMELLI, J. A. F. Bibliografia De La Masoneria, 2ª ed. , Madrid: Fundacion Universitaria Española, 1978.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. Diccionario Bibliographico Brasileiro, 7vv. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.

BONAVIDES, Paulo & VIEIRA. R. A. Vieira. Textos Políticos da História do Brasil. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, s/d.

BOUDON, R. & Bourricaud, F. Dicionário Crítico De Sociologia. São Paulo: Editora Ática, 1993.

- CANFORA, Luciano. A Biblioteca Desaparecida: Histórias Da Biblioteca De Alexandria. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CARVALHO, José Murilo De. A Formação Das Almas. São Paulo: Companhia Das Letras, 1990.
- CARVALHO, José Murilo De. A Construção Da Ordem. Teatro de Sombras. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Relume Dumará, 1996.
- CASTELLANI, José. História do Grande Oriente do Brasil. Brasília: Poder Central, 1993.
- CASTELLANI, José. Histórias Pitorescas de Maçons Célebres. Londrina: Editora Maçônica “A Trolha”, 1997.
- CASTELLANI, José. “A Longa Luta da Maçonaria Para o Advento da República” *in* Caderno Pesquisas Maçônicas Brasil. Londrina: Editora Maçônica “A Trolha”, 1990.
- CASTELLANI, José. A Maçonaria E A Sua Política Secreta. São Paulo: Traço Editora, 1981.
- CASTELLANI, José. Os Maçons Que Fizeram A História do Brasil. São Paulo: Editora A Gazeta Maçônica, 2ª ed. , s/d.
- CASTELLANI, José. Os Maçons e a Abolição da Escravatura. Londrina: Editora Maçônica “A Trolha”, 1998.
- CONDORCET, Marie Jean Antoine Nicolas Caricat. A Escravidão dos Negros (Reflexões). Rio de Janeiro: Typ. de Serafim José Alves, 1881.
- COSTA, Frederico Guilherme. Breves Ensaio Sobre a História da Maçonaria no Brasil. Londrina: Editora Maçônica “A Trolha”, 1993.
- COSTA, Frederico Guilherme Maçonaria: Um Estudo da Sua História. Londrina: Editora Maçônica “A Trolha”, 1991.
- COSTA, Frederico Guilherme Maçonaria Concreta, 2ªedc., Londrina: Editora Maçônica “A Trolha”, 1992.
- COSTA, Frederico Guilherme A Maçonaria Dissecada. Londrina: Editora maçônica “A Trolha”, 1995.
- COSTA, Frederico Guilherme Maçonaria na Universidade. Londrina: Editora Maçônica “A Trolha”, 1994.
- COSTA, Frederico Guilherme Maçonaria na Universidade II. Londrina: Editora Maçônica “A Trolha”, 1996.
- COSTA, Frederico Guilherme Com CASTELLANI, José. Rito Moderno : A Verdade Revelada, 2ª ed., Londrina: Editora Maçônica “A Trolha”, 1991.
- COSTA, João Cruz “O pensamento brasileiro sob o império” *in* História Geral da Civilização Brasileira, T. II, 3º volume. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.
- COSTA, João Cruz Pequena História Da República, 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1974.
- FINDEL, J. G. Histoire De La Franc - Maçonnerie, 2 vv. , Bolonha: Arnaldo Forni Editore, 1976.
- GARDINER, Patrick. Teorias Da História, 3ª ed. , Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- GIRÃO, Raimundo. Abolição No Ceará. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984.
- GUERRA, François-Xavier. Modernidad e independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. México: Mapfre/Fondo de Cultura Económica, 1992.
- HAMIL, John, GILBERT, Robert (et alii). Freemasonry. History of the Craft. London: Mackenzie Publishing, 1992.
- HOLANDA, Sérgio Buarque De. História Geral da Civilização Brasileira, T. II, c. 4º, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.
- HOLANDA, Sérgio Buarque De. “Da Maçonaria Ao Positivismo” *in* História Geral da Civilização Brasileira, T. II, 5º volume. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.
- KNOOP - JONES. The Genesis of. Freemasonry. Manchester, University Press, 1949.
- LOJA, A. E. F. A Luta do Poder Contra A Maçonaria. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda - , 1986.
- LOCKE, John. Carta Sobre a Tolerância. Lisboa: Edições 70, 1987.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. Dicionário De Maçonaria Portuguesa, 2 vv. , Lisboa: Editorial Delta, 1986.

MARQUES, A. H. de Oliveira. História da Maçonaria em Portugal: das Origens ao Triunfo, v. I, Lisboa: Editorial Presença, 1990.

MATTOSO, Katia de Queirós, Presença Francesa no Movimento Democrático Bahiano de 1798, Salvador: Editora Itapua, 1969.

MELLOR, Alec. Dicionário da Franco - Maçonaria e dos Franco - Maçons, São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MENDES JR, Antônio et alli. Brasil História Texto e Consulta, 3. República Velha. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

MENEZES, Joaquim De. Exposição Histórica da Maçonaria no Brasil, Rio de Janeiro: Empreza Nacional Do Diário, 1857.

MORA, José Ferrater. Diccionario de Filosofia, 4 vv. , Madrid: Alianza Diccionarios, 1984.

NABUCO, Joaquim. Um Estadista do Império, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

NABUCO, Joaquim. O Abolicionismo. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.

NAUDON, Paul. Histoire générale de la Franc-Maçonnerie. Paris Office du Livre – 1987

OLIVEIRA FILHO, Benjamim De. A Filosofia Social De Augusto Comte. Rio de Janeiro: Hadad Editor, 1954.

PERNOUD, Régine. Os Templários, Lisboa: Publicações Europa - América, 1974.

PINTO, Teixeira. A Maçonaria na Independência do Brasil 1812 - 1823, Rio de Janeiro: Editora Salogan, s/d.

RÉMOND, René (Org.). Por Uma História Política. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RIO-BRANCO, Miguel P. Do Centenário Da Lei Do Ventre Livre, Brasília: Conselho Federal De Cultura e Departamento de Assuntos Culturais, 1976.

RODRIGUES, José Honório. História, Corpo do Tempo. São Paulo: Perspectiva, 1976.

RODRIGUES, José Honório História da História do Brasil, 1º v. , São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

RUY, Afonso. A Primeira Revolução Social Brasileira - 1798, Salvador: Tipografia Beneditina Ltda, 1951.

SCISÍNIO, Alaôr Eduardo . Dicionário da Escravidão. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial Ltda, 1997.

TAVARES, Luis Henrique Dias. História Da Sedição Intentada Na Bahia Em 1798, São Paulo: Pioneira Editora, 1975.

VIANA, Hélio. História do Brasil, 2 vv. , São Paulo: Edições Melhoramentos, 1972.

VIBERT, Lionel. La Franc - Maçonnerie Avant L' Existence Des Grandes Loges, Paris: Gloton Editeur, 1950.

2. 2. Artigos

BENTO, cel. Cláudio Moreira. As Forças Armadas E A Abolição in Tomo Especial do IHGB intitulado: “A Abolição do Cativo”, Rio de Janeiro, 1988.

FAGUNDES, Morivalde Calvet. A Abolição Foi Lenta e Gradual in Tomo Especial do IHGB intitulado: “A Abolição do Cativo”, Rio de Janeiro, 1988.

GARCIA, Nilo. D. Pedro I E A Abolição in Tomo Especial do IHGB intitulado: “A Abolição do Cativo”, Rio de Janeiro, 1988.

ZAPPI, Victor. “Luiz Gama, o Advogado dos Escravos”, Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 13/05/1998.

2. 3. Teses

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Em nome da ordem e da moderação: A trajetória da sociedade defensora da liberdade e da independência nacional do Rio de Janeiro (1831 - 1835). Dissertação de Mestrado ao Grau de Mestre, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de História, 1990.

Adendo: Projeto Emancipacionista⁶ Apresentado à Loja América⁷

Ruy Barbosa

A Loja América apresenta à sábia consideração do Grande Oriente Brasileiro do Vale dos Beneditinos o seguinte projeto, requerendo sua conversão em lei geral e obrigatoria para toda a Maçonaria estabelecida no país.

Art. 1º - Sendo verdade inconcussa que a emancipação do elemento servil e a educação popular são hoje as duas grandes idéias que agitam o espírito público e de que depende essencialmente o futuro da nação, a Maçonaria brasileira declara-se solenemente a manter e propagar esses dois princípios, não só pelos recursos intelectuais da imprensa, da tribuna e do ensino, como também por todos os meios materiais atinentes a apressar a realização dessas idéias entre nós.

Art. 2º - Todas as Lojas Maçônicas instituídas no país, tanto as já existentes como as porvindouras, não poderão alcançar nem continuar a merecer o título e os direitos de oficinas regulares e legítimas sem que adotem pelo mesmo modo desses dois princípios sociais, comprometendo-se a trabalhar por eles com eficácia e tenacidade.

Art. 3º - Todas as Lojas Maçônicas sujeitas ao Grande Oriente Brasileiro, assim presentes como futuras, ficam obrigadas a abrir no orçamento de suas despesas uma verba especial reservada ao alforriamento de crianças escravas.

§ 1º - Esta verba será proporcional à soma total da receita de cada Loja, de maneira que seja sempre um quinto da receita total.

§ 2º - Este termo proporcional será aplicado invariavelmente a todas as Lojas.

Art. 4º - Ficam também obrigadas todas as oficinas brasileiras a empregar todos os esforços possíveis dentro da esfera de seus recursos pecuniários, a fim de divulgar ativamente a educação popular, criando nos seus competentes vales escolas gratuitas de ensino primário, já noturnas ou domingueiras para adultos de todas as classes, já diurnas para crianças de um e outro sexo.

Art. 5º - Nenhum indivíduo poderá mais obter o título e os privilégios de legítimo maçom sem que, primeiramente, antes de receber a iniciação, declare livres todas as crianças do sexo feminino que daí em diante lhe possam provir escrava sua.

§ Único - Esta declaração será escrita e assinada pelo respectivo neófito e por testemunhas idôneas, escolhidas dentre maçons presentes, em número bastante para que venha a produzir todos os efeitos legais.

Art. 6º - Todos aqueles que já se acham iniciados em qualquer Oficina Maçônica do Brasil ficam igualmente obrigados, logo que for promulgada esta lei, a lavrar um compromisso em que declare livres todas as crianças do sexo feminino, filhas de escrava sua, que possam vir à luz desse momento em diante.

§ Único - Esta declaração será escrita e assinada pelo respectivo **in apenso** e por testemunhas idôneas, em número suficiente, a fim de que possa produzir todas as consequências legais.

⁶ Há uma diferença entre Abolicionista e Emancipacionista. Aconselhamos a leitura do trabalho do Irmão Frederico Guilherme Costa

⁷ Fonte de Pesquisa - Ruy Barbosa - Mestre Maçom - Samuel Nogueira Filho - Edições Travessia

Art. 7º - Para estas declarações de liberdade haverá em cada Oficina um livro particular, numerado e rubricado pelos Delegados do Grande Oriente, ou em falta deles, pelo Venerável da Loja.

§ 1º - As declarações serão feitas por cada Maçom de per si, não se admitindo, nunca, que mais de um indivíduo subscreva o mesmo compromisso.

§ 2º - Cada declaração individual será lavrada em uma das folhas do respectivo livro.

Art. 8º - Se qualquer indivíduo recusar-se a fazer a declaração referida nos arts. 5º e 6º, se ainda não for Maçom não poderá nunca ser iniciado, e se já for o ficará **ipso facto** coberto por toda a Maçonaria Brasileira, sendo a respectiva Loja obrigada a comunicar esta ocorrência ao Grande Oriente e às Oficinas mais próximas ou àquelas que forem situadas em qualquer lugar para onde tenha de seguir o maçom suspenso.

§ Único - Esta suspensão será levantada logo que o indivíduo, comparecendo na sua antiga Oficina, lavrar e subscrever o compromisso mencionado.

Art. 9º - Se qualquer Maçom, apesar de ter escrito e assinado a declaração indicada nos arts. 5º e 6º, continuar a criar e manter ilegalmente na escravidão as crianças, que tenha dado liberdade pelo seu compromisso, fica a respectiva Loja obrigada a participar logo e logo este delito ao Grande Oriente, o qual, tanto que receber esta comunicação, declarará o delinquente excluído do Grêmio da Maçonaria Brasileira, como desobediente aos decretos do Grande Oriente, ficando privado de todos os títulos, direitos, privilégios e dignidades que possuir.

Art. 10 - No caso figurado pelo artigo antecedente, cumpre à respectiva Oficina escolher, sem demora, pessoa competente, que processe o criminoso perante os tribunais civis, servindo-se do compromisso por ele escrito e assinado, a fim de obter a sentença de liberdade em favor das crianças mantidas em injusto cativeiro.

Art. 11 - A Loja Maçônica que não satisfizer, rigorosamente, as obrigações determinadas nos artigos precedentes será, pela primeira vez, repreendida e intimada para cumpri-las e se resistir ficará suspensa como refratária às leis do Grande Oriente Brasileiro.

Art. 12 - Todas estas disposições, cuja aplicação à Maçonaria Brasileira depende ainda de resolução do Grande Oriente, começam a vigorar desde hoje como lei positiva no seio da Loja América.

São Paulo, 04 de abril de 1870 - Ruy Barbosa

Esta lei foi promulgada